



**Beatriz Ostwald Luz Vilardo**

**Jornalismo de qualidade na Terceira  
Revolução Industrial: narrativas do livro-  
reportagem**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Patrícia Maurício Carvalho

Rio de Janeiro  
Agosto de 2022



**Beatriz Ostwald Luz Vilardo**

**Jornalismo de qualidade na Terceira  
Revolução Industrial: narrativas do livro-  
reportagem**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do grau Mestre pelo Programa de  
Pós-Graduação em Comunicação do Departamento  
de Comunicação Social do Centro de Ciências  
Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão  
Examinadora abaixo:

**Prof.<sup>a</sup> Patrícia Maurício Carvalho**

Orientadora

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

**Prof. Felipe Gomberg**

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

**Prof.<sup>a</sup> Larissa de Moraes Ribeiro Mendes**

Universidade Federal Fluminense – UFF

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 2022

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da autora, da orientadora e da universidade.

### **Beatriz Ostwald Luz Vilardo**

Graduou-se em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, 2019). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É integrante do grupo de pesquisa do CNPq Economia Política da Comunicação da PUC-Rio (EPC-PUC-Rio).

#### Ficha Catalográfica

Vilardo, Beatriz Ostwald Luz

Jornalismo de qualidade na Terceira Revolução Industrial : narrativas do livro-reportagem / Beatriz Ostwald Luz Vilardo ; orientadora: Patrícia Maurício Carvalho. – 2022.  
137 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2022.  
Inclui bibliografia

1. Comunicação Social – Teses. 2. Livro-reportagem. 3. Disrupção no jornalismo tradicional. 4. Jornalismo de qualidade. 5. Narrativa. 6. Literatura. I. Carvalho, Patrícia Maurício. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Comunicação Social. III. Título.

CDD: 302.23

À minha mãe, por ser meu exemplo e por  
sempre me incentivar a ir além

## Agradecimentos

A Deus, cuja presença foi essencial e mesmo sentida, tendo me guiado ao longo deste processo.

Aos meus pais, Francisco e Claudia Vilaro, e à minha irmã, Fernanda, que sempre me sustentam nos momentos de dificuldade, me apoiam nos meus projetos e sonham comigo, por sempre acreditarem em mim, me inspirarem e me estimularem em meus estudos.

Ao meu noivo, Yuri Weilemann, pela compreensão e incentivo, pela escuta ativa em meus momentos de angústia, e pelo apoio e carinho de sempre.

À minha orientadora, professora Patrícia Maurício, por acreditar em meu potencial e em minha pesquisa, e pelas palavras de incentivo nos momentos de dificuldade.

A todos os meus amigos e familiares que me apoiaram nessa jornada.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social e aos colegas do grupo de Economia Política da Comunicação (EPC/PUC-Rio), com quem tanto aprendo.

Ao professor Felipe Gomberg, a quem sou muito grata por ter me inserido na área da pesquisa acadêmica e por todo incentivo.

À Secretaria do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## Resumo

Vilardo, Beatriz Ostwald Luz; Carvalho, Patrícia Maurício. **Jornalismo de qualidade na Terceira Revolução Industrial: narrativas do livro-reportagem**. Rio de Janeiro, 2022. 137p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Livros e jornais são importantes objetos de conhecimento, que moldam nossa maneira de enxergar o mundo. Graças ao avanço das tecnologias digitais e ao aumento da concorrência pelo bolo publicitário, identifica-se, atualmente, uma crise da imprensa – chamando atenção para a disrupção do modelo de negócios do jornalismo, no contexto do que César Bolaño denomina Terceira Revolução Industrial. Enxugamento das redações, acúmulo de funções e pressão por publicações imediatas nas plataformas e redes sociais são realidade recorrente. Como se produzirá um jornalismo de boa qualidade em meio a tal conjuntura de dificuldades financeiras das redações tradicionais e de tempo escasso para o aprofundamento da escrita? Diferentes possibilidades foram e estão sendo pensadas. Aqui, propomos analisar uma dessas tentativas que, apesar de não ter sido originada neste contexto, encontra espaço no presente cenário: o livro-reportagem. Neste trabalho procuramos entender se o livro-reportagem seria uma saída para a manutenção de um jornalismo de qualidade ou se apenas mais uma possibilidade de jornalismo. Adotamos dois principais procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica e entrevistas em profundidade, realizadas com quatro jornalistas-autores e uma autora de livro de repórter. As principais referências bibliográficas utilizadas foram Pereira Lima, pioneiro nos estudos sobre livro-reportagem no Brasil; Zarate Maciel, cuja principal subárea de pesquisa é o livro-reportagem; e Catalão Jr. Esta dissertação constata a falta de tempo, no cotidiano das redações, para a produção de reportagens aprofundadas e contextualizadas, que encontram espaço no livro-reportagem. Este formato, entretanto, apresenta obstáculos próprios, dos quais destacamos o exíguo retorno financeiro com o produto editorial.

## Palavras-Chave

Livro-reportagem; disrupção no jornalismo tradicional; jornalismo de qualidade; narrativa; literatura.

## Abstract

Vilardo, Beatriz Ostwald Luz; Carvalho, Patrícia Maurício (Advisor). **Quality journalism in the Third Industrial Revolution: book-report narratives.** Rio de Janeiro, 2022. 137p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Books and newspapers are important objects of knowledge, which shape our way of understanding the world. Driven by the advancement of digital technologies and by the increase in competition for the advertising fraction, a press crisis is currently identified – drawing attention to the disruption of the journalism business model, occurred in the context of what César Bolaño calls the Third Industrial Revolution. Newsrooms reduction, functions accumulation and pressure for immediate publications on platforms and social media are a recurring reality. How will good quality journalism be produced in such a conjuncture of financial difficulties of the traditional newsrooms and scarce time to deepen the writing? Different possibilities are being considered. Here, we propose to think about one of these attempts that, despite not having originated in this context, finds space in this scenario: the book-report. In this work we try to understand if the book-report would be a way of maintaining quality journalism or if it is just another possibility of journalism. We adopted two main methodological procedures: bibliographic review and in-depth interviews, carried out with four journalist-authors and one author of a reporter's book. Our main bibliographic references were Pereira Lima, pioneer in studies on book-reports in Brazil; Zarate Maciel, whose main research subarea is the book-report; and Catalão Jr. This dissertation notes the lack of time, in daily newsrooms, for the production of in-depth and contextualized reports, which finds space in the book-report. This format, however, presents its own obstacles, of which we highlight the meager financial return.

## Keywords

Book-report; disruption in traditional journalism; quality journalism; narrative; literature.

## Sumário

1. Introdução .....	11
2. História da narrativa, narrativas históricas.....	21
2.1. Gêneros literários .....	23
2.2. Entre[laços] jornalismo e História .....	30
3. A narrativa jornalística no contexto dos estudos acadêmicos .....	41
3.1. Sobre as teorias do jornalismo .....	51
3.2. Gêneros jornalísticos .....	55
3.3. Breve história daquele que documenta a História .....	58
4. Livro-reportagem no contexto da disrupção do jornalismo tradicional.....	70
4.1. Jornalismo como mercadoria? .....	79
4.2. Quem vê capa não vê produção.....	88
4.3. O engatinhar do livro-reportagem no Brasil .....	92
4.3.1. Os Sertões na vanguarda .....	97
4.3.2. Produções de um ramo consolidado.....	107
4.4. Livro-reportagem: outro formato para o jornalismo? .....	110
5. Considerações Finais .....	124
6. Referências bibliográficas .....	131



## Lista de figuras

Figuras 1 e 2: 12ª edição do Compilador Mineiro.....	60
Figuras 3 e 4: Primeira edição da Gazeta do Rio de Janeiro .....	62

## **Lista de tabelas**

Tabela 1 - Principais classificações jornalísticas brasileiras .....57

Tabela 2 - Síntese das respostas de nossos entrevistados .....95

## 1. Introdução

Os livros exercem papel essencial na vida de cada um. Seja na educação, com os livros didáticos, na documentação histórica de um período, ou como forma de entretenimento, eles são fontes de conhecimento, cultura, desenvolvem o senso crítico, o vocabulário e a escrita. Para além dos ganhos diretos, os livros exercem outro tipo de influência nos leitores, ao levarmos em conta que o suporte é resultado dos aspectos econômico, social, intelectual e político a ele associados.

Com similar relevância, os jornais servem como suporte de escrita e documentação dos acontecimentos, de maneira a moldar a nossa forma de pensar e enxergar o mundo. Independentemente de como entendemos o jornalismo – se como instrumento de construção da realidade ou como reflexo do real (AGUIAR, 2006) – o fato é que, a partir dele, tomamos ciência de acontecimentos que, sem os veículos de comunicação, não teríamos contato.

Mesmo em meio a grandes nomes e prestígio, atualmente vive-se uma crise dos modelos de negócios em comunicação, provocada pela inovação tecnológica, que gera uma disrupção do jornalismo tradicional (MAURÍCIO, 2017). A pergunta que paira no ar é: como se produzirá um jornalismo de boa qualidade em meio às dificuldades financeiras das redações tradicionais e das demissões em massa? Foram e estão sendo realizadas diferentes tentativas de se chegar a novos modelos de negócio para as empresas jornalísticas que sejam sustentáveis para manter um jornalismo de qualidade.

Entre as tendências mais atuais das práticas comunicacionais, identificamos os deslocamentos de conteúdos por diferentes meios e suportes que, na era da convergência de mídias, a partir de uma multiplicação de narrativas transmidiáticas (FIGUEIREDO, 2017), transitam entre os diversos suportes: de documentários para seriados e da televisão, da televisão tradicional para produtos *on demand*, de livros para os filmes, entre outros.

Aqui propomos pensar um desses deslocamentos que, apesar de não ter sido originado no contexto da disrupção do modelo de negócios no jornalismo, encontra neste formato uma saída para os atuais obstáculos na produção de um jornalismo de qualidade. Os textos antes publicados exclusivamente para os jornais passam a ser concebidos para a publicação em livros através de um formato híbrido entre o

editorial e o jornalístico: o livro-reportagem. A forma livro-reportagem é hoje, por um lado, relevante gênero do mercado editorial, mas é, antes ainda, uma prática jornalística derivada do gênero reportagem.

Livro-reportagem (LIMA, 2009); livro de repórter (ZAMIN, 2011); romance-reportagem (FERREIRA, 2004); jornalismo literário (PENA, 2018); jornalismo best-seller (CATALÃO, 2010). Essas são apenas algumas das formas de se referir às reportagens que extrapolam as páginas de jornais, de revistas e sites de veículos jornalísticos. Esse esforço literário em torno da reportagem pode nascer como resultado de uma grande reportagem ou uma série veiculada na imprensa ou ainda pode ter sido um projeto desde o início concebido para a publicação em livro.

Essa prática jornalística que descende da reportagem ampliada, do jornalismo literário, do novo jornalismo, e outras derivações é também objeto de reflexões acadêmicas na área de Comunicação. Seu estudo se relaciona diretamente com produção editorial, por um lado, uma vez que sua aparição e comercialização se dão no formato de livro, mas este tipo específico de livro surge como consequência da prática da reportagem, portanto, é sobretudo resultado do trabalho jornalístico, um subproduto desse fazer jornalístico, que se associa à prática do jornalismo investigativo.

O objetivo desta pesquisa é compreender o livro-reportagem como espaço nobre para exercício do jornalismo. Esses projetos editoriais que propõem publicar reportagens em livro surgem no âmbito do jornalismo e atravessam essa fronteira invisível entre jornalismo e literatura.

Outro fator que contribui para a expansão de novos formatos de negócio na comunicação é o aumento da procura por conteúdos cada vez mais voltados para o micro em detrimento ao macro – isto é, produtos finais com conteúdos mais específicos, como um blog jornalístico apenas com matérias sobre política do estado do Rio de Janeiro. “O que este jornalismo não ligado às antigas empresas tem em comum no Brasil é estar voltado para um mercado de nicho” (MAURÍCIO, 2017, p. 70-71).

Neste trabalho, nossa hipótese é que a produção de livros-reportagem contribui para a manutenção de um jornalismo de qualidade, para a documentação histórica e para a ampliação e difusão de conhecimento. Para entender e construir

o contexto atual do jornalismo e, especificamente, do livro-reportagem, formulamos as seguintes perguntas:

- O jornalismo já passou por constantes transformações e crises. A crise do jornalismo hoje é mais preocupante ou mais agravante que “as anteriores”? Se sim, o que determina que isso esteja ocorrendo? De que forma a atual mudança se manifesta?
- Hoje há menos tempo para produzir reportagens mais aprofundadas? Ou falta espaço no jornal para comportar tantas informações produzidas? O livro-reportagem é uma saída para isso?
- Quais as principais mudanças no mercado jornalístico que levaram ao cenário em que vivemos? O jornalismo está perdendo credibilidade? E qualidade?
- Qual o papel que o livro-reportagem cumpre hoje, nesse contexto de disrupção do modelo de negócios do jornalismo?

Dito isto, chega-se à pergunta central da presente pesquisa: Seria o livro-reportagem uma saída para a manutenção de um jornalismo de qualidade? Ou apenas mais uma possibilidade de jornalismo?

Para o desenvolvimento deste trabalho, realizamos um mapeamento dos estudos acadêmicos sobre o livro-reportagem e suas variações no Brasil. Além disso, consideramos necessário identificar as diferentes formas de conceituar o livro-reportagem, uma vez que se trata de formato híbrido entre o editorial e o jornalístico. Também trouxemos materiais complementares para maior enriquecimento da discussão, como vídeos do YouTube, jornais/reportagens antigos e aulas de outros cursos de pós-graduação. Aqui adotamos dois principais procedimentos metodológicos, entrelaçados ao longo da pesquisa ao longo dos capítulos: revisão bibliográfica e entrevistas em profundidade.

Para a revisão bibliográfica, nosso primeiro esforço foi levantar as principais definições e conceitos acerca do termo “livro-reportagem”, tema mais amplo deste trabalho, cuja pesquisa e produção encontram um vasto campo de estudo, ainda pouco explorado.

Ida Regina C. Stumpf (2005) divide a pesquisa bibliográfica em duas vertentes, uma com o conceito mais amplo e outra, restrito. Assim como a autora, adotaremos nesta pesquisa a segunda, por ela definido “como um conjunto de procedimentos para identificar, selecionar, localizar e obter documentos de interesse para a realização de trabalhos acadêmicos e de pesquisa, bem como técnicas de leitura e transcrição de dados” (p. 54). É o esforço de mapear os estudos e livros já publicados em relação ao tema e subtemas da pesquisa.

Este movimento tem como objetivo balizar e nutrir o pesquisador, dando suporte e autoridade ao estudo pretendido, seja reforçando, justificando ou ilustrando alguma ideia e/ou posicionamentos, uma vez que “uma das características básicas de um trabalho acadêmico é seu apoio e testemunho em documentação, representado por meio da citação de autores e de fontes abalizadas” (STUMPF, 2005, p. 60).

Lima, Maciel e Catalão Jr. são os três principais pesquisadores do livro-reportagem que utilizamos nesta pesquisa. Edvaldo Pereira Lima é o pioneiro nos estudos sobre livro-reportagem no Brasil e referência na maioria (senão em todas) das pesquisas sobre o assunto, autor do livro *Páginas ampliadas: livro-reportagem como extensão do jornalismo*; Alexandre Zarate Maciel, cuja tese de doutorado intitula-se “Narradores do contemporâneo: jornalistas escritores e o livro-reportagem no Brasil”, tem o livro-reportagem como principal subárea pesquisada; e Antônio Heriberto Catalão Jr. também defendeu tese baseada no tema, “Jornalismo Best-seller: o livro-reportagem no Brasil contemporâneo”.

A entrevista é considerada uma das mais importantes fontes de informações para um estudo de caso. Neste trabalho, ela também será de grande valor, uma vez que entrevistamos autores de livros-reportagem para compreender mais a fundo o trabalho, a coleta de dados, o dia a dia, as dificuldades, entre outros. Tal a importância da entrevista, que para além de parte dos estudos de caso, sua variação também é considerada um método separado de pesquisa: a entrevista em profundidade.

A entrevista individual em profundidade é outra técnica qualitativa de que dispomos nesta pesquisa. A partir dela, buscaremos aprofundar como se dá o processo de produção de livros-reportagem, se ele pode ser considerado uma possível solução da manutenção de um jornalismo de boa qualidade em meio às

dificuldades financeiras das redações tradicionais e das demissões em massa e descobrir se o livro-reportagem se faz importante no contexto de disrupção do jornalismo tradicional.

Para isso, entrevistamos quatro jornalistas que tiveram/têm experiência em redações de reconhecidos jornais brasileiros e que escreveram livros-reportagem de relevância para o cenário nacional e até internacional, e uma que escreveu o que Zamin denominou como livro de repórter, ouvindo suas experiências e opiniões, a fim de “descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer prospectivas” (DUARTE, J., 2005, p. 63). O objetivo, aqui, é antes “uma construção baseada em relatos da interpretação e experiências”, e não obter uma visão objetiva e específica.

A escolha dos entrevistados, em primeiro momento, se deu pelas diferentes posições frente à produção do livro-reportagem. A primeira seleção tinha por base jornalistas com distintas realidades que as levaram a escrever o livro: uma que escolheu sair do dia a dia das redações tradicionais para se dedicar à literatura (Daniela Arbex); outra que, ao cobrir um determinado fato para o jornal em que trabalhava, percebeu uma história em potencial, para além do que tinha sido originalmente solicitado pelo jornal (Patrícia Campos Mello); e uma terceira que, na cobertura de um importante assassinato político, apurou mais material do que havia tido tempo/espço para elaborar e publicar no jornal em que trabalhava (Vera Araújo).

O acúmulo de funções (profissional e pessoal, que se embaralhavam no dia a dia) e, com isso, a correria, impostos pela pandemia, impossibilitou a conversa com duas das três entrevistadas originalmente planejadas para o desenvolvimento desta pesquisa. Uma mudança nos planos originais se fez necessária. A partir daí, tentou-se contato com o que consideramos importantes nomes da área, alguns também sem sucesso.

Cinco profissionais, mesmo sem tempo e em meio às restrições sociais de distanciamento ainda em vigência, aceitaram conversar conosco. O recorte final contemplou, então, outro critério: profissionais com diferentes tempos de atuação (desde os com cerca de cinco anos de formados àqueles na casa dos 30, 40 e 50 anos de carreira), em diferentes suportes (jornalismo televisivo, online e impresso)

e posições/áreas (jornalismo semanal, diário; cultural, político, religioso, local e direitos humanos).

As entrevistas foram todas realizadas de maneira remota (via zoom), com média de uma hora cada: 45:51 Vera Araújo; 55:01 Caco Barcellos; 49:27 Carolina Freitas; 55:43 Mauro Ventura; 1:54:04 Emílio Coutinho (dividida em dois momentos devido à queda momentânea da internet 36:43 + 1:17:21). Nelas, seguimos um roteiro previamente estabelecido, no modelo questionário semiaberto. Além das perguntas anteriormente listadas, indagamos em relação à possibilidade ou não de se sustentar apenas com os livros-reportagem.

A partir da resposta de nossos entrevistados, aqui transcritas com pequenas edições apenas para fins de facilitar a leitura, pudemos comparar respostas antagônicas – umas em relação a outras, ou em relação à bibliografia lida –, perceber pontos de concordância, articular ideias e suscitar reflexões acerca do tema trabalhado. A fim de complementar ainda mais a discussão, utilizamos também depoimento gravado em vídeo de outros dois jornalistas-autores em evento de lançamento de livro.

Vera Araújo é repórter investigativa do jornal O Globo. A jornalista e advogada foi responsável, em 2005, pela descoberta e revelação de grupos paramilitares em Jacarepaguá (zona oeste do Rio de Janeiro) que extorquiam dinheiro de moradores da região. Foi ela mesma quem os batizou de “milícias”. Entre outros prêmios, a jornalista já ganhou o Prêmio Especial Tim Lopes de Jornalismo Investigativo (2009), Imprensa Embratel (2003), Esso Sudeste (2009), Tim Lopes (2010) e Troféu Mulher Imprensa (2012). Vera é autora do livro-reportagem *Mataram Marielle: como o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes escancarou o submundo do crime carioca*, que escreveu junto com o jornalista Chico Otavio.

Com cinco décadas de carreira, Caco Barcellos é jornalista investigativo da TV Globo, onde está à frente do programa Profissão Repórter (que em 2008 recebeu o Troféu Imprensa de Melhor Programa Jornalístico), e foi vencedor de mais de vinte prêmios por reportagens especiais e documentários produzidos para televisão. Dentre eles, recebeu o Prêmio Especial das Nações Unidas como um dos cinco jornalistas que mais se destacaram, nos últimos 30 anos, na defesa dos direitos humanos no Brasil e dois prêmios Vladimir Herzog.



Caco Barcellos é autor de livros-reportagem, dentre os quais se destacam *Rota 66: a história da polícia que mata*, que lhe rendeu o Prêmio Jabuti na categoria reportagem (1993) e mais oito prêmios de direitos humanos, e *Abusado: o dono do morro Dona Marta*, que também lhe garantiu o Prêmio Jabuti como melhor obra de não ficção do ano de 2004 e o Vladimir Herzog (2003) na categoria livro-reportagem. O jornalista também publicou *Nicarágua: a revolução das crianças* e escreveu outros dois livros de não ficção em parceria: *Repórteres* e *Profissão Repórter: 10 anos*.

Mauro Ventura trabalhou como repórter, editor e colunista de grandes veículos nacionais, tendo recebido prêmios como Esso e Embratel, ambos em 2008. Fora das redações de jornais impressos, Mauro foi professor universitário e responsável pelo roteiro de “De conversa em conversa”, programa apresentado por Fernanda Montenegro, Carlos Heitor Cony e Artur Xexéo, no Canal Brasil. Atualmente, é repórter especial do Segundo Caderno de O Globo. No campo literário, além de crônicas inseridas em obras, Mauro Ventura escreveu dois livros de não ficção: *O espetáculo mais triste da terra: o incêndio do Gran Circo Norte-Americano*, livro-reportagem que recebeu o prêmio Jabuti em 2012, e *Por Ventura: encontros, encantos e outras inquietações*, de crônicas modernas da cidade do Rio de Janeiro.

Jornalista, mestre em jornalismo e professor universitário, Emílio Coutinho pesquisa desde 2012 – ano em que ingressou na faculdade de jornalismo – o caso Escola Base, ocorrido em 1994 em São Paulo. Suas pesquisas renderam-lhe a monografia, defendida em 2016, editada e publicada no ano seguinte como o livro-reportagem *Escola Base: onde e como estão os protagonistas do maior crime da imprensa brasileira*. Com uma década de pesquisa no ocorrido, Coutinho é considerado especialista no caso Escola Base, tendo sido convidado, inclusive, a ser consultor para um documentário que retrata o episódio.

De maneira a destacar a diferença entre o livro-reportagem e o livro de repórter, entrevistamos Carolina Freitas. Idealizadora do projeto Petrópolis Sob Lentes, o único portal dedicado ao resgate e à preservação da memória da cidade, Carolina é autora do livro de repórter *Petrópolis: o comércio de ontem, a saudade de hoje* – o livro de não ficção mais vendido na principal livraria da cidade em 2020. A jornalista e pesquisadora é vencedora dos prêmios Alcindo Roberto Gomes de

Jornalismo pela Academia Petropolitana de Letras, em 2019, e do prêmio Maestro Guerra-Peixe de Cultura, na categoria Comunicação, em 2020.

Como dizem Fontana e Frey (1994 apud DUARTE, J., 2005, p. 62), a “entrevista é uma das mais comuns e poderosas maneiras que utilizamos para tentar compreender nossa condição humana”. Por meio da entrevista em profundidade, é possível saber como e por que as coisas acontecem, e “tratar de questões relacionadas ao íntimo do entrevistado, como para descrição de processos complexos nos quais está ou esteve envolvido”.

A entrevista como técnica de pesquisa, entretanto, exige elaboração e explicitação de procedimentos metodológicos específicos: o marco conceitual no qual se origina, os critérios de seleção das fontes, os aspectos de realização e o uso adequado das informações são essenciais para dar validade e estabelecer as limitações que os resultados possuirão.

Selltiz et al. (1987 apud DUARTE, J., 2005) propuseram três classificações para as entrevistas: abertas, semiabertas e fechadas. A diferença entre elas varia conforme as questões abordadas (se são estruturadas ou não), o tipo de pesquisa (se qualitativa ou quantitativa), a abordagem (se em profundidade ou se linear), as respostas (se são indeterminadas ou previamente estabelecidas) e o modelo da entrevista (há um roteiro a ser seguido? É um questionário? As perguntas podem ser soltas, devendo apenas abordar uma questão central?).

Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizamos majoritariamente a entrevista semiaberta e aspectos da aberta. Ambas se caracterizam pela máxima exploração de determinado tema (que neste caso é o livro-reportagem e sua produção). A diferença básica entre a aberta e a semiaberta está no fato de que a primeira não tem um itinerário previamente elaborado, apenas um tema central, enquanto a segunda possui um roteiro-base que servirá como guia, sem a necessidade de este ser seguido de maneira rígida.

Em suma, para a elaboração desta pesquisa, realizamos um mapeamento dos estudos acadêmicos, no Brasil, sobre o livro-reportagem e suas variações conceituais, uma vez que se trata de formato híbrido entre o editorial e o jornalístico. Também entrevistamos cinco jornalistas para entender como se deu o processo de apuração, as diferenças de rotina de redação vs. escrita de livro-

reportagem, o processo de financiamento para a concepção do projeto, rotina de produção, apuração, escrita e revisão. Optamos por redigir as falas dos entrevistados o mais próximo da forma como foram ditas – com os desvios e repetições comuns à expressão oral coloquial – de modo a intervir o mínimo possível no raciocínio orgânico de cada um deles. Optamos, entretanto, por limpar trechos em que essas repetições dificultavam o entendimento da fala.

Os elementos pontuados neste trabalho buscam reforçar a importância da produção e o nobre papel de livros-reportagem para a documentação histórica, além da manutenção de um jornalismo de qualidade em meio à disrupção do modelo tradicional.

No primeiro capítulo da dissertação trabalhamos o que são narrativas e seu papel e transformação ao longo da história, como a criação e divisão delas em gêneros – algo adotado e mantido pelo mercado –, a transformação dos gêneros e seu reflexo direto do momento histórico vivido. Também adentramos a questão da barreira espaço-temporal que as narrativas enfrentam a partir da crescente importância mercadológica, mostramos a comunicação/narrativa como ferramenta de manipulação e poder, e percebemos os jornais como documentação histórica realizada no presente.

No segundo capítulo buscamos entender a narrativa jornalística no contexto dos estudos acadêmicos. Trouxemos um breve panorama histórico do jornalismo, compreendendo a herança positivista dele, as teorias do jornalismo e gêneros. Também abordamos a temporalidade do jornalismo (tanto na questão de produção, como nas entrevistas – tempo e quantidade –, na pós-produção – tempo de escrita – e na permanência deste depois de lido – perenidade); a aceleração provocada pelo avanço da tecnologia e a questão do presentismo.

O modelo mercantil adotado nas redações, com o elemento dinheiro sendo adicionado na equação, leva a uma distorção naquilo que deveria ser o principal objetivo do jornalismo: levar informação de qualidade para as pessoas, a fim de permitir maior capacidade de reflexão e, com isso, a possibilidade de uma democracia. A busca pelo lucro leva a um rompimento com o modelo anteriormente estabelecido das empresas jornalísticas tradicionais. Soma-se a isso o advento das tecnologias, especialmente a internet, que passa a brigar pela atenção e pelos anúncios publicitários. Tal cenário leva a demissões em massa, acúmulo de funções

por parte dos jornalistas e desconfiança por parte da população. No terceiro capítulo trazemos o livro-reportagem como possível saída para a manutenção de um jornalismo de qualidade, suas diferentes conceituações e entendimentos, além da discussão da Economia Política da Comunicação no cenário jornalístico e suas consequências.

## 2. História da narrativa, narrativas históricas

Importante forma de comunicação, documentação, saberes, experiências, entre tantos mais, a escrita é ferramenta indispensável para as civilizações atuais. Flusser (2007) enfatiza a importância do dispositivo ao afirmar que a escrita funda o mundo da história. Hegel (1999) vai além. Para o filósofo germânico, os povos que não possuem escrita também não possuem história, são pré-históricos. Tais povos não fazem parte do curso histórico, segundo Hegel, pois sua história fica refém do domínio cíclico e repetitivo da ordem do mundo natural.

A disposição do mundo em sequência é auxiliada pela escrita, uma vez que a materialidade do texto ajuda a romper a circularidade do mundo natural. Ao substancializar os acontecimentos em textos, obrigatoriamente lhes damos ou, ao menos, atribuímos o que Aristóteles chama de um início, um meio e um fim (mesmo que este permaneça em aberto).<sup>1</sup> Ou seja, é necessário que haja uma cadeia de ações e acontecimentos. A essa sequência causal, que garante continuidade, seguimento, em um fluxo objetivo, chamamos narrativa.

Tal encadeamento de situações é também denominado intriga, ou tessitura da intriga. Narrar pressupõe sempre a intriga, mesmo que a conclusão do tecer seja responsabilidade do leitor. Assim, o autor deixa a obra em aberto de modo que o leitor tente procurar hipóteses para fechar os pontos.

Concordando com Aristóteles, Ricoeur (1994) acredita que o homem, ao narrar, transforma as coisas que o desafiam, de modo a tornar o discordante em concordante, o imprevisto em algo inteligível, algo que faz sentido, mesmo que o final não seja feliz. A intriga, dessa maneira, torna inteligível todo o impasse. Para Ricoeur, ao tecer uma intriga, o homem já está teleologicamente narrando, ou seja, pensando em um fim. Ele afirma a lógica de início, meio e fim de Aristóteles, que, para ambos os pensadores, é encontrada em toda e qualquer narrativa.

Para Roland Barthes, “a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há em parte alguma povo algum sem narrativa; todas as classes,

---

<sup>1</sup> Comentário da profª Vera Figueiredo em aula de Seminários avançados III, Tópico: “Narrativa e temporalidade: novos regimes da ficção” no PPGCOM da PUC-Rio em 2020.2.

todos os grupos humanos têm suas narrativas, [...] a narrativa está aí, como a vida” (BARTHES, 2011, p. 19).

Lev Manovich, baseado no teórico literário Mieke Bal, afirma que, para um objeto cultural ser qualificado como uma narrativa, é necessário que ele siga alguns critérios. São eles: “deve conter tanto um ator quanto um narrador; deve conter também três níveis distintos que consistem no texto, na estória e na fábula; e seus ‘conteúdos’ devem ser ‘uma série de eventos conectados causados ou experimentados por atores’” (MANOVICH, 2018, p. 14).

Gérard Genette define a narrativa como “a representação de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos, reais ou fictícios, por meio da linguagem, e mais particularmente da linguagem escrita” (GENETTE, 2011, p. 265).

A narrativa apresenta, portanto, uma sequência de ações e experiências realizadas por personagens. Estes podem ser imaginários ou reais. Eles são apresentados em determinadas situações, que eventualmente mudam e os personagens reagem a essa mudança. Tal reação gera outra situação a que eles também reagem, até o ponto em que tudo chega a uma conclusão. A última reação fecha essa sucessão de ações e reações praticadas pelos personagens. Assim, há a necessidade de os personagens darem respostas a situações para que de fato ocorra a narrativa definida por Manovich.

Uma vez que muito do que sabemos vem de narrativas (sabemos muito mais do mundo por aquilo que nos contam do que pelo que de fato vivenciamos), a narrativa é a forma como constituímos o mundo, seja por meio de livros, jornais – importantes objetos de conhecimento e difusão de cultura –, TV, rádio, redes sociais, sites, filmes ou mesmo experiência de pessoas próximas que vivenciaram alguma situação. Presentes em relevantes momentos de nossas vidas, as narrativas moldam a nossa forma de enxergar o mundo.

Em sua tese, Ricoeur defende que narrar é configurar. É o narrar que possibilita aos homens dar um formato humano ao tempo cosmológico. Caso não usufríssem de tal dispositivo, seria como se eles ficassem permanentemente num caos cosmológico. O homem, ao narrar, não resolve os problemas, mas torna-os

inteligíveis, uma vez que, ao relatar o que aconteceu, já apresenta uma explicação embutida, mesmo que esta seja apenas uma teoria.

Ainda segundo o autor, a narrativa tem a capacidade de reconstituir uma situação, em todas as esferas que a englobam, estimulando os cinco sentidos. É o que Ricoeur denominou conceito de imitação de ação, ou atividade mimética, presente na intriga, e que engloba o que ele chama de “romance de ação”, “romance de caráter” e “romance de pensamento”.

A esfera delimitada pelo conceito de *mimese praxeos* se estende até onde se estende a capacidade da narrativa de “restituir” seu objeto por meio de estratégias narrativas que geram totalidades singulares capazes de produzir um “prazer próprio” graças a um jogo de interferências, de expectativas e de respostas emocionais por parte do leitor. (RICOEUR, 1995, p. 20)

Além de Manovich e Ricoeur, autores como Rancière e Lukács também ajudam a compor o pensamento em torno das narrativas. Os três últimos entendem que a composição da narrativa depende diretamente da transformação do contexto histórico. Os gêneros, são, portanto, a expressão/tradução/reflexo da sociedade em que foram concebidos, como veremos adiante.

A narrativa permeia as mais diversas áreas da vida humana, seja esta organizada em sociedades complexas e permeadas pela tecnologia, seja em agrupamentos mais simples, que utilizam a tradição oral para transmitir seus conhecimentos e costumes. Apesar de mais visível ou ao menos mais discutida nas áreas da literatura e do cinema, tal estrutura está no cerne das sete artes<sup>2</sup> e existe mesmo antes da escrita, estando presente na forma oral ou em figuras/pinturas. Assim, ao mesmo tempo em que ela conta e é testemunha da História da humanidade, a narrativa se transforma e se desenvolve junto ao seu objeto.

## 2.1. Gêneros literários

Presente nos mitos, no teatro e na poesia, as narrativas contêm diferentes objetivos, seja como forma de entreter, educar e/ou compartilhar experiências. Com

<sup>2</sup> No início do século XX, o italiano Ricciotto Canudo escreveu o Manifesto das Sete Artes, onde atualizou o sistema hegeliano antes vigente, e definiu que as sete artes são arquitetura, escultura, pintura, música, dança, poesia (literatura) e cinema.

o desenvolvimento das civilizações, aprimoram-se também as narrativas literárias e com elas os gêneros. Estes últimos definidos por Wellek e Warren (apud ALTMAN, 2000) como “um agrupamento de obras literárias baseadas, teoricamente, tanto na forma externa (métrica ou estrutura específicas) como na forma interna (atitude, tom, intenção ou, para dizer de maneira clara, o tema e o público)”<sup>3</sup> (ALTMAN, 2000, p. 25, tradução nossa).

Como sugere Augé, pensar sobre os gêneros de uma sociedade é pensar sobre a cultura dessa sociedade. “A literatura, como pesquisa ou descoberta de si e dos outros, possui, unicamente em virtude dessa dimensão, uma força crítica e prospectiva que vai além de seu objeto imediato” (AUGÉ, 2012, p. 60). Altman (2000) compartilha de tal linha de raciocínio e sustenta que, graças a Lévi-Strauss e outros antropólogos estruturais, foi possível perceber que a narrativa pode ser uma espécie de reflexo, uma autoexpressão da sociedade em que nasceu, e como tal, reflete, também, as contradições contidas naquela sociedade. Assim, ele afirma não ser “nada surpreendente que uma cultura em expansão contemple o nascimento de um novo gênero”<sup>4</sup> (ALTMAN, 2000, p. 22, tradução nossa).

Gêneros e civilizações estão de tal maneira associados que os primeiros são ressonância da sociedade que os fez surgir. Neles, encontramos vestígios do que é ou do que foi essa sociedade, permitindo uma visão antropológica da arte e da literatura. Tal afirmação confere um sentido transformador e poderoso à arte (entendida aqui por suas sete expressões, incluindo a literatura), e possibilita-nos indagar sua capacidade de intervir no mundo em que vivemos, mesmo que de maneira inconsciente.

[...] houve um tempo em que os críticos entendiam seu próprio papel a partir de uma perspectiva muito mais ativa e intervencionista. O exemplo do melodrama manifesta o papel potencial do crítico como estímulo para tornar o gênero um elemento vivo, transformador e ativo no desenvolvimento e na expressão de uma cultura.<sup>5</sup> (ALTMAN, 2000, p. 22-23, tradução nossa)

<sup>3</sup> Tradução de: “El género debe concebirse como una agrupación de obras literarias efectuada en base, teóricamente, tanto a la forma externa (metro o estructura específicos) como a la forma interna (actitud, tono, intención o, por decirlo claramente, el tema y el público)”.

<sup>4</sup> Tradução de: “No es nada sorprendente que una cultura en expansión contemple el nacimiento de un nuevo género”.

<sup>5</sup> Tradução de: “[...] hubo un tiempo en que los críticos entendían su propio papel desde una perspectiva mucho más activa e intervencionista. El ejemplo del melodrama manifiesta el papel



Os gêneros surgem ou atingem seu esplendor dependendo do momento em que se encontram, havendo, assim, um diálogo com o presente em que foi constituído. O romance policial, por exemplo, surge na época em que há a virada da sociedade, antes rural, em direção às cidades, no momento em que o público e o privado se confundem e paira no ar um grande medo do desconhecido. O romance policial nasce como forma de acalmar a sociedade pós-Revolução Industrial amedrontada, mostrando que o perigo existe e que eventos ruins estão sim passíveis de acontecer, mas que, tendo a razão como instrumento, soluciona-se qualquer mistério.

O romance policial nasce, no século XIX, estimulado pelo surgimento das grandes metrópoles. É o momento em que a multidão ganha as ruas; surgem os periódicos de grande circulação; a violência começa a aparecer com frequência nas páginas dos jornais e o outro não é mais apenas um vizinho amistoso, mas é visto, muitas vezes, como um mistério perigoso e ameaçador. Temas como estes já estavam presentes nos primeiros contos policiais de que se tem notícia, escritos por Edgar Allan Poe: “Assassinatos na rua Morgue” (1841), “O mistério de Marie Rogêt” (1842) e “A carta roubada” (1845). (MAGDALENO, 2007, p. 9)

Magdaleno lembra que Allan Poe foi o responsável pela criação do primeiro detetive da história (Auguste Dupin), cuja personalidade o leitor pouco conhece, entretanto encontra em suas desventuras “informações sobre o tempo em que [o detetive] vive, com a decadência da aristocracia e o crescimento da burguesia, e as transformações que a vida nos grandes centros urbanos sofria, com o crescimento das cidades e do número de seus habitantes” (2007, p. 11).

A literatura historiográfica como gênero foi a principal nos séculos XVIII e XIX, sendo sucedida pela sociológica e antropológica ainda neste último século. Como introduz Augé (2012), na História o estudioso se desloca no tempo (do presente para o passado), enquanto na antropologia o deslocamento acontece no espaço (de um lugar para o outro; o antropólogo vive no mesmo tempo em que a civilização sobre a qual escreve, sendo portador de uma cultura diferente).

---

potencial del crítico como estímulo para hacer del género un elemento vivo, cambiante y activo en el desarrollo y la expresión de una cultura”.

O gênero, em literatura, condiciona, com efeito, a natureza da mensagem, do conteúdo. Passar da tragédia ao drama, do conto ao romance é também mudar de ponto de vista sobre a história do mundo – como vemos no caso da tragédia grega. A crise de um gênero diz algo de outra crise, diz algo do público, da sociedade, das condições de pertinência. (AUGÉ, 2012, p. 57)

Se o romance policial surge como resposta a uma sociedade assustada com o desconhecido e o novo, ele se torna obsoleto na sociedade que não acredita que há apenas uma solução para os problemas, em que a verdade passa a ser questionada e o mundo se torna mais complexo.

Nada estaria tão em oposição ao mundo pós-moderno do que o romance de enigma, onde um detetive com métodos racionais desvenda a verdade e restabelece a ordem. Numa sociedade onde tudo passou a ser relativo, o que poderia ser classificado como verdade? Numa época onde as certezas não existem mais, com que autoridade o detetive pode desenvolver os seus métodos? (MAGDALENO, 2007, p. 34-35)

Como lembra Huyssen (2014), textos baseados em experiências, autobiografias e confissões também ganharam força na pós-modernidade, como tentativa de esquecer o modernismo, esquecer o mundo melhor que a utopia propunha, mas que não se concretizou. Isso porque, no período anterior, denominado modernidade, os humanos se permitiram superar seus limites físicos e temporais (no sentido de conseguir agilizar, produzir mais do que seria possível apenas com o corpo e as limitações humanas) com a criação e expansão do uso de máquinas. Nas palavras de Bauman, na modernidade:

O tempo se tornou o problema do “hardware” que os humanos podem inventar, construir, apropriar, usar e controlar, não do “wetware” impossível de esticar, nem dos poderes caprichosos e extravagantes do vento e da água, indiferentes à manipulação humana; por isso mesmo, o tempo se tornou um fator independente das dimensões inertes e imutáveis das massas de terra e dos mares. O tempo é diferente do espaço porque, ao contrário deste, pode ser mudado e manipulado; tornou-se um fator de ruptura: o parceiro dinâmico no casamento tempo-espaço. (BAUMAN, 2001, p. 129-130)

A modernidade é também o período no qual o Iluminismo, a crença na razão como principal meio para entender e solucionar as questões da sociedade, aflora e domina a opinião pública. Isso leva Bauman a afirmar que “a modernidade é, talvez mais que qualquer outra coisa, a história do tempo: a modernidade é o tempo em

que o tempo tem uma história” (BAUMAN, 2001, p. 129). Ou seja, período no qual o homem passa a querer controlar os mecanismos e dilemas do mundo natural, e organizá-los em regras, livros e leis, período no qual o homem se sente capaz de solucionar todos os problemas a partir de sua própria razão.

Tamanha crença na supremacia da razão levou, entretanto, ao oposto do progresso pretendido com a razão: à barbárie de duas Grandes Guerras. Caiu por terra a ideia de uma sociedade superior e mais justa devido à racionalização.<sup>6</sup>

Tamanha destruição – em seus mais variados sentidos e áreas –,

[...] leva tantos a falar do “fim da história”, da pós-modernidade, da “segunda modernidade” e da “sobremodernidade”, ou a articular a intuição de uma mudança radical no arranjo do convívio humano e nas condições sociais sob as quais a política-vida é hoje levada, é o fato de que o longo esforço para acelerar a velocidade do movimento chegou a seu “limite natural”. (BAUMAN, 2001, p. 18)

Para além disso, a barreira do espaço também passa a ser invadida nesta nova fase a que a humanidade adentra.

O poder pode se mover com a velocidade do sinal eletrônico – e assim o tempo requerido para o movimento de seus ingredientes essenciais se reduziu à instantaneidade. Em termos práticos, o poder se tornou verdadeiramente extraterritorial, não mais limitado, nem mesmo desacelerado, pela resistência do espaço (o advento do telefone celular serve bem como “golpe de misericórdia” simbólico na dependência em relação ao espaço: o próprio acesso a um ponto telefônico não é mais necessário para que uma ordem seja dada e cumprida. Não importa mais onde está quem dá a ordem – a diferença entre “próximo” e “distante”, ou entre o espaço selvagem e o civilizado e ordenado, está a ponto de desaparecer). (BAUMAN, 2001, p. 18-19)

O filósofo francês Jean-François Lyotard (2009) também discorre sobre a pós-modernidade:

A palavra é usada, no continente americano, por sociólogos e críticos. Designa o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX. Aqui, essas transformações serão situadas em relação à crise dos relatos. (LYOTARD, 2009, p. xv)

---

<sup>6</sup> Comentários de Luiz Felipe Pondé em aula gravada para a pós-graduação na PUC RS. Disponível apenas para alunos. Acesso em: 15 abr. 2022.

O pesquisador, em *A condição pós-moderna* (2009), trabalha com a hipótese de que, nas sociedades que ele designa de mais desenvolvidas, isto é, mais informatizadas, a posição ocupada pelo saber é modificada. Para ele, na fase pós-moderna “o saber muda de estatuto ao mesmo tempo que as sociedades entram na idade dita pós-industrial e as culturas na idade dita pós-moderna. Esta passagem começou desde pelo menos o final dos anos 50, marcando para a Europa o fim de sua reconstrução” (LYOTARD, 2009, p. 3).

A essa ideia sobre a mudança de estatuto sofrida pelo conhecimento/trabalho intelectual, Bolaño (2002, p. 74) afirma: “a informática cumpre a promessa contida na gênese da economia do conhecimento, abrindo uma nova era para o capitalismo”. Isto é, com o desenvolvimento das máquinas e suas tecnologias, o conhecimento intelectual de uma quantidade cada vez maior de funcionários passa a ser descartado. Se antes era necessário o trabalho intelectual de um artesão, este passou a ser substituído por uma máquina; em mesmo sentido, o trabalhador que detinha o conhecimento intelectual para a montagem de determinadas máquinas, como carros, por exemplo, agora tem seu trabalho subsumido pelo capital, que já produz máquinas que constroem máquinas; e, atualmente, testemunhamos o trabalho intelectual sendo subsumido por algoritmos.

[...] agora, o que vivemos é um processo duplo de subsunção do trabalho intelectual, inclusive o cultural e artístico, e de intelectualização generalizada dos processos de trabalho convencionais, de modo que as energias que o capital procura extrair do trabalhador são fundamentalmente mentais e não mais essencialmente físicas, o que, diga-se de passagem, não representa em si nenhum ganho real para a classe trabalhadora mas, num certo sentido, o contrário. (BOLAÑO, 2002, p. 66)

Momento de intensa destruição e reconstrução – metafórica e literalmente falando –, a pós-modernidade também foi palco e testemunha de outra mudança no que diz respeito a narrativas e suas estruturas. “A retomada dos gêneros é, ainda, característica da pós-modernidade. Depois de uma época de rupturas sucessivas, típicas do modernismo, o homem se depara com um esgotamento dos procedimentos de corte com a tradição” (MAGDALENO, 2007, p. 35).

No Brasil, desde a década de 1970, há um crescente retorno dos gêneros, trazendo uma estética negociada com o mercado. Este sempre em busca de originalidade, de novidade, mas também daquilo que vende. Em outras palavras, o

mercado funciona com uma dialética entre o novo e a repetição, um novo que leva a uma estética diferenciada. Testemunhamos, assim, a revitalização dos gêneros com características próprias da narrativa policial, de terror, romance, mas sem o ser integralmente. Como retomar um gênero de maneira nova? A solução se deu através de uma atitude desconstrutora.

Destrói-se o pilar que constitui determinado gênero, seja este pilar o enredo, o tempo, a narrativa, a imagem, e o reconstrói de maneira espelhada. As narrativas de super-heróis que mostram o vilão como vítima das circunstâncias e não como alguém que conscientemente age em favor do mal, como no filme *Coringa*, e as histórias policiais que não são solucionadas, como as de Garcia-Roza, são exemplos da nova abordagem narrativa.

As pertinências genéricas, então, já não serão rejeitadas de maneira radical, mas serão minadas por dentro, num movimento que remete para a erosão gradativa do edifício das certezas modernas, para a minorização das categorias através das quais essas certezas se expressavam. Não é à toa que se retomam hoje subgêneros que afirmavam a verdade (o romance policial), o indivíduo (a autobiografia) e a história (o romance histórico) – instâncias fundamentais para a construção das narrativas modernas de emancipação, que o século 20 se encarregou de descentrar, de redimensionar (*sic*). (FIGUEIREDO, 2003 apud MAGDALENO, 2007, p. 34)

Aristóteles e autores estruturalistas mais recentes, como Vladimir Propp, Barthes e Todorov, tentaram destrinchar uma lógica por trás da estrutura das narrativas (FIGUEIREDO, 2017). Pensaram-na isolada do tempo, entendendo que, independentemente da época ou do gênero, seu eixo estrutural permaneceria intacto.

Paul Ricoeur (1994), de maneira distinta, entende a narrativa como a mediadora entre o homem e o tempo cronológico e cosmológico. Em sua tese central, ele busca a reconciliação entre narrativa e tempo, pois, para ele, esta seria uma forma de tentar organizar o caos do mundo. A narrativa seria a maneira que o homem tem de lidar com a totalidade, com a expectativa do que virá, com a história do que passou, com as possibilidades da vida. Portanto, narrativa implica temporalidade. Da mesma maneira que a narrativa precisa de uma temporalidade, a História também.

## 2.2. Entre[laços] jornalismo e História

Regimes de historicidade são a forma como uma sociedade se relaciona com o tempo, como essa relação afeta as sociedades. Em um regime de historicidade, um tempo (que pode ser passado, presente ou futuro) tem predominância sobre os outros. Enquanto a valorização do passado encontra-se na chamada História *magistra vitae*,<sup>7</sup> a História moderna,<sup>8</sup> localizada entre a Revolução Francesa e a queda do Muro de Berlim, propõe a valorização do futuro. Hartog (2013) chama este regime de historicidade, ou a História em aberto. Durante séculos, o passado foi a categoria dominante, de referência. O primeiro movimento era de olhar para o passado, não para repeti-lo, mas para compreender o devir, para encontrar seus precedentes, exemplos e referências com vistas às lições a serem praticadas. No regime moderno, esse papel ficou reservado ao futuro, que estabelecia o objetivo a ser atingido e o caminho para consegui-lo com a maior brevidade possível. Sendo assim, a aceleração é um componente do regime moderno.

O livro-reportagem, poderíamos dizer, seria a junção de ambas as Histórias, uma vez que traz em sua estrutura a junção do passado e do futuro – com a busca pelas causas raízes de determinado assunto a que se está abordando (passado), e por (às vezes) propor um desenrolar desta situação (futuro). Carolina Freitas, jornalista e autora do livro de repórter *Petrópolis: o comércio de ontem, a saudade de hoje*,

<sup>7</sup> O termo *magistra vitae* foi cunhado por Cícero em seu livro *Da oratória* para se referir à História como “mestra da vida”. À História caberia o papel de “ensinar” através de exemplos e experiências anteriores, de modo a indicar os melhores padrões e respostas. Para Cícero, conhecer a História seria se deparar com ações e reações de diferentes povos e indivíduos, e aprender com seus êxitos e também derrotas. A História como mestra, portanto, teria uma função pedagógica de ensinar lições e guiar os indivíduos a partir dos exemplos passados. Cícero definia a História como “a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da velhice, por cuja voz nada é recomendado senão a imortalidade do orador” (CÍCERO, c.9, 36 e 12, 51).

<sup>8</sup> Segundo Koselleck (2006), o fim do século XVIII – palco de intensas agitações políticas, econômicas e sociais, como a Revolução Francesa, o advento da burguesia e da era industrial – encabeçou a emergência do novo, do progresso e da revolução. A modernidade, que trazia consigo o conflito com o antigo, revelava o novo como valor superior, sempre em direção ao futuro. Marques (2013, p. 65) reforça o que considera o principal argumento de Koselleck para a ruptura com a História *magistra vitae* e a emergência da concepção contemporânea de História: a substituição do termo *Historie* por *Geschichte*. Este (“antes relativo apenas ao acontecimento em si [*das Geschehen*]”) passou a ser usado por pesquisadores alemães em meados do século XVIII de forma a designar a “história como conhecimento de si mesma”. Continua Marques: “Como disciplina acadêmica autônoma, a *Geschichte* removia o sentido didático dos exemplos do passado nos quais a *Historie* se constituía – e o historicismo surge também nesse contexto para caracterizar de maneira única e inequívoca as diferentes realidades históricas, fazendo com que a História não tivesse mais uma utilidade didática exterior a si mesma, na aplicação cotidiana de pressupostos de conduta moral” (MARQUES, 2013, p. 65).

entende que este tipo de narrativa “preenche algumas lacunas que com o tempo acabam sendo esquecidas”.<sup>9</sup>

Rocha e Xavier (2013) conectam o jornalismo com a História a partir do compartilhamento de horizontes: as relações entre o passado e o presente. As pesquisadoras afirmam que “não há um limite entre onde termina o jornalismo e começa a história” (ROCHA; XAVIER, 2013, p. 146).

De maneira similar, a intriga não é encontrada apenas na literatura, mas na historiografia. O historiador também quer tornar as coisas inteligíveis, também pretende trazer lucidez àquilo em que há perplexidade, como lembra Ricouer. Narrar é lembrar, é assumir a consciência histórica. Por isso, a narrativa histórica tem uma intenção de ser verdade. Aristóteles reforça a associação entre História e narrativa:

O historiador e o poeta não se distinguem um do outro pelo fato de o primeiro escrever em prosa e o segundo em verso (pois, se a obra de Heródoto fora composta em verso, nem por isso deixaria de ser obra de história, figurando ou não o metro nela). Diferem entre si, porque um escreveu o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido. [...] A poesia permanece no universal e a história estuda apenas o particular. (ARISTÓTELES, online<sup>10</sup>)

Sobre o estilo da narrativa do livro-reportagem, Rocha e Xavier o descrevem como “menos abrangente que o do historiador, mas mais amplo do que o do jornalista, pelo menos aquele dedicado ao noticiário” (ROCHA; XAVIER, 2013, p. 145). Para as pesquisadoras, o livro-reportagem auxilia na construção de sentidos, memória, fonte e métodos para as abordagens históricas, ao que Mauro Ventura destaca a importância, e também a dificuldade, em se produzir um livro-reportagem.

Uma pesquisa intensa em documentos, em registros e entrevistas... e esse é um país que não guarda memória. No meu caso [do incêndio no circo em Niterói] eu tive muita dificuldade, porque processo desapareceu, eu não tinha nada nos hospitais, no cemitério, não tinha nada... mas eu consegui alguns documentos muito importantes que me serviram de âncora [...] mas [o livro-

<sup>9</sup> Carolina Freitas em entrevista via Zoom para a autora (15 mar. 2022).

<sup>10</sup> Trecho retirado de “Arte Poética”, de Aristóteles, no site <http://www.dominiopublico.gov.br/>. Acesso em: 02 set. 2020.

reportagem] é mais uma ferramenta, mais uma forma de contar uma história e de fazer um registro histórico que existe.<sup>11</sup>

A jornalista Carolina Freitas concorda com Mauro. Para ela, “as pessoas ainda não têm uma preocupação em manter uma história viva, às vezes nem dentro da própria família” e enxerga no depoimento o sustento da memória recente. Ela destaca outra relação entre determinadas áreas do jornalismo e da História, especificamente a contemporânea que, “apesar de tão próxima do presente, a gente não tem às vezes fotos, a gente não tem registros.” Autora do livro de repórter *Petrópolis: o comércio de ontem, a saudade de hoje*, que resgata a história dos comércios locais da cidade, Carolina relaciona o jornalismo como um complemento da História, ao tratar a realidade com lentes de outro recorte.

O que me chamou atenção é que eram histórias que os historiadores não tinham registro, porque eles têm seus objetos de estudo, têm seus recortes dentro das suas atuações e de fato não sobra tempo para estudar esse contemporâneo. E aí eu pensei: “bom, é aí que eu entro, né?” E foi o que eu fiz, eu comecei a resgatar essas histórias e eternizar.<sup>12</sup>

Para Niklas Luhmann (2000), a sociedade é um sistema de comunicações. Isto porque, de acordo com ele, um sistema está aberto a diversos estímulos, apesar de sempre traduzir os fatos fechando-se operacionalmente. Ou seja, a sociedade é um sistema que ao mesmo tempo está aberto para novos e variados fatos (seja uma criança que nasceu ou mesmo a chuva que precipitou), mas fechado uma vez que sempre obedece à seguinte ordem: algo exterior se torna e se forma algo interior.

Assim, a sociedade transforma tudo (ao mesmo tempo em que se forma) em comunicação. Neste sentido, o fato de estar chovendo se transforma em comunicação no momento em que um ator percebe tal fenômeno e o compartilha com outrem, ou mesmo o jornalista ao passar tal informação no noticiário.

De acordo com o pesquisador, “o que sabemos sobre a sociedade e mesmo sobre o mundo, o concebemos através dos meios de comunicação de massa. Isso não é válido apenas no que diz respeito ao conhecimento sobre a sociedade e a

---

<sup>11</sup> Mauro Ventura em entrevista via Zoom para a autora (14 abr. 2022).

<sup>12</sup> Carolina Freitas em entrevista via Zoom para a autora (15 mar. 2022).



história, mas também no que diz respeito à compreensão da natureza”<sup>13</sup> (LUHMANN, 2000, p. 1).

Tal teoria, neste sentido, auxilia na manutenção do poder e em uma possível manipulação por parte de quem o detém, uma vez que “se todo conhecimento precisa ser processado com ajuda da distinção entre autorreferência [quando se transforma o exterior em algo interno, isto é, transforma um fato dado em comunicação compreensível e acessível a determinado grupo] e heterorreferência [abertura aos fatos, ao novo, ao que vem de fora, ao mundo], então todo conhecimento (e, portanto, toda realidade) é uma construção”<sup>14</sup> (LUHMANN, 2000, p. 7-8).

Amaral e Mendes (2019, p. 154) endossam tal ideia:

A partir do momento em que é através da mídia – e, principalmente, do jornalismo – que se conhece a realidade fora do alcance da nossa experiência, é fundamental perceber que mesmo notícias autênticas são construídas e consumidas a partir de enquadramentos que dão sentido aos fatos, a partir de pressupostos ideológicos e culturais. O não reconhecimento da subjetividade inerente a todo processo de construção de narrativas – inclusive a jornalística, apesar de todas as práticas que pretendem torná-la a mais objetiva possível – traz efeitos sobre a maneira como o público vai encarar uma notícia.

Karl Marx traz outro exemplo de como a narrativa pode ter diferentes influências e interesses:

mesmo aqueles importunos folhetos que a liga contra a proteção aduaneira aos cereais, chefiada pelos fabricantes Cobden e Bright, lançava aos quatro cantos, possuíam, se não um interesse científico, pelo menos um interesse histórico, pela sua polêmica contra a aristocracia proprietária das terras. (MARX, 2016, p. 24)

A compreensão sobre o que lemos, ouvimos, dizemos, ou vemos, ou seja, a compreensão acerca do acontecimento, portanto, está, muitas vezes, subordinada à relação estabelecida das mensagens com a sua contextualização, com o fundo em

<sup>13</sup> Tradução de: “lo que sabemos sobre la sociedad y aun lo que sabemos sobre el mundo, lo advertimos a través de los medios de comunicación para las masas. Esto no sólo es válido respecto al conocimiento sobre la sociedad y sobre la historia, sino también respecto del entendimiento de la naturaleza”.

<sup>14</sup> Tradução de: “si todo conocimiento tiene que ser procesado con ayuda de la distinción entre eutorreferencia y heterorreferencia, entonces todo conocimiento (y con ello toda realidad) es una construcción”.

que são transmitidas. Exemplo de tal situação, em que o fundo do que se comunica não está aparente, são as histórias em quadrinhos do mundo Disney: aparentemente um mundo bom, sem ideologias, ódio ou política, um mundo inocente e sadio. Dois autores, entretanto, conseguiram enxergar – ter a ousadia de apontar – o que estava por trás da suposta narrativa inocente. Ariel Dorfman e Armand Mattelart expuseram a lógica por trás de tais historietas em um livro até hoje reconhecido como a crítica mais dura em relação a Walt Disney.

*Para ler o Pato Donald* foi escrito em um período singular, publicado pela primeira vez em 1971, em meio ao golpe seguido pela ditadura de Pinochet, no Chile. O livro reforça o conhecimento como moeda de poder, apresenta uma análise marxista das historinhas e suas intenções escusas, e tem por objetivo demonstrar como a lógica imperialista e capitalista era reproduzida nos quadrinhos do mundo Disney, que eram vistos, originariamente, como ingênuos.

Esta análise realizada pelos autores seguia na contramão de tudo o que se pensava do mundo Disney até então, que, em resumo, era tido como um mundo bom, sem ideologias e questões políticas, sem preocupações e que não envelhece. Os autores reforçam que as histórias, indicadas como além das fronteiras e das ideologias, aquém dos ódios, das diferenças e dos dialetos, na verdade estão repletas de significados políticos ocultos.

Algumas das principais características destacadas pelos autores em relação a esses quadrinhos são: a ausência da família tradicional (pais e mães são substituídos por tios, tias e avós, em geral); as formas de representação da mulher (personagens secundárias, que existem para servir, para seduzir, e com excesso de preocupação com a beleza. Aquela que ousa sair dessa lógica é enquadrada como bruxa ou feiticeira); do bom selvagem e dos povos subdesenvolvidos (esses sempre como mais ignorantes e submissos, atrasados, tribalizados, ingênuos e/ou malandros); a busca do ouro (ou similares, como dinheiro, tesouros e fama, que reforça sempre a relação mercantil, inclusive entre pessoas); a representação do trabalho; e a repetição das estruturas narrativas das histórias desse universo.

Reconhecendo que descortinam um novo olhar em relação a um mundo até então querido, os autores, já no princípio da obra, alertam os leitores:

O leitor que abre este livro seguramente se sentirá desconcertado. Talvez não tanto porque vê um dos seus ídolos posto a nu, senão bem mais porque o tipo de linguagem que aqui se utiliza pretende quebrar a falsa solenidade com que a ciência em geral encerra sua própria ocupação. Para ascender ao conhecimento, que é uma forma do poder. (DORFMAN; MATTELART, 1978, p. 9)

No livro, Dorfman e Mattelart examinam como os personagens de Disney reproduzem a lógica capitalista, na qual o dinheiro e a acumulação de capital exercem papel predominante nas relações “interpessoais” entre os personagens, e como as histórias promoviam o imperialismo americano. Carlos Alberto Araújo destaca:

Os autores mostram, por meio da análise das narrativas típicas e das caracterizações dos personagens e ambientes, como esse produto cultural, tido normalmente como uma inofensiva forma de entretenimento infanto-juvenil, atuava, na verdade, como um instrumento de dominação cultural, cristalizando determinadas formas de percepção do mundo e da sociedade, à maneira de um “conta-gotas simbólico”, para utilizar uma expressão de Bourdieu. (ARAÚJO, 2009, p. 113)

Ao longo do primeiro capítulo, Dorfman e Mattelart ressaltam alguns pontos do universo criado por Disney e seus cartunistas, como o fato de que há uma manifesta preferência pelo setor masculino em detrimento do feminino, dentro de uma genealogia composta exclusivamente por tios, sobrinhos e primos. Segundo os autores, essa escolha dos cartunistas faria parte de uma tentativa de ocultar a sexualidade às crianças. Os pesquisadores afirmam que o mundo criado por Disney exclui o amor das relações, que aparecem nas histórias pautadas pelo interesse no lucro e no quanto os personagens se mostram úteis aos outros.

Eles reforçam como as relações interpessoais são marcadas nas histórias:

Todo personagem está de um lado ou de outro da linha demarcatória do poder. Os que estão abaixo devem ser obedientes, submissos, disciplinados, e aceitar com respeito e humildade as ordens superiores. Os que estão acima exercem, em troca, a coerção constante: ameaças, repressão física e moral, domínio econômico (disposição dos meios de subsistência). (DORFMAN; MATTELART, 1978, p. 29)

Enquanto os determinantes escusos ou, se preferir, as mensagens subliminares são descortinadas pela análise de Dorfman e Mattelart, o mundo Disney reforça os contornos aparentes: “Nossa intenção tem sido sempre servir

como veículo de sadio entretenimento e lazer em meio a tantas preocupações que nos rodeiam” (DORFMAN; MATTELART, 1978, p. 36).

Além dos exemplos supracitados em relação ao contexto no qual as histórias se desenrolam, apontados por Dorfman e Mattelart, trazemos também outro, de cunho diretamente político: a criação do Zé Carioca e do Panchito, personagens tipicamente brasileiro e mexicano (respectivamente). Sua criação é parte de um projeto denominado de “Política da Boa Vizinhança”, lançada na década de 1930 pelo então presidente americano Franklin Roosevelt, cujo objetivo era manter todas as nações do continente americano alinhadas com os Estados Unidos – e, assim, afastadas da influência de comunistas e fascistas.

O responsável pela implantação desta doutrina era o OCIAA (sigla em inglês para Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos), que usava a cultura como um dos principais meios para manter a influência americana. O órgão encomendou a Disney – uma espécie de embaixador não oficial da Política da Boa Vizinhança – personagens que conquistassem a simpatia dos países latino-americanos (novamente reforçando o poder das narrativas).

Assim, na perspectiva de Dorfman e Mattelart, a leitura aparentemente inocente e apolítica dos quadrinhos da Disney, carrega – comprovadamente – grandes significados, inclusive políticos, e busca a manutenção de um imperialismo cultural, político e econômico. Ela reforça questões políticas de modo inconsciente e constante, uma vez que a leitura dos quadrinhos, os filmes e todos os objetos do mundo Disney fazem parte de inúmeros momentos e situações da vida das pessoas.

Como resume Araújo,

A produção intelectual de Mattelart nesse momento [1970, período em que o socialista Salvador Allende foi eleito presidente no Chile] se vincula diretamente a análises que percebem a vinculação entre os produtos culturais e interesses econômicos, sobretudo a partir do momento em que passa a existir uma produção industrial destes produtos culturais – transformados, pois, em mercadorias, categoria cara à tradição marxista, com todas as suas implicações e desdobramentos: os processos de alienação e reificação, entre outros. Além disso, ele começa a refletir sobre a maneira como a produção dessa cultura estava centralizada nos países de primeiro mundo – sobretudo os Estados Unidos – cabendo aos países do terceiro mundo apenas a condição de consumidores destes produtos (reproduzindo-se,

pois, uma outra idéia chave do pensamento marxista, a da divisão social do trabalho). (ARAÚJO, 2009, p. 113)

De acordo com Marx (2011, p. 166) “tal divisão [social do trabalho] é condição de existência da produção de mercadorias” e se dá, principalmente, através da exploração da classe burguesa (detentora dos meios de produção; minoria em termos gerais) sobre o proletariado, a classe trabalhadora (que “apenas” vende sua força de trabalho; maior parte dos indivíduos). A divisão social do trabalho, portanto, está associada à posição que o indivíduo ocupa frente às relações de produção e se dá de maneira desigual.

No campo jornalístico brasileiro, tal cenário se reproduz: conglomerados de mídias (quando um mesmo grupo empresarial detém mais de um meio de comunicação em massa – como TV, rádio, impresso, online...) concentrados nas mãos de poucas famílias. Tal mídia monopolizada, posteriormente, vende sua mercadoria àqueles (muitos) cuja função cabe “apenas a condição de consumidores destes produtos”, para reproduzirmos a citação de Araújo.

Ao deixarmos de lado o foco econômico, podemos situar o jornalismo como um tipo de narrativa e como processo de documentação histórica. Presente de alguma forma (seja impressa, via rádio, TV ou mesmo através de redes sociais<sup>15</sup>) na maioria dos lares, ele é importante meio de conhecimento e molde da maneira como apreendemos a realidade e o mundo. Como subgênero do jornalismo, o livro-reportagem, conseqüentemente, também é uma narrativa que – neste aspecto mais do que nas reportagens de jornais impressos que o originaram, como veremos adiante – auxilia na documentação da História, cujo desenrolar se dá a todo momento.

Caco Barcellos concorda com tal visão ao afirmar que mesmo os profissionais responsáveis por produzir análises com cunhos históricos da sociedade, como um antropólogo, um sociólogo, ou mesmo um historiador, necessitam da apuração e atividade do jornalista: “essas profissões todas serão radicalmente dependentes sempre de quem faz o registro instantâneo da história que

---

<sup>15</sup> Uma pesquisadora do grupo de Economia Política da Comunicação da PUC-Rio chamou a atenção para um importante dado: “o maior fluxo de audiência dos sites de notícias vem de sites de redes sociais. [...] o Digital News Report 2020 que aponta que 67% das pessoas consomem notícias nas redes sociais, contra 66% na TV e 23% nos jornais impressos” (VARGAS, 2020, p. 22).

é o repórter.”<sup>16</sup> Carolina Freitas endossa: “hoje eu vejo jornalismo como uma forma de você contar, resgatar e eternizar histórias, principalmente de pessoas.”<sup>17</sup>

Por seu importante papel na sociedade, o livro-reportagem (e o jornalismo como um todo) é uma importante ferramenta para a manutenção da democracia. Entendemos a democracia e a sociedade como um todo como complexas, formadas por emaranhados de relações conflitantes e em constante mutação, com interesses próprios e outros em comum. Apesar de a sociedade pós-moderna, que é polissêmica, descartar a possibilidade de uma verdade única, algumas características essenciais do jornalismo – herança positivista, como veremos no capítulo a seguir – permanecem inalteradas no livro-reportagem, que precisa trabalhar com uma abordagem polifônica e completa(xa), ouvindo os mais diferentes atores presentes direta ou indiretamente em determinado acontecimento, enquanto outras são ampliadas, como a tentativa de compreensão de suas opiniões e preferências, o motivo para tais, os objetivos e interesses escusos de cada ator.

Assim como na Economia Política da Comunicação é necessário entender o contexto em que determinada situação aconteceu, a conjuntura histórica e política de uma determinada história, os diferentes pontos de vista e circunstâncias, para o livro-reportagem tal abordagem também se faz essencial. Por isso, ele busca entender os determinantes das situações, o que indica que uma coisa é da forma como se apresenta, utilizando-se, para isso, uma técnica que se assemelha à do método dialético marxista. De certa forma, podemos dizer que tal processo é utilizado para a produção do bom jornalismo, isto porque se trata de um método de pesquisa, sendo, portanto, detalhista.

A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção *a priori*. (MARX, 2016, p. 28)

Marx entende que o mundo das ideias, isto é, o pensamento, nada mais é do que o real “transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado” (MARX,

<sup>16</sup> Caco Barcellos em entrevista via Zoom para a autora (14 mar. 2022).

<sup>17</sup> Carolina Freitas em entrevista via Zoom para a autora (15 mar. 2022).

2016, p. 28), por isso a necessidade de se dedicar à compreensão desta realidade sob diferentes perspectivas. Tal método, portanto, examina as partes de uma coisa (no caso de Marx, o objeto de estudo foi o capitalismo), o contexto que a envolve e os determinantes, para depois olhar o conjunto e entender como aquela coisa é e funciona. Ele também será utilizado neste trabalho cujo objeto de estudo é o livro-reportagem.

Para além da tentativa de organização do caos do mundo e de sua apreensão, a narrativa desempenha outra função: narrar é a forma que o homem tem de tentar lidar com a angústia da própria finitude, ou de uma lembrança que o tortura, ou das aporias do tempo, de tornar a realidade mais concordante, mais inteligível. A tessitura da intriga ajuda a elaborar a nossa vivência na temporalidade do mundo, a organizar a experiência humana no mundo, a apreender também o tempo externo da obra. Ricoeur (1994) entende a ficção não como meio de fugir da realidade; mas como um modo de apreendê-la.

O pesquisador associa a ideia de início, meio e fim presentes na intriga de Aristóteles à ideia de Santo Agostinho de que é a mente humana, ou alma, que organiza o tempo como o entendemos, dividido em passado da memória, presente da atenção e futuro que está por vir. Em outras palavras, o tempo humano é uma dialética entre a memória, a atenção e a espera.

A questão sobre a memória, a necessidade de ação e, especialmente, a temporalidade presente nas narrativas também é trabalhada por François Hartog. Para o pesquisador, a intriga funciona como esgarçamento do tempo presente, ao que ele chama presentificação.

O presente estendeu-se tanto em direção ao futuro quanto ao passado. Em direção ao futuro: pelos dispositivos da precaução e da responsabilidade, pela consideração do irreparável e do irreversível, pelo apelo à noção de patrimônio e a de dívida, que reúne e dá sentido ao conjunto. Em direção ao passado: pela mobilização de dispositivos análogos. A responsabilidade e o dever de memória, a patrimonialização, o imprescritível, já a dívida. Formulado a partir do presente e pesando sobre ele, esse duplo endividamento, tanto na direção ao passado quanto ao futuro, marca a experiência contemporânea do presente. Pela dívida, passa-se das vítimas do genocídio às ameaças à espécie humana, do dever de memória ao princípio de responsabilidade. (HARTOG, 2013, p. 257-258)

Permitir que o passado seja figurado no presente, ou seja, ligar o presente ao passado, possibilita a intriga a assumir uma postura de elo. Ao mesmo tempo, age como ruptura, ao não continuar o ocorrido, não adquirir o formato de um espelho que imita e estende o fato. A atividade mimética configura-se, portanto, como ruptura e elo.

Santo Agostinho e Hartog contribuem com a discussão sobre o presentismo. Para o primeiro, existem três tipos de presente: aquele em que se rememora o acontecido; o presente da atenção, em que as coisas se realizam; e o que se espera (no presente) para o futuro. O segundo encontra em Shoah (1985), filme de Claude Lanzmann, o reforço: “pondo diante dos olhos do espectador ‘homens que se colocam na condição de testemunha’, o filme visava, de fato, abolir a distância entre o passado e o presente: fazer surgir o passado do presente” (HARTOG, 2013, p. 24). E continua:

Seria, dessa maneira, uma forma de esclarecer, quase do cerne, as interrogações de hoje sobre o tempo, marcado pela equivocidade das categorias: há relação entre um passado esquecido ou demasiadamente lembrado, entre um futuro que quase desapareceu do horizonte ou entre um porvir ameaçador, um presente continuamente consumado no imediatismo ou quase estático ou interminável, senão eterno? [...] daí talvez essa experiência contemporânea de um presente perpétuo, inacessível e quase imóvel que busca, apesar de tudo, produzir para si mesmo o seu próprio tempo histórico. Tudo se passa como se não houvesse nada mais do que o presente, espécie de vasta extensão de água agitada por um incessante marulho. [...] E esse momento e essa experiência contemporânea do tempo que designo presentismo. (HARTOG, 2013, p. 37-40)

Se, como Ricoeur afirma, a narrativa é uma tentativa de colocar ordem ao caos e de tornar o mundo inteligível, o jornalismo participa dessa organização ao reunir, selecionar, decodificar e comunicar os acontecimentos.



### 3. A narrativa jornalística no contexto dos estudos acadêmicos

Selado na bandeira nacional, “ordem e progresso” é o lema do pensamento positivista político, cujo principal expoente é o filósofo francês Augusto Comte e cuja influência é perceptível até os dias de hoje no campo jornalístico. Embora, com as mudanças ocorridas no século XX, os paradigmas positivistas tenham sido abalados, “Os princípios positivistas [ainda] dão garantia aos operadores da informação jornalística que, como diria Comte, elimina-se a vã erudição e se constrói um relato da ordem natural das coisas” (MEDINA, 2008, p. 25).

Como herdeiro do positivismo, valores deste movimento ainda se fazem presentes no jornalismo, como a objetividade da informação, o jornal dividido por editoriais, a ênfase em dados concretos e observáveis. Cremilda Medina (2008, p. 24) destaca alguns desses aspectos:

Quando se observa o fazer cotidiano do jornalista e a doutrina presente na formação universitária (que data também no fim do século XIX), verificam-se marcas epistemológicas herdadas do *Discurso sobre o espírito positivo*. Ou do espírito comtiano. Senão, vejamos: a noção de real e a relação objetiva com o real; a tendência para diagnosticar o acontecimento social no âmbito da invariabilidade das leis naturais; a ênfase na utilidade pública dos serviços informativos; o tom informativo perante os fatos jornalísticos; a busca obsessiva pela precisão dos dados como valor de mercado; a fuga das abstrações; a delimitação de fatos determinados.

Este modelo da objetividade jornalística, que se faz presente ainda hoje, é consolidado de forma gradual fruto “não só de interesses econômicos ligados à eficácia, à rentabilidade, ao menor esforço e ao menor risco, mas sobretudo por uma estratégia de legitimação de um tipo de produto dentro de um campo jornalístico em formação” (BARROS FILHO apud LEITE JUNIOR, 2019, p. 46). O campo em formação referido é o modelo de *penny press*, que, ao exigir

“que as matérias fossem fotograficamente fiéis à vida” (AMARAL, 1996, p. 31), em uma época de hegemonia dos fatos sobre o comentário, ela estava trabalhando com uma lógica puramente comercial. Com “menos partidarismo, menos preconceito, menos distorções, menos *parti pris*, mais leitores, mais anúncios, receita maior” (AMARAL, 1996, p. 34). (LEITE JUNIOR, 2019, p. 46)

A mudança ocorrida no jornalismo esbarra na questão da temporalidade, um quesito essencial no âmbito jornalístico. De forma a entender as diferentes percepções de temporalidade presentes no jornalismo, analisaremos aquele que se apresenta no formato escrito. Entenderemos o jornalismo escrito dividido nas versões: jornais impressos e digitais, revistas (sejam elas mensais ou semanais) e livros-reportagem.

O jornal impresso é um dos mais tradicionais e reconhecidos formatos jornalísticos, e reúne os principais acontecimentos do dia. Para sua produção, o jornalista mantém o foco no presente, apurando e escrevendo de maneira relativamente rápida. O jornal é impresso na madrugada do dia seguinte, para logo na manhã seguinte ser encontrado nas bancas de jornal. Portanto, há um presente que se mantém desde o reconhecer os fatos (que aconteceram naquele momento), passa por sua escrita (que é realizada no mesmo dia), até a manhã do dia seguinte, quando, no momento da leitura, tratará dos relatos do passado curto. Os jornais impressos permitem-nos um retorno ao passado recente, um recorte do dia anterior com informações dos principais ocorridos, e são escritos em um presente levemente estendido, apenas o suficiente enquanto dura a produção do jornal. Sua vida útil enquanto material, entretanto, não é longa. Logo depois de lido, os jornais impressos mudam sua serventia, passando a ser utilizados como embrulho de flores ou outros desígnios – o conteúdo, com sorte, pode ser usado como arquivo e servir de base para historiadores e para a construção de futuros textos jornalísticos, como o livro-reportagem.

As revistas compartilham parte do processo acima citado – em escala maior – se pensarmos apenas na mecânica da produção: ao invés dos principais acontecimentos do dia, são os mais importantes da semana ou do mês. A temporalidade, entretanto, é levemente modificada: reúnem-se os acontecimentos em um presente mais alargado (que não mais tem a duração de um dia, mas sim da semana ou do mês); escreve-se no mesmo presente alargado (sem a pretensão de finalizar a matéria no mesmo dia em que começou a ser escrita), sendo comum o retorno ao passado, tanto anterior como contemporâneo ao do fato ocorrido que está sendo narrado, seja através de testemunhas, documentos, câmeras, entre outras possibilidades, a fim de obter mais detalhes, aprofundar a apuração e, assim, enriquecer a análise dos acontecimentos. A leitura da revista permite a volta a um

passado médio-curto, com reflexões mais aprofundadas sobre os acontecimentos. Em relação à duração do produto revista, ela é maior que a do jornal impresso diário. Com suas análises mais detalhadas, as revistas duram mais tempo que os jornais, podendo ser encontradas em salas de espera e lidas sem perda significativa de valor dependendo do relato (que pode ser uma matéria *hardnews*<sup>18</sup> da semana ou sobre a cultura do minimalismo e quem a pratica, uma matéria chamada no jargão jornalístico de fria<sup>19</sup>).

De maneira inversa, o jornalismo digital e, especialmente, sua produção funcionam quase que invariavelmente no presente imediato. Jornalistas agora são obrigados a pensar não apenas em uma rápida escrita da matéria, como também em um título atrativo, uma foto boa e que chame a atenção, e as adaptações para postagens nas redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram – *stories* e *posts*), além da necessidade de se atualizar e alimentar a todo instante os sites, como afirma a repórter investigativa do jornal O Globo Vera Araújo:

A pressão, principalmente da empresa, que quer muita matéria, audiência, quer click rápido, quer coisa rápida. Você precisa jogar tudo no site. [...] então você precisa pegar muita coisa, digamos, mais rápidas, que possam dar um título e chamar o leitor. Nessa situação, você percebe que muita coisa ali, tem um detalhe, que precisa de outro olhar, que você teria que fazer com mais cuidado, escrever com um pouco mais de tempo. Mas você não tem o tempo.<sup>20</sup>

À questão do título atrativo vale ressaltar que já era uma preocupação nos jornais impressos. A manchete chamativa, entretanto, se torna ainda mais essencial no meio digital uma vez que as pessoas agora não dependem do “cardápio” (BARSOTTI; AGUIAR, 2018) oferecido na *home page*. Ao invés disso, os leitores abrem matéria por matéria, e cada uma delas apresenta a sua própria medição de audiência, o que afeta as decisões editoriais sobre o tipo de matéria que deve existir a fim de aumentar a audiência total e vender anúncios mais caros.

É acrescida a isso a necessidade de um bom e chamativo *post* nas redes sociais, que se tornam portas de entrada cada vez mais importantes aos sites

<sup>18</sup> *Hardnews* ou notícias quentes são aquelas que tratam de um assunto importante do momento. Aquelas que possuem prazo para serem escritas, ou se tornarão velhas e não fará mais sentido publicar. Ex.: Um incêndio em um importante prédio que deixou cinco mortos.

<sup>19</sup> Notícia fria é aquela que não está entrelaçada a um prazo. Pode ser publicada hoje ou daqui a um mês que não terá prejuízo. A matéria sobre a cultura do minimalismo, citada acima, é um exemplo.

<sup>20</sup> Vera Araújo em entrevista via Zoom para a autora (9 mar. 2022).

noticiosos como ressaltam Barsotti e Aguiar com base no documento interno *Innovation* do *The New York Times* de março de 2014:

No *New York Times*, somente 7,8% dos leitores que visitavam o site em 2014 vinham do Facebook. O relatório menciona que no BuzzFeed – que ultrapassou o Times em audiência em 2013 e se intitula “o site de notícias mais compartilhável” –, a percentagem de leitores que chegam ao veículo via redes sociais é mais do que o sêxtuplo. “Eles aprenderam, entre outras coisas, que um ótimo post no Facebook se tornou um meio mais eficaz de promoção do que uma manchete”, compara o documento. (BARSOTTI; AGUIAR, 2018, p. 127)

Os pesquisadores destacam, também, o trecho de um artigo na *Columbia Journalism Review* intitulado “A home page está morta?”. Nele, a autora Ann Friedman afirma: “Como a agenda nas redações se tornou mais complexa, com novas atribuições, como *tweets*, compartilhamentos e cliques em notícias isoladamente, é surpreendente que ainda se gaste tanta energia na home page” (BARSOTTI; AGUIAR, 2018, p. 128).

No que diz respeito à produção das reportagens, vive-se o regime do presentismo (aqui entendido com o negativismo de Lukács que veremos adiante). A preocupação é apenas com e no presente. Robert Park (1970 apud LEITE JUNIOR, 2019, p. 50) afirma: “como forma de conhecimento, a notícia não cuida essencialmente nem do passado nem do futuro, senão do presente”.

Nívia Carvalho, editora de mídias sociais do jornal O Globo entre 2010 e 2014, em entrevista a pesquisadores da Economia Política da Comunicação, confirmou a importância de se manter boa relação com tais plataformas, uma vez que não basta apenas dispor de bons e frequentes conteúdos, é necessário que – ou pelo menos muito dependente de – os algoritmos façam a distribuição e exibição de tais conteúdos a usuários das mídias.

Na prática, esse relacionamento próximo com as plataformas fez com que o engajamento, sobretudo na página do Facebook, fosse, por um período largo, o maior entre todos os grandes jornais concorrentes e responsável por fatia considerável de tráfego para o site – e com maior tempo de permanência na página que a média, segundo a editora.

A estratégia do jornal era clara: usava as plataformas sociais para alcançar a audiência que estava espalhada naqueles ambientes e que não chegava ao conteúdo produzido pelo jornal de outra forma. (MAURÍCIO; ALMEIDA; SOARES JR., 2020, p. 18)

Com o advento da tecnologia digital, vivemos uma era da mudança da maneira como nos relacionamos com passado, presente e futuro, em que tudo acontece de forma muito intensa, mas também muito efêmera. A sociedade está mudando. Como supracitado, as narrativas também se transformam ao longo do tempo, sofrem as mesmas mudanças que a sociedade. Sempre numa troca mútua. Da mesma maneira que modificam com a sociedade, modificam a sociedade.

O jornalismo atual, das manchetes e do digital, como vimos, é muito fugaz, enquanto que o jornalismo de opinião, nos primórdios do jornalismo, exigia maior reflexão e maior tempo para a escrita e para a própria leitura. Vale destacar que hoje ainda existe a parte opinativa dos jornais, com colunas e artigos de opinião, mas estes possuem espaço próprio para isso, não são a regra como o eram no início, uma vez que não havia o padrão jornalístico estabelecido e as velhas redações eram compostas por advogados e escritores que buscavam uma renda extra. Mas de que forma as narrativas, especificamente a jornalística, influenciam essa mudança de experimentação do tempo?

Com a aceleração do capitalismo, quanto mais rápida a capacidade de produzir, escrever e lançar notícias, mais existe mercadoria para vender. Com as novas tecnologias, o ritmo do jornalismo se acelera, consequentemente acelera a vida em sociedade. Não há espaço para o processo. Ser o mais veloz necessariamente significa não permitir tempo para assimilar a história. A aceleração causa a busca por ser o primeiro, para atingir o auge – ou, em jargão jornalístico, ter o furo. Cada milissegundo conta para a perda ou o ganho da audiência, e com isso, do dinheiro. O presentismo exclui o futuro e o passado, fixando-se num presente que nunca acaba, e trazendo a experiência pós-moderna de um presente perpétuo, inapreensível e praticamente imóvel que procura produzir para si mesmo seu próprio tempo histórico.

O presentismo seria o tempo no qual não há nada além do evento em curso. Para alguns pesquisadores, ele inicia-se a partir do 11 de setembro de 2001. O atentado, de acordo com Hartog, põe em evidência a lógica do evento contemporâneo: ele se dá a ver enquanto acontece, se historiciza e “traz em si mesmo sua própria comemoração: sob os olhos das câmeras. E nesse sentido, ele é absolutamente presentista” (2013, p. 136). As mídias cumpriram essa função, colocando em primeiro plano o instante e o simultâneo.

Vale ressaltar, entretanto, que dez anos antes do atentado às Torres Gêmeas, em 1991, a Guerra do Golfo inaugurava a transmissão ao vivo de uma guerra, como destaca a Folha de São Paulo:

Na madrugada do dia 16 de janeiro de 1991 começava a primeira guerra televisionada da história. [...] Os ataques ao Iraque pelos aliados e o bombardeio iraquiano a Israel e Arábia Saudita foram transmitidos ao vivo pela rede CNN durante toda a guerra, tornando os jornalistas Peter Arnett e Bernard Shaw tão famosos quanto as imagens de mísseis que lembravam a tela de videogame.<sup>21</sup>

A matéria “Em 1991, CNN transformou guerra em espetáculo ao vivo e repórteres em astros” recordou algumas reportagens da época, como o trecho a seguir, retirado do Jornal do Brasil:

Em vários momentos, John Holliman anunciava que iria interromper sua narrativa para colocar o microfone na janela, de forma que os ouvintes pudessem ter uma noção da intensidade dos bombardeios. Bernard Shaw se arrastava pelos corredores e se escondia debaixo de mesas para garantir a transmissão das notícias para todo o mundo e para não ser visto por agentes de segurança no hotel”, detalhou o texto.<sup>22</sup>

Ou mesmo antes, em 1989, quando o repórter Silio Boccanera gravava sua simbólica passagem em cima do Muro de Berlim, que, embora não tenha sido transmitida ao vivo, estava ainda no calor do acontecimento. “Poucas vezes é possível testemunhar um acontecimento e ter certeza de que a História, com H maiúsculo, está sendo escrita diante dos seus próprios olhos. Este certamente é um desses momentos.”<sup>23</sup>

Se no início do jornalismo havia uma questão de ênfase, com visão de futuro que não eliminava passado e presente, havendo o movimento entre os tempos – de produção, escrita e leitura –, no presentismo, o presente se alargou a tal ponto que

<sup>21</sup> Guerra do Golfo foi a primeira transmitida pela TV. São Paulo, sexta-feira, 21 de março de 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2103200342.htm>. Acesso em 17 jan. 2022.

<sup>22</sup> Em 1991, CNN transformou guerra em espetáculo ao vivo e repórteres em astros 30/06/2019, Thell de Castro. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/em-1991-cnn-transformou-guerra-em-espetaculo-ao-vivo-e-reporteres-em-astros-27853>. Acesso em 17 jan. 2022.

<sup>23</sup> Disponível em: <https://gshow.globo.com/programas/conversa-com-bial/noticia/pedro-bial-esclarece-lenda-sobre-cobertura-da-queda-do-muro-de-berlim-eu-nao-estava-la.ghtml>. Acesso em 17 jan. 2022.

abarcou o passado e o futuro, não permitindo mais espaço para se movimentar. Em havendo a desvalorização do tempo, cresce a valorização do espaço.

Tal afirmação é demonstrada por Bauman num ir e vir, que variou ao longo da modernidade e o que o autor chamou de modernidade líquida, desde a emancipação do tempo em relação ao espaço. Para título de exemplificação, vale retomar a citação do autor de que “O tempo é diferente do espaço porque, ao contrário deste, pode ser mudado e manipulado” (2001, p. 130). Quando o tempo não podia ser explorado, era a espacialização (a conquista de mais e mais terras) que dominava, que significava poder. E mesmo no início da manipulação do tempo – quando apenas os mais ricos tinham essa possibilidade – isso se fez verdadeiro.

O movimento acelerado significava maior espaço, e acelerar o movimento era o único meio de ampliar o espaço. Nessa corrida, a expansão espacial era o nome do jogo e o espaço, seu objetivo; o espaço era o valor, o tempo, a ferramenta. Para maximizar o valor [o espaço], era necessário afiar os instrumentos [diminuir o tempo]. (BAUMAN, 2001, p. 131)

Em livro posterior, o autor desenvolve a relação entre tempo e espaço na sociedade que ele denomina “líquido-moderna”.

“Líquido-moderna” é uma sociedade em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir. [...] Numa sociedade líquido-moderna, as realizações individuais não podem solidificar-se em posses permanentes porque, em um piscar de olhos, os ativos se transformam em passivos, e as capacidades, em incapacidades. As condições de ação e as estratégias de reação envelhecem rapidamente e se tornam obsoletas antes de os atores terem uma chance de aprendê-las efetivamente. (BAUMAN, 2007, p. 7)

No campo jornalístico, a relação entre espaço e tempo também se faz relevante. Os limites do jornalismo escrito, seja em forma de jornal impresso ou revista, sempre impuseram um desafio aos editores. Tamanho de reportagem, foto, título, todos os elementos precisam ser milimetricamente calculados para serem conformados dentro do diagrama do produto. Tal problema foi resolvido pelo jornalismo digital, em que se tem disponível um *feed* de rolamento infinito. As amarras do limite de caracteres imposto pelo físico foram quebradas, já que o armazenamento de dados digitais é mais barato e ocupa muito menos espaço.

Não apenas o jornalismo escrito sofre com as limitações espaço-temporais. Um dos defeitos apontados por Wolf em sua pesquisa sobre as teorias da comunicação diz respeito à capacidade (ou à falta dela) dos meios jornalísticos, em especial o rádio e a televisão com seus limites bem delimitados, de contextualizar e aprofundar as notícias que produzem. Para Wolf, tais meios, de forma geral, oferecem notícias com lacunas de informações ao público, o que leva a uma “fragmentação da imagem da sociedade, mediante a [...] justaposição de acontecimentos-notícias, cada um dos quais é apresentado como auto-suficiente, não explicado por outros acontecimentos-notícias nem explicando nenhum outro acontecimento-notícia” (WOLF, 2003, p. 191).

No formato livro-reportagem, estrutura narrativa nascida no século XX e que ganha notoriedade no século XXI, encontramos a valorização de ambos os eixos: tanto o espaço é valorizado, como o tempo é redimido. A reportagem aprofundada, que não pode ser explorada e explicada em detalhes nas mídias convencionais, ganha espaço no suporte livro, que não impõe limitações de tempo de produção e apresenta um espaço mais alargado de publicação. Esta é uma tendência atual das práticas comunicacionais que, apesar de já existirem anteriormente, ganham papel de relevância na era da convergência de mídias, encontra uma multiplicação de narrativas transmidiáticas a partir do deslocamento de conteúdos por diferentes meios e suportes.

Esses projetos editoriais que propõem publicar reportagens em livro surgem no âmbito do jornalismo e atravessam essa fronteira invisível entre jornalismo e literatura. Assim sendo, a lógica antes vigente é invertida: o jornal deixa de ser um espaço feito para a literatura (como os folhetins, por exemplo) e esta se transforma em suporte para o que antes lhe garantia prestígio. Tal realidade reforça a afirmativa de que as narrativas se transformam junto com a sociedade.

No capítulo XXIV de Sobre a arte poética, Aristóteles explica o benefício de uma narrativa mais extensa:

6. A epopeia goza de vantagem peculiar no concernente a sua extensão: enquanto na tragédia não é possível imitar, no mesmo momento, as diversas partes simultâneas de uma ação, exceto a que está sendo representada em cena pelos atores; na epopeia, que se apresenta em forma de narrativa, é possível mostrar em conjunto vários acontecimentos simultâneos, os quais, se estiverem bem relacionados ao tema central, o tornam mais



grandioso. 7. Daí resultam várias vantagens, como engrandecer a obra, permitir aos ouvintes transportarem-se a diversos lugares, introduzir variedade por meio de episódios diversos; pois a uniformidade não tarda em gerar a saciedade, causa do fracasso das tragédias. (ARISTÓTELES, online<sup>24</sup>)

Além da superação dos limites físicos de um jornal ou revista convencionais, o livro-reportagem permite outra relação com a temporalidade. Os processos de apuração, produção, escrita e leitura ultrapassam os formatos jornalísticos escritos citados acima. Nas reportagens que extrapolam as páginas de jornais, revistas e sites de veículos jornalísticos, o jornalista-autor retorna ao passado, às raízes e motivos que ocasionaram determinada situação tratada no livro-reportagem. O relato pode ser de um acontecimento recente e que ainda se encontra em andamento,<sup>25</sup> como a Guerra da Síria, retratada no livro *Lua de mel em Kobane*, de Patrícia Campos Mello, ou de um caso passado que chocou a muitos na época em que ocorreu, como o incêndio do circo em Niterói no caso de *O espetáculo mais triste da Terra*, de Mauro Ventura.

Esse esforço literário em torno da reportagem permite não só a análise em profundidade do ocorrido, como também os possíveis desdobramentos futuros advindos dele. Assim, o jornalista-autor, no presente, retorna ao passado (seja por meio de documentos – incluindo as matérias da época, não apenas documentos jurídicos –, testemunhas, ou com a própria experiência da realidade a que se submeteu) para a escrita do livro-reportagem, pensa o possível desenrolar no futuro, num livro que pode ser fruído em um futuro próximo ou distante por leitores. Há uma movimentação constante entre os tempos. Mauro Ventura corrobora tal ideia:

Eu fui ao passado, resgatei e li tudo o que saiu na imprensa sobre o tema, todos os jornais, os principais jornais: Jornal São Gonçalo, Jornal Fluminense, JB, O Globo, enfim, os jornais que existiam na época, revistas... E você vê como eles, limitados pelo tempo e pelo espaço, você tinha muitas informações incorretas, nomes que estavam errados. Você não conseguia ter uma visão do todo naquele momento em que você tinha que cobrir o incêndio. Com a perspectiva de 50 anos depois, olhando todos esses jornais... até, na época, a linguagem jornalística era muito mais carregada, era muito mais inflamada. Você chamava o suspeito de “um monstro incendiário”, você tinha uma coisa assim realmente muito inflamada. Isso você até incorpora para

<sup>24</sup> Trecho retirado de “Arte Poética”, de Aristóteles, no site <http://www.dominiopublico.gov.br/>. Acesso em: 02 set. 2020.

<sup>25</sup> Até a defesa da presente dissertação, em agosto de 2022.

dizer como era. Você tinha, digamos, um apelo maior nesse sentido às vezes em alguns casos mais sensacionalistas. Com o distanciamento você não só pode amarrar tudo isso, como você tem tempo de ler documentos, tem tempo de ler tudo e fazer uma grande contextualização da história.<sup>26</sup>

O livro-reportagem, mesmo depois de lido, não perde seu valor. Podemos, nesse sentido, afirmar que o livro-reportagem funciona como um contrapresentismo, como luta pela memória, contra uma efemeridade constante.

Assim como em Aristóteles a figura do autor é importante – não sendo a ele delegado um papel secundário –, no livro-reportagem ela também o é, uma vez que a narrativa é construída utilizando-se de elementos que o jornalista-autor viu, passou, sentiu... Neste caso, o autor funciona, muitas vezes, como testemunha ocular do acontecido – ou, pelo menos, como aquele que revela, traduz em palavras as sensações e acontecimentos vivenciados por terceiros – e a ele é permitido – e muitas vezes esperado – que dê sua opinião, mesmo que apenas em relação ao cenário encontrado; ao contrário do jornalismo cotidiano, em que a figura do autor precisa ficar oculta de modo a passar uma falsa sensação de isenção, e à descrição é reservado pouco ou nenhum espaço. Vale ressaltar, entretanto, que no livro-reportagem o autor pode optar por ser um narrador em terceira pessoa, permanecendo, portanto, oculto.

O jornalista-autor mergulha na história para conseguir escrever a História. E, em parte das vezes, viaja para registrar e experimentar o ocorrido para transmitir tudo de maneira mais direta, detalhada e clara ao papel. Dessa maneira, permite que o leitor tenha um entendimento completo do ocorrido, passando pelos sentidos, com a descrição das cenas, dos cheiros...

Nas palavras de Flusser:

como os símbolos são fenômenos que substituem (“significam”) outros fenômenos, a comunicação é, portanto, uma substituição: ela substitui a vivência daquilo a que se refere. [...] “imaginação” significa, de maneira exata, a capacidade de resumir o mundo das circunstâncias em cenas, e vice-versa, de decodificar as cenas como substituição das circunstâncias. (FLUSSER, 2007, p. 130 e 131)

<sup>26</sup> Mauro Ventura em entrevista via Zoom para a autora (14 abr. 2022).

### 3.1. Sobre as teorias do jornalismo

Com o processo de mudança das sociedades e o avanço das tecnologias, como a prensa de Gutemberg e mesmo do telégrafo, permitiu-se o surgimento da imprensa e a difusão do jornalismo, cujo objetivo primário é informar, para auxiliar o cidadão na compreensão da realidade e de seus direitos. Em outras palavras, o jornalismo tem por objetivo auxiliar na cidadania e na democracia através de produtos – narrativas – que agregam conhecimento.

A influência dos veículos midiáticos na sociedade é tamanha que convencionou-se chamá-los de “quarto poder” (TRAQUINA, 2000). Surgiram teorias que admitiam a imprensa como formadora da realidade. Leonel Aguiar, em seu artigo “Critérios de noticiabilidade no jornalismo investigativo: um estudo preliminar”, assume como referência a Teoria do *Newsmaking*, que “tem como base o paradigma da construção social da realidade” (AGUIAR, 2006, p. 7). O autor cita Tuchman (1976, p. 94) ao afirmar que a “notícia constrói uma representação da realidade social”, e encontra em Hall (1984, p. 4) o reforço: “a notícia é uma construção narrativa da realidade”.

O jornalismo vale-se da História pelo compromisso com a veracidade, e da literatura pela convenção que prenda a leitura, que aponte para uma curva na narrativa e, se possível, que tenha uma completude. Ranciére aponta a relação do jornalismo e suas estruturas com a história e a narrativa:

[...] não faz dele um personagem ficcional, não conta histórias inventadas sobre a URSS. Joga com a combinação de diferentes tipos de rastros (entrevistas, rostos significativos, documentos de arquivo, trechos de filmes documentários e de ficção etc.) para propor possibilidades de pensar essa história. [...] Não se trata de dizer que tudo é ficção. Trata-se de constatar que a ficção da era estética definiu modelos de conexão entre apresentação dos fatos e formas de inteligibilidade que tornam indefinida a fronteira entre razão dos fatos e razão da ficção, e que esses modos de conexão foram retomados pelos historiadores e analistas da realidade social. Escrever a história e escrever histórias pertencem a um mesmo regime de verdade. (RANCIÉRE, 2009, p. 58)

Pensar no jornal – seja ele impresso, radiofônico, televisivo ou online – é pensar ao mesmo tempo em narrativas e informações. Se analisarmos as matérias que compõem o jornal, percebemos que cada uma, individualmente, apresenta um

encadeamento de ideias que se completam nelas mesmas, isto é, formam uma pequena narrativa com início e meio definidos, e em sua maioria um fim – mesmo que ele fique em aberto, à espera de novos desdobramentos. As matérias terminam em si mesmas, têm seu significado fechado. Em geral, não dependem umas das outras para completar sentido, ou para contextualizar o momento, não se encadeiam.

Ao afastar a visão para o todo, entretanto, no produto final jornal, composto de várias pequenas reportagens individuais, não reconhecemos uma narrativa única. Antes, percebemos o conjunto de pequenas narrativas independentes que, findada a leitura do jornal, fixam-se como narrativas isoladas. Estas apenas acumulam, não há um fechamento; ao passo que é próprio da narrativa única ter um fecho, ainda que ele aponte para vários lados.

Há reportagens que geram suítes (quando a situação está em andamento, ou em aberto, para usar a expressão anteriormente citada, e o desenrolar da história é acompanhado – e documentado – em matérias posteriores). Ainda assim, o tempo ou o espaço necessário para a matéria (aqui dependendo do suporte em que o jornal é veiculado) não permite o aprofundamento da narrativa, ou, em outras palavras, o desencadear das ações e reações dos personagens e situações de modo direto e organizado, deixando as informações picotadas.

Pensar no jornalismo hegemônico tradicional, ou jornalismo comercial, portanto, supõe uma relação jornalismo-narrativa marcada por ambiguidade. Por um lado, se olharmos através da lente de aumento, que foca em uma única reportagem separada das demais, há uma relação de mesma direção, com estruturas semelhantes e um fechamento que garante sentido. Por outro, com o olhar afastado das matérias individuais, e enxergando o jornal como uma unidade, a relação é de oposição. Isto porque para constituir uma narrativa, como vimos acima, é necessário que não apenas seja impresso um sentido (ARISTÓTELES, online), como também que uma ação gere uma reação nos personagens, que logo causará nova ação (MANOVICH, 2018). Ao levar em conta tais definições de “narrativa”, não podemos afirmar que o produto jornal, em qualquer um de seus suportes, constitui uma única narrativa. Antes, ele é formado por várias narrativas breves e isoladas.

Apesar de recente na história da humanidade, a imprensa ocupa importante papel nas sociedades, seja na função política, na econômico-social, seja na educativa e/ou no entretenimento, como aponta Luiz Amaral apoiado em sua visão funcionalista acerca da imprensa (apud AGUIAR, 2008, p. 16). Com sua grande transformação no século XIX, a imprensa molda o olhar sobre a realidade e sobre a maneira como as pessoas enxergam e apreendem o mundo.

Tratando-se de tamanha importância, o jornalismo tem sido objeto de inúmeras pesquisas. Entre elas sobre os gêneros jornalísticos e as teorias do jornalismo. Estas são vastas e surgiram após várias décadas de estudos acerca dos temas que circundam o campo jornalístico, como produção, recepção e estrutura, por exemplo.

Traquina (2004) enumera algumas dessas teorias no capítulo intitulado “As teorias do jornalismo”, das quais destacaremos quatro: a teoria do espelho, a teoria do *gatekeeper*, a teoria organizacional e as teorias construcionistas.

A teoria do espelho é talvez uma das mais conhecidas. Ela é a mais antiga e associa o fazer jornalístico a um espelho: reflete a realidade tal qual ela é. Esta teoria enquadra o jornalista como “comunicador desinteressado”, sem “interesses específicos a defender e que o desviam da sua missão de *informar, procurar a verdade*, contar o que aconteceu, *doar a quem doar*” (TRAQUINA, 2004, p. 147, grifos do autor).

A teoria do *gatekeeper*, ou, numa tradução livre, teoria do porteiro, foi criada por David White ([1950] 1999), e trabalha com a percepção de que o jornalista possui papel ativo na produção das notícias. Ele é responsável por escolher o fluxo de informações que circula nas redações, as que serão escritas e as que serão contidas, ou barradas, na linguagem de portão e porteiro. Fato que acarreta certa subjetividade na escolha do que entra ou não no jornal, tirando o jornalista de uma posição imparcial como na teoria anterior. Quais os critérios que levam uma pauta a passar e outra não?

Warren Breed ([1955] 1999) foi o pesquisador que avançou em uma nova teoria, a organizacional. Nesta teoria, aborda-se o fato de que a organização institucional para a qual o jornalista trabalha, como a política editorial, as regras e formalizações a serem seguidas, têm papel ativo nas notícias produzidas e são fator

de controle. O círculo de subjetividade desenvolvido na teoria anterior torna-se ainda mais estreito, uma vez que leva em conta não apenas a parcialidade do editor, como a da empresa jornalística, os chamados constrangimentos organizacionais.

As teorias construcionistas, surgidas nos anos 1970, são uma nova abordagem acerca do papel do jornalismo na sociedade. Para os pesquisadores que desenvolveram a ideia do *newsmaking*, as notícias são disputas narrativas que contribuem para o processo de construção da realidade social. O jornalismo, com o saber da narração, seria este dispositivo que ajuda a delinear, compor o mundo em que vivemos.

Este último grupo de teorias rompe com as ideias anteriores, que acreditavam no jornalista como aquele profissional que simplesmente relata os acontecimentos relevantes, parcial ou imparcialmente, descortinando a realidade já estabelecida à população. Tais teorias entendem o jornalista como um colaborador na construção daquilo que chamamos realidade social. Nas palavras de Neder e Aguiar “as notícias são construções discursivas que produzem as condições de possibilidade por meio das quais a realidade se torna visível e dizível” (NEDER; AGUIAR, 2010, p. 106). Ou, como elaboram Mendes et al. (2021, p. 73),

Criando discursos através de imagens, textos e sons que acionam o terreno dos sentidos, símbolos e seus significados, o jornalismo participa de uma inter-relação com a realidade, pois ao mesmo tempo em que auxilia cotidianamente na sua construção a partir das interações e do contato com o mundo objetivo, nela se insere e difunde os seus discursos.

Outra relevante discussão, embora bastante vasta e, às vezes, discordante no campo acadêmico do jornalismo, é a dos critérios de noticiabilidade e dos valores-notícia. Apesar de alguns pesquisadores tratarem como sinônimos, a noticiabilidade é mais abrangente. De acordo com Gislene Silva, a noticiabilidade corresponde a

todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais. (SILVA, 2005, p. 96)

Para Mauro Wolf, “a noticiabilidade corresponde a um conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os aparatos da informação enfrentam a tarefa de escolher cotidianamente, de um número imprevisível e indefinido de acontecimentos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias” (WOLF, 2003, p.196).

O pesquisador elenca os valores-notícia – que são aquilo que confere condições de uma possível notícia, aquilo que permite, no jornalismo, escolher, definir e construir acontecimentos e fatos – em cinco conjuntos de critérios. Os grupos incluem os critérios substantivos, relativos à importância e ao interesse da notícia em relação ao conteúdo; os critérios relativos ao produto, no que diz respeito à viabilidade e acessibilidade de cobertura, qualidade e importância do fato; critérios relativos ao meio, à mídia em que a notícia será veiculada; critérios relativos ao público, se é de interesse do público, acessível a ele, ou próximo à realidade dele; e critérios relativos à concorrência, conferir se os veículos importantes e de concorrência direta estão cobrindo o acontecimento.

Se as teorias do jornalismo compõem uma área de estudos importante e por vezes bem distintas entre si, os gêneros jornalísticos são tão discutidos, vastos e não concordantes (no sentido de que cada pesquisador define de uma maneira diferente) quanto elas, ou mais.

### **3.2. Gêneros jornalísticos**

Como forma de narrativa, o jornalismo também pode ser dividido em gêneros, que podem estar sujeitos às mesmas questões anteriormente mencionadas: relação com o mercado, com a história e com o poder (como já dito, há quem chame o jornalismo de quarto poder). Da mesma forma que as narrativas, o jornalismo (ou, se preferir, a narrativa jornalística) também sofreu alterações ao longo dos anos.

As primeiras discussões a respeito das divisões em gêneros do jornalismo, como lembra Seixas (2009), surgiram na segunda metade do século XX. As diversas propostas, mundo afora, envolviam gêneros informativos, explicativos, opinativos e diversionais; narrativos, descritivos e argumentativos; ou levavam em conta “1) os tipos que ocupam a mídia impressa, ou seja, pelo suporte; 2) a estrutura

textual, se descritiva, narrativa ou argumentativa; e 3) a finalidade.” (SEIXAS, 2009, p. 48).

Os gêneros facilitam o trabalho em comum. Quanto mais se prescrevam as convenções próprias do gênero – nascidas de uma peculiar relação entre o conteúdo e a forma – mais homogêneo resultará o trabalho da redação e mais confiança adquirirá o receptor na mensagem que chega.

Dai também a utilidade dos gêneros jornalísticos no ensino. Os gêneros representam a sedimentação da experiência do trabalho coletivo em diversos meios de informação, o domínio técnico que distingue o profissional do jornalismo de quem o é, a possibilidade de fazer chegar ao receptor a mensagem, com relativa rapidez e segurança. Os gêneros são formas assimiladas pelo hábito, formas que podem ensinar-se e aprender-se (*sic*).<sup>27</sup> (GOMIS, 1991 apud SEIXAS, 2009, p. 47)

No Brasil, dois importantes nomes no que diz respeito ao estudo e classificação dos gêneros jornalísticos são José Marques de Melo e Luiz Beltrão. Este entendia o jornalismo como dividido entre informativo, opinativo e interpretativo, enquanto aquele deixa de lado o critério interpretativo.

Seixas (2009) demonstrou em uma tabela a classificação de tais autores:

---

<sup>27</sup> Tradução de Seixas de: “Los géneros facilitan el trabajo en común. Cuanto más se reseten las convenciones propias del género – nacidas de una peculiar relación entre el contenido y la forma – más homogéneo resultará el trabajo de redacción y más confianza adquirirá el receptor en el mensaje que le llega. De ahí también la utilidad de los géneros periodísticos en la enseñanza. Los géneros representan la sedimentación de la experiencia del trabajo colectivo en diversos medios de información, el dominio técnico que distingue al profesional del periodismo de quien no lo es, la posibilidad de hacer llegar al receptor el mensaje, con relativa rapidez y seguridad. Los géneros son formas asimiladas por el hábito, formas que pueden enseñarse y aprenderse.” (GOMIS, 1991, p. 44).



Tabela 1 - Principais classificações jornalísticas brasileiras

<b>Classificação</b>	<b>Beltrão, Luiz (1969 – 1976)</b>	<b>Marques de Melo, José (1985)</b>
Informativo	História de interesse humano	Nota
	Notícia	Notícia
	Reportagem	Reportagem
	Informação pela imagem	Entrevista
Opinativo	Editorial	Editorial
	Artigo	Artigo
	Fotografia e ilustração	Resenha
	Crônica	Crônica
	Charge/caricatura	Caricatura
	Colaboração do leitor	Carta
		Comentário
Interpretativo		Coluna
	Reportagem em profundidade	

(SEIXAS, 2009, p. 56)

Além destes, diferentes autores despenderam esforços para classificar e categorizar o jornalismo. Neste trabalho, entretanto, focaremos no gênero reportagem, uma vez que este enquadra o objeto de nosso estudo: o livro-reportagem. O livro-reportagem possui uma “abordagem multiangular, para uma compreensão da realidade que ultrapassa o enfoque linear [...]” (LIMA, 2009, p. 21). Separamos algumas das classificações de reportagem. Segundo Nilson Lage,

Como estilo de texto (não como departamento das redações), a reportagem é difícil de definir. Compreende desde a simples complementação de uma notícia – uma expansão que situa o fato em suas relações mais óbvias com outros fatos antecedentes, consequentes ou correlatos – até o ensaio capaz de revelar, a partir da prática histórica, conteúdos de interesse permanente, como acontece com o relato da campanha de Canudos por Euclides da Cunha. (LAGE, 1979 apud LIMA, 2009, p. 22)

Para José Marques de Melo, “A notícia é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. A reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística” (MELO, 1985 apud LIMA, 2009, p. 23).

Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari, ao definirem a reportagem, trazem a noção de narrativa, sua possibilidade ficcional e factual – como tentamos trabalhar nesta dissertação:

Narrativa, sabe-se, é todo e qualquer discurso capaz de evocar um mundo concebido como real, material e espiritual, situado em um espaço determinado. [...] O desdobramento das clássicas perguntas a que a notícia pretende responder (quem, o que, como, quando, onde, por que) constituirá de pleno direito uma narrativa, não mais regida pelo imaginário, como na literatura de ficção, mas pela realidade factual do dia a dia, pelos pontos rítmicos do cotidiano que, discursivamente trabalhados, tornam-se reportagem. Esta é uma extensão da notícia e, por excelência, a forma narrativa do veículo impresso. (SODRÉ; FERRARI, 1986 apud LIMA, 2009, p. 22-23)

Além disso, os autores apontam que, dentre as principais características da reportagem estão a “predominância da forma narrativa”, a “humanização do relato”, o “texto de natureza impressionista” e a “objetividade dos fatos narrados”, mas lembram que, apesar de variarem com maior ou menor intensidade entre uma reportagem e outra, “sempre será necessário que a narrativa (ainda que de forma variada) esteja presente numa reportagem. Ou não será reportagem.” (SODRÉ; FERRARI, 1986 apud LIMA, 2009, p. 24)

A pesquisa acadêmica sobre o jornalismo soma alguns séculos – atribui-se ao alemão Tobias Peucer a primeira elaboração de tese sobre jornalismo, apresentada em 1690 à Universidade de Leipzig, na Alemanha. Já nesta época, Peucer pensava nas “relações entre ‘jornalismo’ e história; o contributo da retórica e da evolução histórica para a estrutura das notícias; os critérios de noticiabilidade; os constrangimentos à produção de informação, etc.” (SOUSA, 2004, p. 36) –, a história do jornalismo em si é ainda maior. Alguns pesquisadores datam a *Acta Diurna* como a primeira produção jornalística, oficializada por Júlio César em 59a.C. Desde então, o jornalismo sofreu inúmeras transformações, sendo uma das mais significativas, dezenove séculos depois da publicação da *Acta Diurna*, a mudança do paradigma do jornalismo opinativo, que predominava no século XIX, para o de informação.

### 3.3. Breve história daquele que documenta a História

O jornalismo exerce importante papel nas sociedades. Suporte de escrita e documentação dos acontecimentos, os jornais moldam a nossa forma de pensar e enxergar o mundo – como sugerem as teorias construcionistas. Independentemente de como entendemos o jornalismo, se como instrumento de construção da realidade

ou como reflexo do real, o fato é que, a partir dele, tomamos ciência de acontecimentos com os quais, sem os veículos de comunicação, não teríamos contato.

Em seus primórdios no Brasil, o jornal era fundamentalmente redigido à base de opinião das cabeças pensantes da época. Apesar de algumas transformações no meio, como a criação do profissional específico para a sua escrita – o jornalista – e a mudança para um texto mais informativo, seu objetivo primário permanecia o mesmo: levar informação de qualidade para os cidadãos, a fim de permitir maior capacidade de reflexão e, com isso, a possibilidade de uma democracia.

O jornalismo passou por diversas modificações até chegar à imprensa como conhecemos hoje. Não apenas seus autores mudaram. Em relação à diagramação e ao *layout*, por exemplo, eram pouco atraentes, sem imagens/gráficos ou manchetes.

A seguir exemplificamos com dois importantes e pioneiros periódicos no Brasil: O Compilador Mineiro e Gazeta do Rio de Janeiro. O Compilador foi o primeiro jornal redigido e impresso na então província de Minas Gerais;<sup>28</sup> já a Gazeta foi o segundo jornal da história da imprensa brasileira, e o primeiro a ser totalmente redigido e publicado no Brasil.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/acervo-da-bn-compiler-mineiro-o-pioneiro-das-alterosas/>. Acesso em 19 maio 2022.

<sup>29</sup> Disponível em: <https://www.bn.gov.br/explore/curiosidades/serie-periodicos-brasileiros-gazeta-rio-janeiro-10-setembro>. Acesso em 19 maio 2022.

Figuras 1 e 2: 12ª edição do Compilador Mineiro



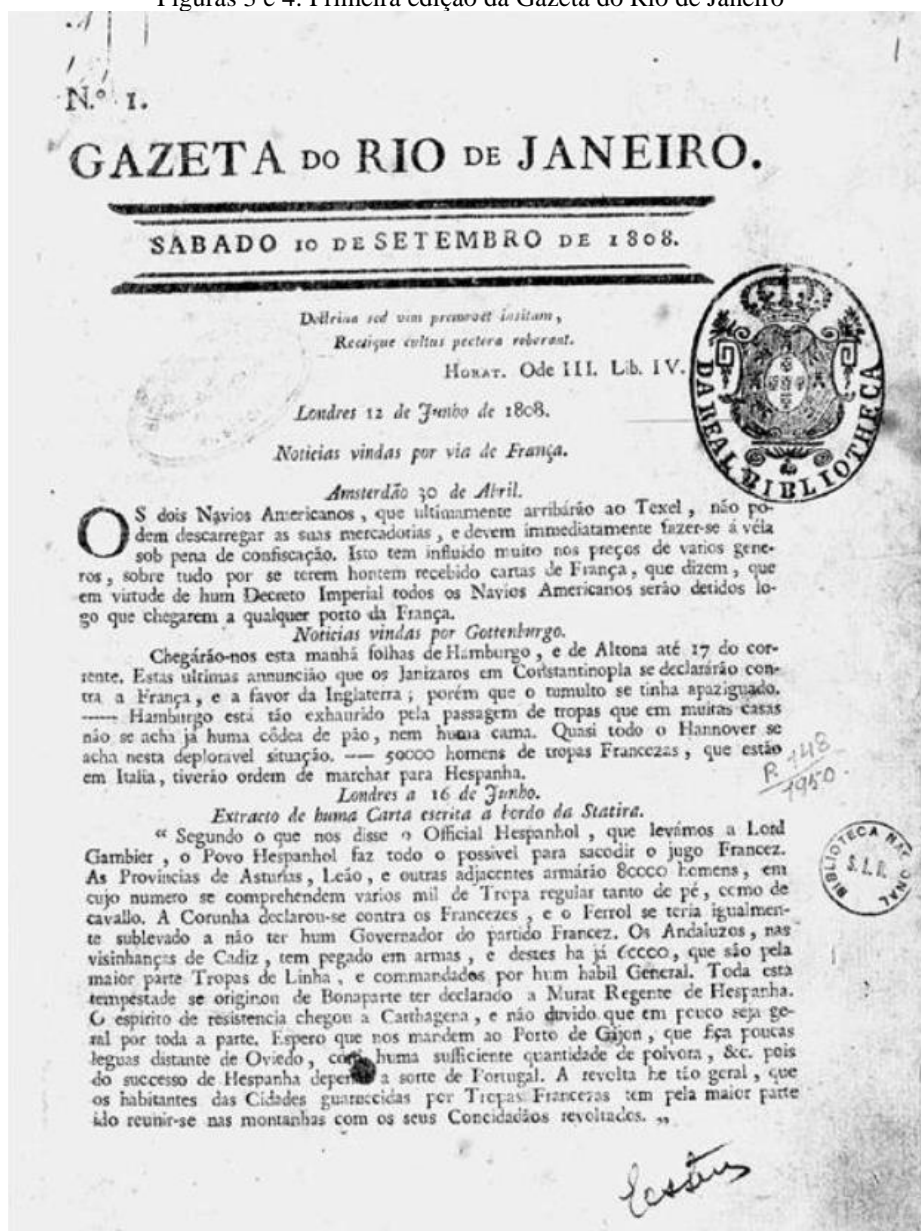


30

(Acervo Hemeroteca Digital Brasileira)

<sup>30</sup> Imagens do jornal *Compilador Mineiro* (MG), de 1823 (Ano 1823/Edição 00012). Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=740578&hf=bndigital.bn.gov.br&pagfis=5>. Acesso em: 19 abr. 2022.

Figuras 3 e 4: Primeira edição da Gazeta do Rio de Janeiro





A moção de Mr. Sheridan de 15 de Junho, e a falla de Mr. Canning, Ministro dos Negocios Estrangeiros são tão interessantes, que apresentaremos aos nossos Leitores alguns Extractos dellas, alargando-nos mais sobre a de Mr. Canning, por mostrar as idéas do Governo a respeito da crise actual da Hespanha. Mr. Sheridan levantou-se para dizer, que elle não tinha intenção nenhuma mais do que hia a expôr, do que de discutir hum assumpto que actualmente excitava a attenção do Povo Inglez. Elle não vinha propor aos Ministros de fazerem huma especulação precipitada, ou fantastica, mas estava intimamente persuadido que desde a Revolução nunca se offerecera huma occasião tão opportuna para a Grã-Bretanha oppor a salvação do mundo. Elle desejava que se inculcasse a Nação Hespanhola que estavam resovidos a adoptar huma conducta differente da que até agora tinhamos seguido, e que estavam determinados a contribuir da maneira a mais efficaz para o resgate da Europa. Que a cooperação com a Hespanha (a julgar-se conveniente) houvesse de ser huma cooperação efficaz, se fosse certo com tudo que a Hespanha se resente, como deve, dos enormes insultos, e injurias que tem soffrido ao Tyranno do Mundo; que a certeza de que será apoiada por huma Nação grande e poderosa, tornará mais sublimes e energicos os seus esforços, e que era para obter este generoso socorro do Governo Britanico que elle procurava com ancia esta occasião de propôr ao Parlamento:

Que se faça huma humilde Representação a S. M. para que se digne mandar apresentar á Casa dos Communs as Cópias das Proclamações, que o Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros de S. M. tiver recebido, e que se tenham feito depois da chegada das Tropas Francezas a Madrid pelo Governo Hespanhol pelo Commandante em Chefe Francez, ou pelas pessoas que professão obrar a favor da Nação Hespanhola.

Mr. Canning respondeo pouco mais ou menos da maneira seguinte. „Que facilmente poderia convencer o seu illustre amigo da impossibilidade que havia de se mostrarem os papeis que fazião o objecto da sua moção; huns porque o Governo de S. M. lhes não tinha achado sufficiente authenticidade, outros porque a moção os não especificava distinctamente, e todos elles porque seria mui imprudente fazellos publicos no estado actual das cousas; que ao mesmo tempo esperava que o seu illustre amigo se persuadisse que elle não crimiava o que tinha feito, e que estava bem longe de o culpar mesmo quando elle houvesse apontado aos Ministros de S. M. a conducta que julgasse que elles devião ter; que bem via que elle se não tinha adiantado a tanto, mas que não obstante a moderação de Mr. Sheridan, e a opinião que acabava de proferir a seu respeito, o seu discurso exigia em resposta huma declaração tão ampla dos sentimentos dos Ministros de S. M. quanto se podesse fazer sem fisco, sem comprometimento indecoroso, e sem dar lugar a esperanças que talvez nunca se podessem realizar. Mr. Canning declarou pois á Casa e ao povo Inglez: que os Ministros de S. M. vião com vivo interesse (assim como o seu illustre amigo) os nobres esforços de huma porção da Nação Hespanhola para conservar o seu paiz independente contra a atrocidade sem exemplo da França. Que o Governo Inglez cessava de considerar a Hespanha como sua inimiga assim que a via necessitada do seu socorro, e que estava inteiramente disposta a promover huma tão magnanima resolução. Que o Ministerio adoptava a seguinte maxima: que qualquer Nação da Europa que mostrar huma firme determinação de se oppor a huma Potencia, a qual seja a inimiga commum de todas as Nações, quer professando paz insidiosa, quer declarando guerra aberta, sejam quatsquer que forem as suas relações politicas com a Grã-Bretanha, essa Nação ficará sendo desde esse momento sua aliada. Que nesse caso os Ministros de S. M. terião tres objectos em vista. O primeiro dirigir os esforços unidos das duas Nações contra o inimigo commum. O segundo, dirigir estes esforços da maneira a mais proveitosa ao novo alliado; e o ter-

31

(Acervo Hemeroteca Digital Brasileira)

Com o desenvolvimento da chamada “imprensa de grande tiragem” (BARBOSA, 2013), que teve início no final dos anos 1800 e princípio dos anos 1900,

A popularização dos jornais diários e a construção do grande público transformaram essas empresas em verdadeiras indústrias da informação. Uma série de estratégias redacionais e editoriais (que incluíam com destaque a exploração do jornal como coisa

<sup>31</sup> Imagens do jornal Gazeta do Rio de Janeiro (RJ), de 1809 (Ano 1809\Edição A00001). Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=749664&hf=bndigital.bn.gov.br&pagfis=1>. Acesso em: 19 abr. 2022.

visual, publicando páginas inteiras de ilustrações que chamavam a atenção do olhar do leitor) fez com que os grupos excluídos da sociedade<sup>32</sup> se tornassem leitores extensivos dessas publicações. (BARBOSA, 2013, p. 199)

O modelo de imprensa que conhecemos tem origem no século XIX, com a grande transformação da sociedade agora “urbano-industrial moderna”, já disputando o público-leitor e tendo “a publicidade como o principal sustentáculo econômico” (AGUIAR, 2008, p. 17), fato que qualifica o jornal como produto. Na busca por atrair novos leitores e incorporar os menos letrados, ao longo do século XX foram criadas técnicas e linguagens inovadoras como

a técnica do lead<sup>33</sup> e da pirâmide invertida<sup>34</sup>, as manchetes, as fotografias, as editoriais – e incorporando produtos não-jornalísticos da cultura de massa, como o folhetim (voltado para o público feminino) e os quadrinhos (para o público juvenil), além de assuntos originais em suas páginas – como moda, receitas culinárias, horóscopos – e reportagens sobre crimes e catástrofes. (AGUIAR, 2008, p. 17)

É neste momento que aparecem os primeiros esboços do que é hoje conhecido por infotainment (junção das palavras “informação” e “entretenimento”). As notícias interessantes, que despertam curiosidade na população e são capazes de entreter o leitor, tendem a ser priorizadas na hierarquia dos valores-notícia (aquilo que confere condições de uma possível notícia, que permite, no jornalismo, escolher, definir e construir acontecimentos e fatos), uma vez que atraem mais público e, com isso, mais retorno financeiro.

Do ponto de vista das técnicas de tratamento da notícia, a influência começa em 1951, quando o Diário Carioca adota o *lead* no Brasil. Pompeu de Souza, seu chefe de redação, passara algum tempo nos Estados Unidos, durante a Guerra, trazendo de lá o que considerava uma forma mais racional de organizar o

<sup>32</sup> Para exemplificar o que chamou de “grupos excluídos da sociedade”, Barbosa cita uma carta assinada por um preso, de modo a ilustrar a gama de novos e múltiplos leitores. A autora ressaltava outros fatores: os jornais das capitais chegavam às cidades de interior, e também à população que não sabia ler, mas que “tomavam contato com os sinais impressos naquelas páginas.” E continua: “Os jornais tinham, seguramente, mais ouvintes do que leitores e foram mais ouvidos e vistos do que lidos” (BARBOSA, 2013, p. 203).

<sup>33</sup> Primeiro parágrafo de uma notícia, onde contém as principais informações sobre o fato ocorrido e que responde às cinco perguntas principais: o que, quem, onde, como e por que.

<sup>34</sup> Técnica jornalística em que se constrói a notícia a partir das informações mais relevantes (no topo) até as menos relevantes (nos últimos parágrafos). Não a partir de uma ordem cronológica, por exemplo.



texto. O mesmo jornal também lança o primeiro *Manual de Redação* da imprensa brasileira. (LIMA, 2009, p. 6)

A nova sociedade e as novas técnicas de produção jornalística ocasionaram uma das mais significativas transformações no jornalismo: a mudança de um jornalismo opinativo para um informativo (distinção possível graças às influências positivistas no jornalismo [BARROS FILHO apud LEITE JUNIOR, 2019, p. 45]). “A valorização do caráter imparcial do periódico levou à criação de colunas fixas para a informação e para a opinião, ao mesmo tempo em que se privilegiava a edição de notícias informativas em detrimento da opinião” (BARBOSA, 2013, p. 195), fatos que permitiram também maior rapidez no processo de produção da notícia.

Haver uma organização empresarial por trás da produção de um jornal também traz outra mudança com expressiva influência: nivela a notícia a uma mercadoria, e distribui as reportagens de acordo com os espaços não preenchidos pelas propagandas. Assim, leva-se em consideração o alcance de leitores na hora da produção do jornal, uma vez que o número de leitores amplia potencialmente o valor dos anúncios.

A princípio, tal fator é visto como um paradoxo, e reacende a discussão acerca de interesse público – cuja definição adotada neste trabalho é “algo em benefício de toda a sociedade (no caso, a brasileira), em oposição ao interesse comercial, que coloca o lucro em primeiro lugar, mesmo que isso signifique evitar que benefícios cheguem à população” (MAURÍCIO, 2022, p. 23) – e interesse do público. Afinal, não necessariamente o acontecimento considerado mais importante é o que desperta mais curiosidade na população. Como lembram os pesquisadores do grupo de Economia Política da Comunicação da PUC-Rio (MAURÍCIO; SABACK (orgs.), no prelo), apesar de amplamente citado, não há uma definição única sobre o conceito de interesse público. E empresas privadas de jornalismo que se utilizam do que o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1997) chamou mentalidade-índice-de-audiência – quando a prioridade do veículo de comunicação é conquistar o maior índice de audiência a fim de cobrar mais pelos anúncios – aproveitam de tal confusão e divergência para legitimar produções que nem sempre contemplam o interesse público, justificando tratar-se de interesse do seu público.

Aguiar (2008) apoia-se em Golding e Elliott para mostrar como, a partir da associação de diferentes valores-notícia (o substantivo e o relativo ao público), é possível resolver a aparente contradição: “a capacidade de entreter situa-se em uma posição elevada na lista dos valores-notícia, quer como um fim em si mesma, quer como instrumento para concretizar outros ideais jornalísticos” (GOLDING; ELLIOTT, 1979 apud AGUIAR, 2008, p. 23).

Para exemplificar a solução apresentada, o pesquisador recorre às práticas editoriais dos jornais Extra e O Dia, ambos apontados como sensacionalistas, mas que somam diversos prêmios jornalísticos recebidos pelas importantes reportagens de cunho social. Os jornais foram capazes de unir a notícia importante ao enfoque interessante, mostrando que é possível aliar interesse do público à notícia séria e relevante.

Atualmente, algumas décadas depois do início daquilo que foi chamado de infotimento, a imprensa encontra novos desafios, em especial, por consequência do advento da tecnologia. Graças a ele, “Aceleração, velocidade e mudança são palavras-chave do século XX desde o seu alvorecer”, uma vez que o “mundo se tornava próximo e visível [...] mais compacto. A temporalidade ganha nova dimensão.” (BARBOSA, 2013, p. 194; 196).

Não apenas a estrutura das redações está se transformando, mas também o papel, a produção e até o modo de consumir as notícias com a expansão das tecnologias digitais. Com o aumento do uso de *smartphones* e de redes sociais, os algoritmos passam a “substituir” o trabalho dos editores, antes chamados *gatekeepers*, e passam a decidir “quais notícias serão exibidas para quais leitores, com base em comportamentos prévios, preferências individuais, geográficas e interesses comerciais”, fato que demarca “comunidades isoladas umas das outras e que cada vez encerram-se mais em si mesmas” (BARSOTTI; AGUIAR, 2018, p. 123).

Outros fatores corroborados graças à expansão da tecnologia são a disseminação de novos formatos de negócios na comunicação e o aumento da procura por conteúdos cada vez mais voltados para o micro em detrimento ao macro – isto é, produtos finais com conteúdos mais específicos, como um blog jornalístico apenas com matérias sobre economia do estado do Rio de Janeiro –, fatores que contribuem para uma dispersão do público. “O que este jornalismo não ligado às

antigas empresas tem em comum no Brasil é estar voltado para um mercado de nicho” (MAURÍCIO, 2017, p. 70-71).

O deslocamento do público, antes concentrado em poucas empresas, favorece um conteúdo mais variado, mas também dispersa a verba publicitária, principal meio de sustento das empresas jornalísticas. Mesmo em meio a grandes nomes e prestígio, vive-se uma crise dos modelos de negócios em comunicação, que gera uma disrupção do jornalismo tradicional (MAURÍCIO, 2017). Dentre as principais dificuldades estão as demissões em massa e o acúmulo de funções, que geram um esgotamento profissional, ao disponibilizar menos tempo para a apuração e a escrita das reportagens, e ocasionam maior probabilidade de erros, que, conseqüentemente, diminuem a credibilidade do jornal.

Apesar das transformações sofridas pelas redações, o jornalismo permanece como forma de conhecimento e como dispositivo de mediação e construção social da realidade, levando em conta a teoria do *newsmaking*. A pergunta que paira no ar é: como se produzirá um jornalismo de boa qualidade, que ajude a construir uma realidade social de forma adequada e justa, em meio às dificuldades financeiras das redações tradicionais e das demissões em massa? Foram e estão sendo realizadas diferentes tentativas de se chegar a novos modelos de negócio para as empresas jornalísticas que sejam sustentáveis para a manutenção de um jornalismo de qualidade. Mauro Ventura aponta algumas das iniciativas mais atuais:

Tem uma coisa chamada *slow journalism*, outro movimento. São formas que você busca para quebrar um pouco esse imediatismo e dar um pouco mais de contextualização. Porque o jornalismo *longform*<sup>35</sup>, assim como jornalismo literário, o livro-reportagem etc., você tem essa possibilidade de contextualizar e aprofundar os fatos. Você tem uma chance de fazer uma narrativa mais envolvente, mais aprofundada, usando recurso da ficção. Então eu acho que você tem esse... O jornalismo enfrenta uma crise sim, é inegável. Embora, eu acho que esteja melhorando em termos de prestígio por conta disso, mas eu realmente não sei o que vai dar porque esse jornalismo *longform* que é uma aposta ainda não encontrou uma forma de se sustentar e aí os grandes veículos,

<sup>35</sup> De acordo com o próprio jornalista, a definição para o jornalismo *longform*, ou com texto longo, numa tradução livre, é aquele que “abre espaço para grandes reportagens, com um volume muito grande de texto, mas num formato multimídia. Você junta ao texto escrito todos os recursos possíveis que é: Imagem, vídeo, gráficos, infográficos, áudio, interação...”

como por exemplo The Guardian, New York Times, o próprio Globo, Folha, Estadão etc. fazem.<sup>36</sup>

Ele lembra também do BRIO, uma plataforma de jornalismo independente e aprofundado, mas que não conseguiu se manter financeiramente.

O BRIO acabou fechando justamente por isso, porque você... é uma aposta no jornalismo independente que aprofunde para o leitor as notícias, mas é um alto investimento e você não conseguiu encontrar um modelo financeiro sustentável. Essa é a questão, por exemplo, o El País Brasil que era um veículo que apostava muito nessas grandes reportagens, reportagem de fôlego que eu adorava, também não se sustentou. Então você tem esse dilema: tem espaço mais ou menos.<sup>37</sup>

Muitos desses novos projetos editoriais do jornalismo na web lançam mão de textos ao estilo jornalismo literário. Pena (2006) lembra, por sua vez, que o jornalismo literário é um conceito amplo. Significa ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, não devendo se confundir apenas com a ideia de “fugir das amarras da redação”.

Para Emílio, autor do livro-reportagem *Escola Base: onde e como estão os protagonistas do maior crime da imprensa brasileira*, unir o jornalismo à literatura em geral é uma maneira de manifestar

o bom trabalho jornalístico, que muitas vezes não aparece, às vezes não é tão presente quando se fala no jornalismo no dia a dia. Mas está ali sim, tem muitas reportagens que inclusive ganham prêmios, mas às vezes o jornalista não tem possibilidade de se aprofundar ainda mais, e com o livro-reportagem, normalmente, você tem mais tempo e mais espaço.<sup>38</sup>

Sobre a relação tempo e qualidade da reportagem, Vera Araújo endossa:

Se você quiser fazer um texto bem feito sobre crime organizado, o ideal, no mínimo, são dois meses. Você vai ter que se infiltrar, você vai ter que procurar fontes novas, ver gente desse submundo e você vai ter que checar aquilo. Não dá para ficar só com uma fonte, você tem que recheckar. Isso tudo você não faz assim: “vamos fazer uma matéria. Seguinte: você tem uma semana, cinco dias para escrever. E além dessa matéria, você tem que

<sup>36</sup> Mauro Ventura em entrevista via Zoom para a autora (14 abr. 2022).

<sup>37</sup> Mauro Ventura em entrevista via Zoom para a autora (14 abr. 2022).

<sup>38</sup> Emílio Coutinho em entrevista via Zoom para a autora (15 abr. 2022).

fazer outra, você tem que oferecer matéria de domingo na reunião...”<sup>39</sup>

O livro-reportagem resgata e mistura ambas as dimensões tratadas acima: notícia séria e profunda estruturada de maneira a prender a atenção do leitor. Isto é, caracteriza-se por um formato jornalístico que contempla os aspectos gerais de ambas as estruturas (de uma narrativa longa e contínua e a jornalística), que assume as facetas histórica e editorial, que perpassa os diferentes tempos (passado, presente e futuro) e que lida com a documentação dos acontecimentos.

Ao ser comparado especificamente com as características já mencionadas do gênero jornalístico do qual descende (reportagem), o livro-reportagem ora aproxima-se e ora distancia-se delas. Os valores-notícia do livro-reportagem não seguem o mesmo padrão das reportagens escritas nas redações de jornalismo diário, uma vez que nem todo fato é passível de ser destrinchado e aprofundado em detalhes. Por não estar ligado a uma empresa, não há uma concorrência direta, nem possui o patrocínio como sustento principal (na maioria das vezes nem mesmo possui um). Outros, entretanto, permanecem tão necessários quanto ou até mais, como é o caso do valor-notícia relativo ao público, para confirmar se o investimento na produção do livro-reportagem é válido (fato que discutiremos mais profundamente no próximo capítulo).

Este formato, portanto, destrói o pilar da estrutura formal do jornalismo convencional e o reconstrói em cima do pilar literário, delineando novos contornos e possibilidades à estrutura da reportagem.

---

<sup>39</sup> Vera Araújo em entrevista via Zoom para a autora (9 mar. 2022).

#### **4. Livro-reportagem no contexto da disrupção do jornalismo tradicional**

Em seu livro mais famoso, Karl Marx (2011) mostrou que, no capitalismo, a mercadoria está no centro de tudo. Segundo o pensador, existe uma mercantilização da vida neste modelo de sociedade em que exploram-se pessoas com a finalidade de obter benefícios monetários. No campo jornalístico não tem sido diferente. A área cujo objetivo primário deveria ser levar informação de qualidade para as pessoas, a fim de permitir maior capacidade de reflexão e, com isso, a possibilidade de uma democracia, além da necessidade humana de comunicação, vigiar e cobrar governos e empresas a respeito de suas ações para o bem comum, atualmente, com a adoção de modelos empresariais, visa apenas – ou pelo menos em primeiro lugar – o lucro.

Apesar do papel de relevância seja na função política, econômico-social, educativa e/ou de entretenimento, o jornalismo encontra-se em momento de crises e mudanças drásticas nas redações, com demissão em massa e acúmulo de funções, que põe em questionamento o futuro do jornalismo de qualidade. Um dos agentes motivadores de tal realidade é a inovação tecnológica, que traz como resultado a disrupção do modelo de negócios do jornalismo tradicional (MAURÍCIO, 2017).

Tal mutação tem base financeira, e é fruto principalmente da internet (como já dito), que não apenas disputa a audiência, como aumenta significativamente a concorrência do bolo publicitário (MAURÍCIO; GEROLIS; MEDEIROS, 2017). Fato esse comprovado com o pedido de um de nossos entrevistados antes de iniciar a gravação de nossa conversa, possibilitada apenas com a promessa de não se publicar nenhuma parte da entrevista nas redes sociais, pois o contrato com a empresa em que trabalha não permite tal situação uma vez que “as redes sociais são hoje a principal concorrência”. O ciberespaço acentua a crise do jornalismo – crise essa que já estava instalada nas instituições dos periódicos.

Além de oferecer imensa gama de novas possibilidades e nichos disputando a atenção dos consumidores, aumentando a concorrência já existente no campo do jornalismo, as novas plataformas oferecem também novas possibilidades para os anunciantes. Isso diz respeito não apenas ao jornalismo em papel, mas também àquele na própria internet, na rádio, na TV aberta...

O jornalismo hoje concorre não somente com revistas e programas de rádio e TV pela verba publicitária, mas também com sites e blogs os mais diversos e os chamados digital influencers (influenciadores digitais), que estão espalhados por redes sociais como o Instagram, Youtube, Facebook e até Snapchat [...] Com tanta concorrência, mesmo com os jornais impressos tendo migrado para o digital (mantendo ou não a versão em papel), é impossível cobrar tanto por um anúncio na internet quanto se costumava cobrar no passado no jornalismo tradicional. (MAURÍCIO; GEROLIS; MEDEIROS, 2017, p. 2)

Além de empenhar-se em perpetuar os critérios de noticiabilidade, que têm por interesse principal o fortalecimento do discurso público e da democracia, a imprensa “tenta encontrar novos caminhos para chegar ao leitor, visando permanecer uma instituição social relevante” (BARSOTTI; AGUIAR, 2018, p. 130). Na tentativa de manter vivas as boas reportagens, “jornalistas, especialmente saídos da grande imprensa, vêm buscando alternativas de modelos de negócios para sustentar este jornalismo de qualidade na internet” (MAURÍCIO, 2017, p. 63).

O problema da migração do jornalismo para a web, especialmente para as redes sociais – fonte de informação de dois terços (67%) da população brasileira, de acordo com pesquisa do Reuters Institute (2020) – é que empresas “que não têm por missão informar”, como Google e Facebook, estão minando “a diversidade de pontos de vista e a alteridade”, e levando o jornalismo a perder o seu poder (BARSOTTI; AGUIAR, 2018, p. 126).

Entre as tendências mais atuais das práticas comunicacionais para a resolução do problema de crise financeira, identificamos os deslocamentos de conteúdos por diferentes meios e suportes que, na era da convergência de mídias transitam entre os diversos suportes. No *cross media*, o custo de produção de um conteúdo pode ser dissolvido pela sua veiculação em outros suportes. Ex: a novela que vai para o *on-demand*.

Aqui propomos pensar um desses deslocamentos que se associam ao jornalismo em mutação, apresentando-se no contexto dessa disrupção do jornalismo tradicional. Os textos antes publicados exclusivamente pelos jornais passam a ser concebidos para a publicação em livros através de um formato híbrido entre o editorial e o jornalístico: o livro-reportagem. A forma livro-reportagem é hoje, por um lado, relevante gênero do mercado editorial, mas é, antes ainda, uma prática jornalística derivada do gênero reportagem.

O fazer jornalístico, de acordo com o pesquisador Alexandre Zarate Maciel (2017), é de tal modo reconfigurado nos livros-reportagem que, a partir dos anos 1980, os livros cujos autores eram jornalistas foram deixando de ser utilizados para a publicação de crônicas ou reportagens que já tinham obtido o reconhecimento público nos jornais diários para tornarem-se projetos profissionais de jornalistas-autores.

A presença do livro de reportagens começa a se tornar um pouco mais comum a partir do pós-guerra, no Brasil, ainda que não se possa falar de um mercado sequer em consolidação para o gênero. Os jornalistas-autores encaravam o produto livro como uma possibilidade de reunir o que consideravam de melhor em sua produção. Já se afirmava, pelo menos, o caráter de maior perenidade do livro dentro das significações simbólicas da instituição jornalística. Mas nenhum desses nomes lançou ao desafio de preparar material exclusivo para livro, o que só vai se tornar mais comum a partir de meados dos anos 1980. (MACIEL, 2017, p. 6)

Editoras como Companhia das Letras, Record, Geração Editorial e Planeta, dentre outras menores, perceberam o valor e o solo fértil que se tornou o segmento dos livros de não ficção escritos por jornalistas, e passaram a incentivar suas publicações. Profissionais veteranos nas redações se desafiaram em uma nova empreitada: dedicar-se por anos na produção de obras exclusivas em livros. O resultado foi, em sua maior parte, sucesso com o público, especialmente na modalidade biografias não autorizadas, como *Chatô: o rei do Brasil* (1994), de Fernando Morais, que narra a história do empresário Assis Chateaubriand; *Mauá: empresário do império* (1995), escrito por Jorge Caldeira; e *Estrela Solitária: um brasileiro chamado Garrincha* (1995), de Ruy Castro, sobre o jogador Garrincha (MACIEL, 2017).

Pesquisadores da história da imprensa no Brasil indicam os anos 1950 como um momento marcado pela busca da independência do jornalismo em relação à literatura. Neste período, buscou-se um afastamento da escrita pessoalizada, e o *lead*<sup>40</sup> surgiu como um caminho para a objetividade.

<sup>40</sup> Optamos pela grafia em inglês (e não lide), pois na língua anglo-saxônica a palavra *lead* é também um verbo que significa guiar, liderar (daí *leader*). Assim o substantivo, em inglês, carrega o significado embutido do verbo, que já indica o papel do *lead* no jornalismo: guiar o leitor no entendimento da notícia, funcionando como parágrafo primeiro e principal (líder) da matéria.



Com a passagem para o Capitalismo Monopolista, com a Terceira Revolução Industrial e o surgimento do fordismo que também se desdobraram ao longo do século XX, houve maior ênfase e espaço para o trabalho realizado “pela máquina-ferramenta, que desqualifica e substitui o trabalhador especializado do período manufatureiro” que é relacionado “à tendência ao apagamento de fronteiras entre trabalho manual e intelectual, que se expressa na subsunção do trabalho intelectual e na intelectualização geral dos processos de trabalho na indústria e no setor de serviços” (BARRETO; VALENTE, 2020, p. 3).

De maneira paralela, no campo do jornalismo, o modelo dicotômico máquina vs. trabalhador foi inserido na produção de textos menos intelectualizados e mais padronizados. A adoção do modelo *lead* e *sublead* produziu uma escrita mais automatizada e enquadrada em um padrão de notícias. E sair dela pode se tornar um obstáculo, como aponta Mauro Ventura ao explicar a diferença entre escrever um livro e escrever uma reportagem diária.

Quando fiz esse primeiro livro, eu já tinha 27 anos de experiência em jornal. Falei “bom, vai ser fácil.” Eu empaquei na primeira linha... na primeira linha. Eu falei “mas vem cá, eu vou usar aqui que tempo verbal? Vou falar no passado, vou falar no presente, vou usar que passado...” enfim, eu sei que eu penei muito porque um livro-reportagem não é uma reportagem espichada, não tem nada a ver.<sup>41</sup>

Tal estilo de produção de textos pode ser relacionado com um trabalho maquinizado, fato comprovado na pesquisa de Gabriela Ferreira Fernandes (2021), em que os profissionais entrevistados denominaram sua atividade cotidiana como “burocrática” e “automática”.

Em algum momento da conversa sobre os principais compromissos do jornalismo, os profissionais também foram questionados sobre se era possível, no dia a dia corrido de uma redação, colocar o seu “tijolinho de todo dia”, ou seja, se acreditavam que, em meio a tantas funções e demandas, faziam ainda assim um serviço real de utilidade pública. [...] Vários profissionais caracterizaram o fazer jornalístico como “burocrático” e “automático”. Este jornalista de televisão diz que o trabalho está mecanizado: “Os processos são aqueles, porque economicamente são mais viáveis, do ponto de vista de celeridade são os mais adequados, então a gente se questiona muito pouco sobre o nosso papel social”. E acrescenta que, na busca pelo furo de reportagem, nem sempre a informação que é

<sup>41</sup> Mauro Ventura em entrevista via Zoom para a autora (14 abr. 2022).

revelada primeiro é de fato interessante para a população: “a gente às vezes está tão imersa na rotina produtiva, [que não sabemos] se aquilo que a gente gasta tanto tempo, tanta energia, é de fato relevante para a construção da cidadania ou nada mais é do que um capricho jornalístico”. (FERNANDES, 2021, p. 102)

Este modelo, presente na maioria das grandes redações atuais, permite pouco espaço para a diversidade e criatividade nos textos, que, de modo geral, seguem o primeiro parágrafo de maneira similar: respondendo às perguntas o que, quem, onde, quando, como e por quê? Com o desenvolvimento e aprimoramento da inteligência artificial, a mão de obra do jornalista poderá ser substituída na construção deste padrão de texto – como já ocorre em matérias eleitorais, por exemplo.

O programador Filipe Deschamps, que se dedica também a um canal no Youtube onde compartilha sua paixão pela programação, publicou um vídeo em que demonstra o funcionamento de um modelo de inteligência artificial chamado GPT-3 (*Generative Pre-Training Transformer*), e as possibilidades de impacto dele nas diferentes profissões dos mais diversos campos – incluindo o de desenvolvedores.

Filipe exemplifica, dentre outros, como um sistema usando o GPT-3 (modelo de linguagem que utiliza um sistema baseado em *machine learning* (aprendizado de máquinas), com grande capacidade de escrever textos semelhantes aos produzidos por humanos) é capaz de gerar uma resposta automatizada a um e-mail, com a necessidade apenas de se destacar os principais pontos da resposta desejada (tendo a necessidade da tomada de decisão ainda necessária ao ser humano). Ao receber o e-mail, o trabalhador precisa apenas selecionar palavras-chave e o programa preenche o e-mail automaticamente. No exemplo dado foram usadas “obrigado”, “não”, “nosso investimento mínimo é de 150 mil”, “150 mil seria possível”, “mercado de US \$90 bilhões”,<sup>42</sup> e o e-mail gerado foi:

---

<sup>42</sup> Tradução de “thanks”, “no”, “our minimum is \$150K investment”, “would 150K be possible”, “\$90B market”.

“Obrigado pela mensagem, Peter!

Fico feliz que você tenha conseguido conversar com seus parceiros e estou animado em saber sobre o seu interesse na empresa. Fico feliz que você tenha gostado de para aonde estamos caminhando.

Não sei se você sabe, mas nosso aumento mínimo é de US\$ 150 mil. Não tenho certeza se US\$ 100 mil seriam suficientes para participar da rodada, mas ficaria feliz em discutir isso.

Não sei se você está ciente, mas o mercado é de aproximadamente US\$ 90 bilhões.

Obrigado,

Matt”<sup>43</sup>

Nas palavras de Filipe, “Baita ganho de produtividade, barreira técnica [necessidade de entender o funcionamento técnico da ferramenta] zero, mas se manteve altíssima a necessidade de saber tomar decisões, saber avaliar uma situação e decidir o que fazer. Porque, de fato, o resto ao redor disso só são protocolos de comunicação” (DESCHAMPS, 2020).<sup>44</sup>

Ao transpor tal realidade (de responder e-mails) para o campo do jornalismo factual informativo, cujo padrão de *lead* e *sublead* é predominante, podemos esperar um futuro de ainda mais demissões nas redações já enxutas. Isso porque, assim como o e-mail utiliza uma estrutura pronta, repetida, o *lead* também funciona com um esqueleto fixo – já nos primeiros períodos da faculdade de jornalismo os alunos são ensinados a responder às cinco perguntas no primeiro parágrafo do texto: o que (aconteceu), com quem (aconteceu)/quem é o autor/vítima da situação, onde (aconteceu), como (aconteceu), quando (aconteceu) e por que (isso aconteceu).

Assim como na resposta do e-mail o ser humano se fez necessário no quesito tomada de decisão, no jornalismo a apuração ainda precisa se fazer presente, então

<sup>43</sup> Tradução de “Thanks for the note, Peter!

I’m glad you were able to catch up with your partners, and I’m excited to hear about your interest in the company. I’m glad you like where we’re going.

I’m not sure if you were aware, but our minimum raise is \$150K. I’m not sure if \$100K would be sufficient to join the round, but I’d be happy to discuss it.

I’m not sure if you were aware, but the market is approximately \$90B.

Thanks,

Matt”

<sup>44</sup> Comentário de Filipe Deschamps em vídeo no Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pbVwH8o837A&t=296s>. Acesso em: 02 abr. 2022.

os jornalistas – ainda – estão salvos. A tendência, entretanto, aponta para a diminuição cada vez maior do número de profissionais nas redações à medida que a inteligência artificial continua se desenvolvendo, uma vez que o jornalista pode apurar as informações principais de uma situação, levar esses dados para a máquina e a máquina escrever a matéria no formato pirâmide invertida enquanto o jornalista já está apurando outra matéria.

Tal situação – não tão longe da realidade – nos faz retomar a tese já mencionada de Bolaño que aqui iremos destrinchar um pouco mais. Apesar de geralmente, nos livros de história, ser mencionada apenas uma Revolução Industrial (iniciada na Inglaterra do século XVIII), o pesquisador identifica três revoluções industriais, todas elas ligadas à busca do capital em deter cada vez mais os meios de produção de bens e, conseqüentemente, obter mais lucro.

Na Primeira Revolução Industrial, o trabalho e conhecimento do artesão, ou seja, a parte intelectual do trabalho do artesão é subsumida no capital, que transfere tal conhecimento a uma máquina que pode ser operada mecanicamente por um operário. Ou seja, nesta primeira revolução, o trabalho do artesão é absorvido e contido na máquina. Já na Segunda Revolução Industrial, há o aparecimento de máquinas que constroem máquinas, o que implica que o trabalho do profissional de construir máquinas para as fábricas é subsumido pelo capital. Novamente o conhecimento do trabalhador de conceber aquela máquina é fagocitado pelo capital, e mais uma classe de trabalhadores tem seu conhecimento descontinuado, deixando de ser necessário.

O capital aumenta a produtividade conforme adquire as máquinas para poder obter mais lucro. Ele aumenta sua produtividade através das máquinas e, com isso, descarta o conhecimento das pessoas, que passam a ganhar menos já que o conhecimento intelectual delas não é mais essencial para a realização do trabalho. Não é mais necessário um conhecimento especializado, ao contrário, qualquer um pode realizar a nova atividade, fato que barateia o pagamento do trabalhador antes qualificado.

Como resume Bolaño (2002, p. 61),

Vimos que, em Marx, a idéia de Revolução Industrial remete essencialmente ao processo histórico de passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho no capital. O mesmo ocorre

com a chamada Segunda Revolução Industrial, ligada, para o autor, à mesma passagem no último setor da produção material ainda, até aquele momento, organizado sob forma artesanal ou manufatureira: o da produção das próprias máquinas. Nos dois casos, a componente tecnológica do processo é crucial porque permite um avanço da subsunção do trabalho e, conseqüentemente, a expansão da lógica capitalista e da exploração do trabalho vivo. Assim, o elemento principal da Primeira Revolução Industrial foi a máquina-ferramenta e, o da Segunda, a produção de máquinas por meio de máquinas.

Atualmente, encontramos-nos na Terceira Revolução Industrial. Nela, o capital tenta subsumir o último reduto do trabalho intelectual: o trabalho dos jornalistas, dos pensadores, dos escritores, por exemplo. Nesta mais recente subsunção do trabalho intelectual, ocorrida graças ao avanço da internet, outro fator é acrescido: uma quantidade significativa de informação de usuários é coletada e reunida em banco de dados de forma que “a mercadoria audiência pode ser bastante segmentada, como esperam os anunciantes.” Graças ao enorme contingente de informações sobre os usuários, que se tornam consumidores, “o trabalho intelectual de seus empregados [se torna] mais eficiente no que se refere à elaboração de estatísticas, interfaces, algoritmos e outras ferramentas utilizadas na produção da mercadoria audiência” (BOLAÑO; VIEIRA, 2014, p. 78).

À época da (Primeira) Revolução Industrial, as fábricas aumentaram a produtividade com os teares mecânicos. Atualmente, a pressão pelo aumento de produtividade também cresceu, mas não foram dados meios suficientes para que esse aumento ocorresse. O que aumentaria a produtividade no mesmo período de tempo? O corpo humano, a máquina humana. Em relação ao jornalismo, o mesmo profissional agora ocupa funções antes destinadas a mais de uma pessoa. Precisa fechar o jornal com o mesmo número de páginas, no mesmo espaço de tempo, trabalhando muito mais, por profissionais demitidos e/ou por funções extintas (como *copydesk*, pauteiro etc). Isso por quê? Porque a finalidade primordial do jornal passa cada vez mais a não ser a difusão da informação em si, mas o lucro da empresa. Com isso, não apenas o corpo humano chega a seu limite, a saúde do profissional é relegada a segundo plano – como reforça Vera, que antes de nossa entrevista voltava da fisioterapia conseqüente do trabalho excessivo: “você fica sobrecarregado, e aí você fica com esses problemas de saúde por ficar muito tempo

sentado que a gente não tinha antes”<sup>45</sup> –, como a própria qualidade do jornal é decrescida, uma vez que diminuem barreiras que segurariam erros. Isso ocorre por causa da disrupção do modelo de negócios.

O avanço tecnológico em si não traz apenas consequências negativas, como lembra a jornalista: “No passado a gente nem tinha telefone, a gente usava o orelhão – o orelhão que já tá em extinção –, o jornal dava um bastãozinho cheio de ficha telefônica”. E continua: “quando comecei foi com a máquina de escrever, então olha quantas mudanças: lista telefônica, máquina de escrever, o carbono que sujava as mãos, você pegava a cópia... era um processo muito extenso que tinha seus problemas obviamente [...] Uma diferença imensa”.

Caco Barcellos compartilha da ideia de uma mudança radical. “Depois da revolução digital, sobretudo sob a ótica do meu gênero, que é a reportagem, foi uma grande houve uma grande transformação.” O jornalista exemplifica com o momento atual:

Recebemos um volume gigantesco de concorrentes. Antes éramos narradores praticamente isolados. Uma guerra como essa na Ucrânia, a gente saberia dos acontecimentos somente quando o repórter chegasse lá, e isso demorava um certo tempo depende da... dependeria da base da redação interessada na divulgação daquele assunto e aguardávamos a chegada do repórter. [...] E agora a grande transformação é que antes, muito antes da chegada do repórter já tem uma câmera filmando tudo, registrando tudo, ao vivo provavelmente. No caso dessa guerra da Ucrânia já estavam lá há muito tempo as câmeras, mostrando que a qualquer momento cairia ali uma bomba. Eu acho que essa é a grande transformação: antes você corria para contar primeiro e hoje não há possibilidade de você ganhar dos robôs, dos equipamentos que automatizam esse trabalho, sem a presença humana praticamente que não seja algum técnico para fazer a ligação daqueles equipamentos que estarão lá.<sup>46</sup>

Para Vera, não se pode negar os benefícios do advento tecnológico: “óbvio que a internet ajuda para caramba, você cria essa rapidez, mas também exige do profissional muitas vezes menos tempo para pensar e até amadurecer e escrever textos”. A jornalista reforça que a facilidade que os meios digitais trouxeram também pode ser ruim e impactar negativamente a qualidade do trabalho. “Eu acho

<sup>45</sup> Vera Araújo em entrevista via Zoom para a autora (9 mar. 2022).

<sup>46</sup> Caco Barcellos em entrevista via Zoom para a autora (14 mar. 2022).

que a qualidade cai sim, caiu muito dos áureos tempos, principalmente por conta dessa guerra da audiência.” E complementa:

Hoje, com a rapidez, você já diagrama, já mostra, já coloca sua página ali [no protótipo do jornal e no site]. Obviamente tem um diagramador, mas você já coloca sua matéria na página, já faz tudo; enquanto que antes, isso passava por um *copy*. Hoje a gente não tem mais a figura do *copy*. Por conta disso, ou pela rapidez, os textos de hoje têm muitos erros [...] As matérias do site nem redator têm. Vai direto. Então a modernidade trouxe uma rapidez. [...] essas mudanças realmente trouxeram vantagens mas também muitas desvantagens.<sup>47</sup>

#### 4.1. Jornalismo como mercadoria?

O conceito de mercadoria, de acordo com Karl Marx (2011), está diretamente ligado com o valor de uso e o valor de troca. O primeiro diz respeito à sua utilidade, à sua qualidade. Já o segundo tem a ver com a quantidade de trabalho envolvido, o que, para o pensador, é o que iguala todas as mercadorias. Por esta razão, Marx entende que o valor da mercadoria está diretamente ligado ao tempo de trabalho despendido para a produção da mercadoria. Sem trabalho, não há mercadoria.

Com fins pedagógicos, Marx, no livro 1 do *Capital*, divide o trabalho necessário para a produção da mesma mercadoria em dois: trabalho concreto (que corresponde ao valor de uso, que é para que serve aquela mercadoria) e o trabalho abstrato (ligado ao tempo médio de trabalho necessário para produzir uma mercadoria). A notícia contida em um jornal e no livro-reportagem contém o mesmo valor de uso (o de informar). Entretanto, no que se refere ao trabalho abstrato, o contido na produção de um livro-reportagem é superior ao em uma notícia de jornal ou revista. Isto porque o jornalista-autor, em média, utiliza mais tempo para a apuração, desde o levantamento das informações iniciais às raízes de determinado acontecimento, passando pelas entrevistas (em geral maiores no que diz respeito à quantidade de entrevistados e de tempo de cada uma), até a escrita do livro em si – que exige um trabalho mais minucioso na narrativa e na criatividade da escrita.

<sup>47</sup> Vera Araújo em entrevista via Zoom para a autora (9 mar. 2022).

Há valores de troca de grandezas diferentes. A causa da diferença é que um contém mais trabalho humano necessário para produzir do que o outro tem embutido. No caso do livro-reportagem: trabalho humano para coletar os dados, para imaginar o livro, para escrever, para editar, imprimir, trabalho humano contido na extração do papel (embora o jornal também se utilize de papel, o material destinado ao livro possui qualidade – e preço – mais elevada), na produção da tinta...

Tal afirmação é comprovada por 100% dos jornalistas-autores entrevistados para o presente trabalho, desde os mais antigos no ramo e, no caso de Vera Araújo e Chico Otávio, em que o livro-reportagem foi fruto também de apurações anteriores escritas para matérias sobre o caso Marielle Franco.

A gente teve que correr atrás porque tinha muita coisa que ficava mal amarrada. Por exemplo, a gente teve que voltar na dona Marinete, tirar dúvida [...] ver alguns detalhes da arma também. Eu lembro que eu tive que voltar nos investigadores para pegar quantos já tinham sido apreendidos, essas coisinhas mais detalhadas. A gente tinha citado em matérias, mas não tinha detalhado tanto. Então você volta nas pessoas para pegar coisas pitorescas também... a gente tinha aquele material bacana e a gente usou no livro. E para isso a gente tinha que explicar bem as nuances. Tivemos que entrevistar outras pessoas para saber como era o ambiente do PSOL na época do crime. Isso também foi pesquisa. Então o livro todo tem uma pesquisa, nós fomos além da reportagem. O livro-reportagem foi realmente um livro-reportagem, em que você apurou mais do que você produziu na reportagem.<sup>48</sup>

Até os mais recentes, como a jornalista Carolina Freitas: “é por ser mais trabalhosa mesmo. A gente acaba não tendo tanto tempo no dia a dia de dar a atenção devida a esses temas que demandam mais da gente.”<sup>49</sup>

No capitalismo, o valor de troca acaba subordinando o valor de uso. O lucro vem em primeiro lugar. Uma mercadoria existe antes para dar lucro ao capitalista, não para fazer chegar a todos seu valor de uso, sua utilidade. Neste cenário, o jornalismo financiado pela publicidade não existe para informar em primeiro lugar, mas sim para dar lucro à empresa de comunicação, ao empresário. Se não der lucro, o jornal acaba.

<sup>48</sup> Vera Araújo em entrevista via Zoom para a autora (9 mar. 2022).

<sup>49</sup> Carolina Freitas em entrevista via Zoom para a autora (15 mar. 2022).



Tal sistema põe em risco a qualidade e a credibilidade desta instituição tão necessária para a manutenção de uma democracia e que funciona como instrumento de conhecimento e reflexão. Mauro acredita que a credibilidade do jornalismo foi abalada, mas que, durante a pandemia, foi restaurada.

Nos últimos anos, a gente vê claramente que houve uma queda de credibilidade da imprensa profissional, né? [...] Mas eu acho que a pandemia e essa crise global que a gente vem vivendo tem ajudado... Claro, a única, uma das poucas coisas boas é que eu acho que tem ajudado a restaurar a confiança no jornalismo profissional. Essas pesquisas mostram, no meio dessa crise toda, que você teve uma busca muito grande pela informação bem apurada. E a imprensa, as TVs, os jornais, todos os veículos, os próprios portais e sites fizeram um esforço muito grande e muito bom de prestar uma informação qualificada [...] acho que a imprensa tradicional foi uma fonte muito rica de informações confiáveis na pandemia. Eu acho que isso tem ajudado a restaurar a legitimidade e a credibilidade da imprensa.<sup>50</sup>

Essa possibilidade de fortalecimento da imprensa na pandemia, também chamou atenção de pesquisadoras da Universidade Federal Fluminense que investigaram a hipótese. Com pesquisa online realizada nas cinco regiões do país, Mendes et al. analisaram os resultados que comprovaram a observação: “foi reforçada pelas respostas sobre a qualidade do noticiário neste tempo. Quase metade dos respondentes, 47,7%, consideraram o noticiário bom e outros 8,2%, ótimo. A avaliação regular obteve 33,5% das respostas, e apenas 10,6% escolheram a opção ‘ruim’” (MENDES et al., 2021, p. 78).

Apesar disso, a porcentagem de descrença do jornalismo é relativamente alta, com 44,1% das respostas. Seria o livro-reportagem uma alternativa ao retorno de um jornalismo de qualidade, cujo objetivo primário não é o lucro de uma empresa privada? Também sendo a editora uma empresa privada, ainda assim isso seria possível? Seria o livro-reportagem uma tentativa de redenção, de retorno ao objetivo original do jornalismo e da própria saúde mental e física dos profissionais? Uma tentativa de saída do regime mercantil do jornalismo que permite uma melhoria na produção e na qualidade dos produtos jornalísticos?

A essas perguntas tivemos respostas heterogêneas de nossos entrevistados. Para Mauro Ventura, o livro-reportagem é uma extensão do jornalismo.

<sup>50</sup> Mauro Ventura em entrevista via Zoom para a autora (14 abr. 2022).

Ele não substitui o jornalismo, até porque a quantidade de livro-reportagem, por maior que seja, ainda é ínfima perto do que é produzido diariamente pelos jornais e pelos veículos, pelos sites etc. [...] Então eu acho que ele serve para complementar, ampliar e estender o jornalismo, e não para substituir. É mais uma forma que você tem de contar histórias, de uma forma mais contextualizada e melhor, escapando um pouco das amarras de tempo e de espaço. Um pouco, porque você continua tendo amarras.<sup>51</sup>

Emílio Coutinho entende que não é o suporte que determina a qualidade do trabalho. “É possível fazer jornalismo de qualidade sem ser em livro, tá? Isso é bom ressaltar. Jornalismo de qualidade não depende do tamanho, né, do tamanho do espaço que você tenha.”<sup>52</sup> Ao que Caco Barcellos concorda: “É possível praticar péssimo jornalismo em livro de reportagem. Não é a plataforma que vai determinar a qualidade, nem é o equipamento.” O jornalista reforça que “é necessário, evidentemente, muita responsabilidade no ato de informar. E a gente infelizmente assiste com muita frequência o contrário disso”.<sup>53</sup>

Para Coutinho, entretanto, o suporte livro permite maior contextualização e garante maior sobrevida à história.

Quando você se depara com uma boa história você fala: “Poxa não acho justo ter que reduzir resumir tudo isso que eu apurei todas essas histórias que eu esbarrei ao longo da apuração para contar a história essencial, a principal história. Não é justo que isso fique tudo no esquecimento que só eu saiba isso tudo que me contaram”, então [o livro-reportagem] acaba sendo uma válvula de escape de todo jornalista que apura uma boa história.<sup>54</sup>

Já Vera Araújo enxerga, sim, no suporte livro uma maneira de produzir um jornalismo de melhor qualidade. “Eu acho que o livro-reportagem traz a redenção da qualidade do jornalismo. Sinceramente eu acho.”<sup>55</sup> Barreto e Valente (2020, p. 4), apesar de não falarem diretamente de livro-reportagem, compartilham da opinião de Vera.

A busca pela manutenção de um jornalismo de qualidade, portanto, abriu espaço para um novo mercado de produção, que possui suas especificidades nele

<sup>51</sup> Mauro Ventura em entrevista via Zoom para a autora (14 abr. 2022).

<sup>52</sup> Emílio Coutinho em entrevista via Zoom para a autora (15 abr. 2022).

<sup>53</sup> Caco Barcellos em entrevista via Zoom para a autora (14 mar. 2022).

<sup>54</sup> Emílio Coutinho em entrevista via Zoom para a autora (15 abr. 2022).

<sup>55</sup> Vera Araújo em entrevista via Zoom para a autora (9 mar. 2022).

mesmo. Outro fator que corrobora a expansão de novos formatos de negócio na comunicação é o aumento da procura por conteúdos cada vez mais voltados para o micro em detrimento ao macro. Neste contexto, diferentemente do que ocorria com a produção guiada por padrões fordistas, passou-se a buscar a exploração de mercados segmentados em escala reduzida. Essa flexibilidade se dá já na produção.

Se levarmos em consideração o conceito de mercadoria de Marx, percebemos que, no suporte livro, a reportagem transfere-se de um mercado (jornalístico) para outro (o editorial), transformando-se ele mesmo em outra forma de mercadoria.

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência [Lebensmittel], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção. (MARX, 2011, p. 157)

A mercadoria é objeto útil e veículo de valor. O valor não é palpável, é uma realidade social, ele é trabalho humano encarnado na mercadoria, mas só se manifesta na troca, que, na nossa sociedade, é manifestada na forma dinheiro.

Não podemos deixar de problematizar a existência da empresa privada editora, que por sua vez também busca o lucro, e não pode se dar ao luxo do prejuízo. Seria ainda o livro-reportagem uma possível solução? Felipe Gomberg (2006) aponta para as peculiaridades do mercado editorial, apesar de ele mesmo estar incluso no processo capitalista que visa o lucro, aponta para o paradoxo contido no mercado editorial “que este segmento específico do mercado cultural, diferentemente dos demais, não objetiva exclusivamente construir fortunas, ou pelo menos não faz disso seu objetivo maior” (GOMBERG, 2006, p. 82).

A valorização do letramento por parte do homem ocidental tornou o livro impresso um produto cultural indispensável e de caráter permanente a tal ponto que pode ser capaz de subverter a lógica de mercado, que normalmente privilegiaria a lucratividade nos negócios. Como reafirma Epstein (2002) em outro trecho da sua reflexão: “(...) publicar livros não é um negócio convencional. Assemelha-se mais a uma vocação ou a um esporte amador, em que o objetivo principal é a atividade em si em vez do seu resultado financeiro” (p.21). Monteiro Lobato, no início do século XX, já expunha suas preocupações: “Quanto a

ganhar dinheiro com livro, e essas esperanças de criar um ‘nome vendável’, uma marca de fábrica que tenha saída, varra isto da cabeça. Tão cedo o livro não será negócio de dar dinheiro no Brasil” (Carrenho e Diogo, 2005, p.46). (GOMBERG, 2006, p. 83)

Mauro Ventura compartilha da forma de pensar de Monteiro Lobato.

Eu trabalhava na época [da produção do livro] no Globo, e aí foi muito complicado, porque eu tinha que conciliar isso com o nascimento da minha filha, aí eu tinha que trabalhar fim de semana, feriado, férias, madrugadas. E no final do livro, nos últimos meses, eu tirei uma licença não remunerada para fazer o livro. Mas você vê o quão difícil é fazer um livro- reportagem. Ele te exige demais, porque eu tive que tirar uma licença não remunerada para poder fazer, ganhei um adiantamento muito bom para os padrões de um autor iniciante, mesmo assim o dinheiro que eu deixei de ganhar no jornal nesses meses era maior do que o que eu ganhei com o adiantamento. Mas era uma história que eu achei que realmente merecia ser contada, depois já ter começado 21 livros, pra você ter uma ideia.<sup>56</sup>

Emílio Coutinho concorda por um lado, ao levar em conta sua realidade presente e a da maior parte dos jornalistas-autores, e discorda por outro, ao trazer como exemplo a jornalista Daniela Arbex, que atualmente dedica-se exclusivamente à literatura, já tendo publicado cinco obras de não ficção (sendo quatro livros-reportagem e uma biografia – que na classificação de Lima também se enquadra como livro-reportagem) e em processo de criação de sua sexta.

Se eu pudesse eu viveria de livro-reportagem como, por exemplo, a Daniela Arbex fez há algum tempo. Ela já tinha escrito pelo menos acho que três livros-reportagem e trabalhava também. E em determinado momento da carreira dela, ela se despediu e disse “olha, agora eu vou viver com livros-reportagem”. E desde então ela já produziu depois dos três que ela tinha escrito, se não me engano, ela publicou mais dois, o último deles foi o *Arrastados*. E ela vive disso, então é o sonho, né? Seria um sonho para mim também, poder me dedicar porque aí você tem *full time*. Você tem um tempo necessário para se dedicar a uma obra, para você se aprofundar o suficiente e trazer essas informações, ir atrás das fontes, e viver disso é maravilhoso. [...] Mas a maior parte dos jornalistas que produz livro-reportagem, produz enquanto também trabalha em outras reportagens, enquanto trabalha na redação no dia a dia. Às vezes não dá para você parar. São poucos e privilegiados, que causa até certa inveja. [...] Mas é claro que é algo que, se eu pudesse, eu optaria por isso.<sup>57</sup>

<sup>56</sup> Mauro Ventura em entrevista via Zoom para a autora (14 abr. 2022).

<sup>57</sup> Emílio Coutinho em entrevista via Zoom para a autora (15 abr. 2022).

Como dito anteriormente, com inovações técnicas surgidas a partir do que Bolaño (2002) chama de Primeira Revolução Industrial, o aumento da produtividade foi possível. Tal realidade se deu também no campo da literatura, que teve o livro transformado em produto de consumo neste mesmo período em que foi possível aprimorar a fabricação de papel e melhorar as técnicas de impressão, tornando possível a criação do mercado editorial.

Apesar de a lógica comercial – e com ela o lucro como um de seus pilares – necessariamente vir junto com o aparecimento do novo mercado, “a lógica do comércio de livros nem sempre se baseia nas mesmas prerrogativas de outros mercados igualmente desenvolvidos neste modo de produção. Às vezes mais do que a capacidade de vendas de um único título, o que permite a sobrevivência de um empreendimento editorial é a construção de um catálogo forte. O maior ativo de um editor é o seu catálogo” (GOMBERG, 2017, p. 42 e 43).

O editor nem sempre publica livros com bom potencial de vendas. Uma vez que trabalha com cultura, esse profissional precisa se preocupar com a imagem da editora perante os formadores de opinião, um fator quase tão influente quanto as vendas para que a empresa sobreviva. (...) Além de clássicos, editores abrem as portas também para autores premiados, sendo o mais irresistível, evidentemente um ganhador de Nobel de literatura. Nesse caso a editora lança até os cadernos de poesia que o laureado tenha rabiscado aos quinze anos, por saber que serão resenhados e comentados em todos os meios culturais de prestígio. (BACELLAR apud GOMBERG, 2017, p. 43)

Além disso, como mostra o jornalista Caco Barcellos, é possível desviar de determinados obstáculos empresariais que o mercado editorial poderia impor, já que a escrita de livros permite

grande autonomia – editorial e de tempo –, sobretudo de tempo. Eu nunca aceito, por exemplo, contratos para livro. Eu faço por minha conta. Faço todos os gastos por minha conta, não aceito adiantamentos, não aceito compromisso de data porque ali eu quero fazer com plena certeza de que se não fiz melhor foi por minha decisão. E não porque não tinha tempo, não tinha dinheiro, ou tinha compromissos com prazos de um editor. Então eu exerço dessa maneira. Acho fundamental. Para mim a força está nisso: na liberdade absoluta. Eu sei que ela é relativa, mas nesse caso é muito maior do que trabalhando em parceria [com uma editora].<sup>58</sup>

<sup>58</sup> Caco Barcellos em entrevista via Zoom para a autora (14 mar. 2022).

Voltemos ao significado do valor de uso/qualidade do jornalismo, que é a de informar. Consequentemente, estar bem informado nos leva a compreender melhor a realidade. O livro-reportagem, além da qualidade de jornalismo, assume também a qualidade do livro, que, como afirma Chartier (apud GOMBERG, 2006), para além dos ganhos diretos, os livros exercem outro tipo de influência nos leitores, ao levar em conta que o suporte é resultado dos aspectos econômico, social, intelectual e político a ele associados.

A reportagem escrita no suporte livro, portanto, passa a ter maior valor de troca do que um jornal tradicional ou revista: ele tem mais duração no tempo e pode ser revendido. Além disso, a sociedade confere mais prestígio a um livro que a um conjunto de reportagens.

Vera confirma. Para ela, o livro *Mataram Marielle*, além de servir de inspiração para pessoas que almejam importantes cargos mas não se sentem capazes, tem mais impacto do que as reportagens soltas e mantém viva a memória do ocorrido. “É um livro para não se esquecer desse crime e também para servir de legado, mostrar ‘olha só: essa pessoa lutou e conseguiu. Não tem o comodismo. E você também consegue, qualquer um consegue, mulheres conseguem.’ [...] a gente pode mostrar isso com muito mais força do que numa reportagem que fica picotada.”<sup>59</sup>

A desaceleração do trabalho leva a uma consequente melhora na qualidade do produto. Isto devido a alguns fatores, dentre eles a escrita, uma vez que permite o aflorar da criatividade do jornalista-autor ao fugir da regra de *lead/sublead* que, como supracitado, foi uma das características surgidas para facilitar a venda dos jornais. Ao que a jornalista reforça:

Acho que é muito mais fluido e acho que o leitor consegue captar melhor as coisas sem aquela coisa do... Hoje em dia existe aquela coisa de *hardnews* normal, do dia a dia, com uma forma de caça click. Você coloca uma novidade ali e repete tudo. Não. No livro você não vai repetir. O leitor vai ler do início ao fim e vai ter uma lógica, uma ordem.<sup>60</sup>

O fato de sair das restrições dos constrangimentos organizacionais da empresa jornalística é outro fator que auxilia na construção de reportagens de

<sup>59</sup> Vera Araújo em entrevista via Zoom para a autora (9 mar. 2022).

<sup>60</sup> Vera Araújo em entrevista via Zoom para a autora (9 mar. 2022).

melhor qualidade, uma vez que o autor não responde a ninguém (seja chefe, seja patrocinador), o que Caco Barcellos acredita ser “o maior valor” do livro-reportagem que não precisa passar pelo “filtro das corporações”. O jornalista lembra, entretanto, que “Evidentemente ele não tem a abrangência que tem esses veículos, da chamada imprensa comercial, por exemplo”.<sup>61</sup>

Outros aspectos que o esgarçar do tempo de produção auxilia na melhora da qualidade das reportagens são o fato de não possuir *deadlines* curtos e de não apresentar limitação temporal ou espacial tão rígida – o que permite aprofundar horizontal e verticalmente o ocorrido, trazendo um cenário maior e mais rico, complexo como a sociedade. Sobre este ponto, Caco afirma ser “difícil hoje, nos meios de comunicação, dispor de muito tempo que a reportagem exija. E com a chegada dos concorrentes nas redes sociais, eu acho que o conteúdo ficou muito superficial, sobretudo duvidoso.” Emílio reforça que “é necessário ter tempo para praticar mesmo um jornalismo. Um bom jornalismo”.

Você tendo mais tempo e você realmente fazendo a lição de casa, indo atrás das fontes, indo atrás do material, você vai acabar se deparando com um material maior para trabalhar. [...] Normalmente com mais tempo, obviamente você vai ter um material maior. Mas isso não quer dizer que uma reportagem que saia num jornal, numa revista tenha tido uma apuração menor. Dá para valorizar e colocar numa balança. Mas se você tem mais tempo realmente você vai conseguir um material muito mais abrangente.<sup>62</sup>

Como toda mercadoria é fruto de trabalho humano, com o livro-reportagem não seria diferente. Para a sua escrita, a quantidade de horas despendidas, geralmente, é mais elevada por se tratar de um trabalho e produção que precisam ser mais extensos, com entrevistas em profundidade – às vezes realizadas mais de uma vez, como explica Mauro: com personagens-chave,

Fiz algumas vezes cinco entrevistas longas de duas horas, até que eu já tinha passado muito tempo. Eles também eram muito traumáticos, não queriam lembrar, mas aí eu pude corrigir várias imprecisões. [...] E eu realmente investi muito nesses personagens, entrevistava várias vezes, tentava entender o passado, o presente da pessoa, e o que, como, de que forma ela foi marcada, contava as origens dela, a família, as ligações familiares, o porquê foi ao circo, quer dizer toda... você

<sup>61</sup> Caco Barcellos em entrevista via Zoom para a autora (14 mar. 2022).

<sup>62</sup> Emílio Coutinho em entrevista via Zoom para a autora (15 abr. 2022).

realmente humaniza de uma forma, da forma que você melhor conseguir aquela figura. Eu acho que um livro reportagem bem feito, todo livro, eu acho que você tem que ter personagens bem construídas.<sup>63</sup>

Soma-se a isso a quantidade de material recolhido, documentos analisados e, por vezes, deslocamentos que levam o processo a durar mais, a ser mais trabalhoso em comparação com a produção e escrita de uma notícia em jornal ou revista. Além disso, a necessidade de conciliação com o horário de trabalho dificulta a produção e finalização dele, como mostra Emílio:

Além de trabalhar numa redação, eu também ministro aulas de jornalismo numa faculdade. Então eu já tenho dois empregos e no meio disso tem que colocar o meu livro-reportagem, no meio disso também tem que colocar a minha vida social e enfim. E tem também, temos algumas coisas que não são tão importantes como alimentação, dormir, essas coisas que de vez em quando parece que é bom também fazer, mas é complicado, você tem que dividir o seu tempo em tudo isso.<sup>64</sup>

E concorda Vera:

a gente foi tocando aos poucos, fazendo as entrevistas que eram para o livro sempre nos horários livres. A gente já tinha muita coisa porque a gente estava cobrindo o caso, obviamente, mas tinham coisas que a gente tinha que fazer no horário de folga, sábado e domingo. E aí você passa fazer sábado, domingo e férias. Eu não tenho férias há um tempão. [...] Então você não tem tempo, não tem lazer nem nas folgas, nem nas férias.<sup>65</sup>

## 4.2. Quem vê capa não vê produção

Como em qualquer atividade prestada no capitalismo, o dinheiro esconde o trabalho por trás da produção da mercadoria.

Mas como as propriedades de uma coisa não surgem de sua relação com outras coisas, e sim apenas atuam em tal relação, também o casaco aparenta possuir sua forma de equivalente, sua propriedade de permutabilidade direta como algo tão natural quanto sua propriedade de ser pesado ou de reter calor. Daí o caráter enigmático da forma de equivalente, a qual só salta aos olhos míopes do economista político quando lhe aparece já pronta, no dinheiro. Então, ele procura escamotear o caráter místico do ouro e da prata, substituindo-os por mercadorias

<sup>63</sup> Mauro Ventura em entrevista via Zoom para a autora (14 abr. 2022).

<sup>64</sup> Emílio Coutinho em entrevista via Zoom para a autora (15 abr. 2022).

<sup>65</sup> Vera Araújo em entrevista via Zoom para a autora (9 mar. 2022).



menos ofuscantes, e, com prazer sempre renovado, põe-se a salmodiar o catálogo inteiro da população de mercadorias que, em épocas passadas, desempenharam o papel de equivalente de mercadorias. (MARX, 2011, p. 186)

O dinheiro pago pelo objeto acoberta o que está por trás da capa do livro, todo o longo processo de apuração, entrevistas, viagens, escrita... A relação com o objeto passa a ser uma relação de dinheiro, não do trabalho necessário para a coisa. Sem o trabalho não existe a mercadoria. Fica mais fácil desvalorizar o trabalho/trabalhador. O fetiche faz com que o consumidor se aliene do processo de produção. No início dos processos de troca, era possível ver os trabalhadores dedicando-se à feitura do produto. Atualmente não. O que se vê é apenas o produto pronto.

Embora presente em ambas as atribuições do jornalista (tanto na redação como no livro-reportagem), parece-nos que o fetiche da mercadoria – que esconde o trabalho dispendido – apresenta-se de maneira diferente no jornal e no suporte livro. No primeiro, caso haja alguma discordância, concordância ou mesmo erro em relação a uma matéria publicada, a reclamação geralmente é direcionada em nome do jornal, ou seja, deixa-se de lado o nome do autor (e com isso seu esforço dispendido na apuração de determinada matéria). Enquanto caso o mesmo aconteça no produto editorial, o nome do profissional responsável está estampado na capa, portanto há um ator principal ao qual podemos reclamar a autoria do produto.

Ao mesmo tempo, como vimos, o processo de apuração e escrita do livro-reportagem é mais laborioso e demanda mais tempo, tempo e trabalho esses que, ao lermos o produto final, não enxergamos as horas de trabalho e frustração empregadas. Além disso, por apresentar uma escrita mais variada e criativa, isto é, por a escrita literária ser parte de um trabalho intelectual, torna-se mais difícil de ser enquadrado num fordismo ou de ser realizado por máquinas.

Ali você é o dono do livro. Não que na reportagem você não seja o responsável, mas sempre tem um certo olhar, um crivo, certas palavras. [...] No jornal diário, apesar de você não ter *copy*, você tem um editor como responsável. No livro você também tem um editor responsável, mas no livro você está muito mais presente, escolhendo as fotos, você faz as legendas, elas são revisadas. O processo do livro é muito mais caprichoso até por conta daquela situação: você não pode errar, você não pode parar lá e mexer depois. Não. Você vai imprimir milhares de livros. Então é um

processo em que você tem mais responsabilidade com o produto final.<sup>66</sup>

Nas palavras de Marx: “O corpo da mercadoria que serve de equivalente vale sempre como incorporação de trabalho humano abstrato e é sempre o produto de um determinado trabalho útil, concreto. Esse trabalho concreto se torna, assim, expressão do trabalho humano abstrato” (MARX, 2011, p. 186).

Marx se refere ao que Walter Benjamin (1968) chamaria depois de “perda da aura” em sua análise paralela dos efeitos da reprodução mecânica na obra de arte. O objeto é disponibilizado como mercadoria depois de ser abstraído das condições reais de sua produção e uso, transportado para mercados distantes, padronizado e classificado, representado por símbolos totalmente contingentes. Seu status como mercadoria representa a ruptura de uma relação real e direta entre comprador e vendedor, separa o valor de uso do valor de troca, retira dos objetos qualquer singularidade (que depois precisa ser devolvida ao objeto através da publicidade) e, o que é mais importante, esconde do comprador as condições reais de produção.<sup>67</sup> (CAREY, 2008, p. 171)

O tempo despendido para a produção de um livro-reportagem, como já comentado, é superior. Por dispor de mais tempo, a qualidade e quantidade do material coletado tende a ser maior do que em matérias corriqueiras. Mauro Ventura afirma: “entrevistei 150 pessoas [...] Ou seja, tem muita história para ser contada, muita história, mas o desafio é esse: financeiramente não compensa e te exige demais. Demanda muito, você, ao mesmo tempo, tem as outras demandas mais imediatistas que vão te consumindo. Esse equilíbrio é muito complicado.”<sup>68</sup>

Emílio concorda. O autor lembra que foram quase três anos de pesquisa e coleta de material sobre o Caso Escola Base, em São Paulo, para só depois entrevistar os personagens e escrever.

Foram anos indo em fórum, porque eu fui atrás dos arquivos de todos os processos movidos contra a imprensa, porque depois

<sup>66</sup> Vera Araújo em entrevista via Zoom para a autora (9 mar. 2022).

<sup>67</sup> Tradução de Marina Frid do inglês: “Marx’s reference is to what Walter Benjamin (1968) would later call the “loss of aura” in his parallel analysis of the effect of mechanical reproduction on the work of art. After the object is abstracted out of the real conditions of its production and use and is transported to distant markets, standardized and graded, and represented by fully contingent symbols, it is made available as a commodity. Its status as a commodity represents the sundering of a real, direct relationship between buyer and seller, separates use value from exchange value, deprives objects of any uniqueness (which must then be returned to the object via advertising), and, most important, masks to the buyer the real conditions of production.”

<sup>68</sup> Mauro Ventura em entrevista via Zoom para a autora (14 abr. 2022).

eles processaram a imprensa em geral, fui atrás de informações. Também fui na rua da escola, que foi demolida, hoje em dia existe um conjunto de prédios lá, fui na rua onde moravam os donos. O muro que tinha sido todo pichado já estava pintado. E fui tentando aí montar esse quebra-cabeça com as peças que eu tinha. [...] Depois eu fui em alguns arquivos. Fui no arquivo aqui do estado de São Paulo para resgatar tudo que foi publicado nos impressos, nos jornais e revistas impressos da época para ter uma noção real e distanciada do que foi noticiado realmente, o que foi sensacionalista e o que foi com base em fatos. O que foi em base feito também com base em boatos, o que depois foi desmentido, como foi feito esse meia culpa, ou não foi feito o meia culpa.<sup>69</sup>

Outro relevante aspecto a ser destacado é o trabalho intelectual envolvido na escrita literária do jornalismo, o último reduto, como vimos, que a Terceira Revolução Industrial, segundo a classificação de Bolaño, que o capital tenta incorporar. Este trabalho despendido na apuração e escrita do livro-reportagem, que não segue um padrão fixo e utiliza-se de diferentes técnicas, é mais difícil de ser enquadrado num fordismo ou ser realizado por máquinas.

Vera afirma que, embora a dificuldade do processo seja grande, o resultado compensa e acresce se comparado às reportagens cotidianas. “Apesar de ser bem sofrido o processo, até por trabalhar em dois lugares (o ideal é trabalhar, se dedicar só ao livro), no livro você consegue se dedicar muito mais, com muito mais precisão, dar muito mais detalhes.”<sup>70</sup> E Carolina sustenta: “realmente é um trabalho que você tem que ter vontade para conseguir articular dentro da sua rotina, porque as demandas do dia a dia elas acabam chegando e dificultando essa dedicação.”<sup>71</sup>

Sobre as dificuldades e riscos de contar uma história em andamento, Malu Gaspar, autora do livro-reportagem *Tudo ou nada: Eike Batista e a verdadeira história do grupo X* (2022), diz:

Eu já estou querendo fazer outro prefácio. Já acabei o prefácio e estou querendo fazer outro. É um desespero, é um risco, é um negocio horroroso. Livro-reportagem é uma tragédia. Tem alguns truques que a gente vai aprendendo que é de como que você monta o livro para que ele termine independentemente do que esta acontecendo. “Eu só vou até determinado ponto.” Acho que é importante, quando você vai escrever, ter isso claro: vou daqui até aqui. Dá muita vontade de acrescentar, de melhorar. [...] é um exercício, você tem que fazer um exercício de desapego. Chega uma hora que você fala assim: “agora a

<sup>69</sup> Emílio Coutinho em entrevista via Zoom para a autora (15 abr. 2022).

<sup>70</sup> Vera Araújo em entrevista via Zoom para a autora (9 mar. 2022).

<sup>71</sup> Carolina Freitas em entrevista via Zoom para a autora (15 mar. 2022).

história fechou. Daqui pra frente se eu acrescentar mais coisa eu atrapalho quem está lendo”. Mas é um exercício de desapego diário, é um negócio de vida.<sup>72</sup>

Guilherme Amado, autor de *Sem máscara: o governo Bolsonaro e a aposta pelo caos*, comenta sobre a decisão entre escrever as informações apuradas na coluna diária de onde trabalhava ou se guardava para publicar no livro.

Na verdade, quando eu entendi qual era o critério de escolha ficou muito mais simples, que era o seguinte: o que eu apurei, se eu publicar agora vai contribuir para impactar alguma coisa agora que pode melhorar a vida de alguém? É uma informação que as pessoas precisam saber agora para tomar uma decisão? É importante para o rumo que as coisas estão tomando? É uma ilegalidade que se eu falar agora não vai ser cometida? Coisas assim. Não pode esperar? Aí eu ia lá e publicava. Agora, coisas que eu falava assim “não vai fazer diferença se a pessoa souber disso agora ou daqui a seis meses”, aí eu guardava para o livro. Agora, muitas vezes, muitas das informações apuradas, isso também foi muito fácil, porque o seguinte: algumas pessoas só topavam falar comigo pro livro, a pessoa queria o compromisso que eu não desse uma linha, quando eu estava na Editora Época, na Época.<sup>73</sup>

Vera Araújo reforça que o livro-reportagem é “uma ferramenta”, uma maneira de se “detalhar aquilo que as pessoas querem saber” de modo mais claro. “É uma forma de organizar e você chamar atenção para as coisas mais importantes e recheiar com o teu olhar, com os detalhes que você não usou nas reportagens”.<sup>74</sup>

#### 4.3. O engatinhar do livro-reportagem no Brasil

O sociólogo francês Edgar Morin (1990, p. 17-18) descreve o mundo fenomenal como um “tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos” e reconhece que, devido a essa complexidade, emergem “traços inquietantes da confusão, do inextricável, da desordem, da ambiguidade, da incerteza...” Para o autor, é dessa complexidade que vem “a necessidade, para o

<sup>72</sup> Depoimento da jornalista Malu Gaspar em debate de lançamento do livro *Sem máscara* de Guilherme Amado, ocorrido na Livraria Travessa do Shopping Leblon, na zona sul do Rio de Janeiro (9 jun. 2022). Vídeo produzido e concedido pelo jornalista Jorge Antonio Barros, editor da página de notícias Quarentena News.

<sup>73</sup> Depoimento do jornalista Guilherme Amado em debate de lançamento de seu próprio livro, *Sem máscara*, ocorrido na Livraria Travessa do Shopping Leblon, na zona sul do Rio de Janeiro (9 jun. 2022). Vídeo produzido e concedido pelo jornalista Jorge Antonio Barros, editor da página de notícias Quarentena News.

<sup>74</sup> Vera Araújo em entrevista via Zoom para a autora (9 mar. 2022).

conhecimento, de pôr ordem nos fenômenos ao rejeitar a desordem, de desviar o incerto, de selecionar os elementos de ordem e de certeza, de retirar a ambiguidade, de clarificar, de distinguir, de hierarquizar...” (MORIN, 1990, p. 18).

Mendes et al. (2021, p. 74) afirmam que, ao tentar “ordenar o caos da realidade (TEMER, 2014), os jornalistas e suas práticas profissionais inserem-se no que Giddens (2003) considera fundamental para a manutenção social e coletiva da crença no mundo objetivo e na sua continuidade: as rotinas diárias e interações cotidianas.” Como forma de organizar e hierarquizar o caos do mundo fenomenal, o jornal é dividido em editorias como, por exemplo, economia, política, cultura e meio ambiente. Tal divisão cria, indiretamente, nichos dentro do próprio jornal. Há leitores que se interessam apenas pela editoria da própria cidade, enquanto outros preferem entender o que está ocorrendo no cenário internacional. Além destes, vale citar os jornais que criaram cadernos especiais para o público feminino e aquele focado em conteúdo cultural.

Apesar de dispor conteúdo de nichos, o jornal em si não é um produto de nicho. Ao contrário do livro, que sempre foi um produto dividido por interesses particulares. O livro-reportagem é um gênero que fala para nichos que dependem também do seu tema, o que permite maior direcionamento e acerto com o público-alvo, além de a ele ser permitido explorar diferentes grupos, seja para um público consumidor voltado para guerras, ou outro que prefere fatos e momentos da História do mundo, ou mais especificamente da História do Brasil, seja para aqueles que preferem uma história de superação... Neste sentido, o leque de possibilidades do jornalismo aumenta consideravelmente.

Segundo David Harvey (apud BARRETO; VALENTE, 2020), a dinâmica de produção atual deriva para um desenvolvimento da acumulação flexível, que

comprime mais tempo e espaço, baseia-se, entre outros elementos, na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Esses sistemas de produção flexível permitiram uma aceleração do ritmo da inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala – ao mesmo tempo em que dependeram dela. (BARRETO; VALENTE, 2020, p. 4)

À definição de Aristóteles sobre a narrativa – sobre a universalidade da intriga e a relação de causalidade, que possui princípio, meio e fim –, Ricoeur

acrescenta a ideia de compreensão do mundo, ou, pelo menos, como tentativa de compreensão do mundo. Tal definição de narrativa parece descrever o livro-reportagem, que, como uma grande narrativa sobre determinado acontecimento, traz elementos, diálogos, documentos e materiais que nos auxiliam na compreensão como um todo de um acontecimento particular, como evoca Aristóteles. Nas palavras de Lima (2009): que permite o aprofundamento vertical e horizontal do ocorrido.

Para Maciel, o que mais importa no livro-reportagem não é a caracterização *per se*, mas a

forma como [os repórteres-autores] assimilavam as influências e transformações da imprensa na época que atuaram. E qual era o jeito específico de cada um deles observar a realidade, o cotidiano, os fatos históricos, além das suas ligações híbridas de estilo narrativo com a literatura, a crônica e a história. (MACIEL, 2017, p. 2)

O autor denomina como notável o fato de os livros-reportagem terem como característica comum “a figura do repórter-narrador intrépido, que tudo observa e analisa, com uma narrativa na maior parte das vezes coloquial, com estratégias de proximidade com o leitor” (MACIEL, 2017, p. 6).

Antes classificados como relatos, os livros-reportagem começaram a ser assim denominados, ao se perceber uma repetição deste tipo de narrativa, depois da percepção de um conjunto de obras com características, traços estilísticos e/ou semânticos comuns.

Abaixo apresentamos uma tabela com a síntese das respostas de nossos entrevistados.

Tabela 2 – Síntese das respostas de nossos entrevistados

	<b>Caco Barcellos</b>	<b>Vera Araújo</b>	<b>Mauro Ventura</b>	<b>Emílio Coutinho</b>
<b>Transformações atuais do jornalismo</b>	Jornalistas eram narradores praticamente isolados. Dependia-se de a redação enviar um repórter e esperá-lo chegar ao local para se ter uma notícia sobre algo que acontecia no mundo. Agora já há câmeras registrando tudo ao vivo, volume de concorrentes é grande. No lugar da velocidade, da busca por contar primeiro, agora é necessário contar melhor. O relato humano é indispensável.	Quando entrou, utilizava-se ficha telefônica no orelhão, listas telefônicas, pesquisas eram feitas em biblioteca, máquina de escrever com carbono para as cópias. Internet e meios digitais agilizaram o processo de pesquisa, comunicação, escrita e diagramação, mas também deram menos tempo para o amadurecimento e a produção de textos.	Redações eram maiores, tempo para o preparo e a produção de notícias era mais extenso, não havia internet, nem a preocupação em se postar imediatamente. Redações foram reduzidas, queda de circulação, concorrência das redes sociais e consequente diminuição da publicidade. Democratização da informação permite mais conteúdo e meio menos monopolizado, como também uma avalanche de notícias falsas e mais dificuldade em aprofundar a informação.	Como a sociedade em geral, o jornalismo está em constante mudança. Antigamente recebia-se o jornal impresso, hoje o processo é mediado por telas – tanto a produção como a leitura. A essência do jornalismo (a apuração e a procura por pautas relevantes para a sociedade) permanece a mesma e o papel do jornalista humano continua fundamental.
<b>A credibilidade e a qualidade do jornalismo</b>	A Revolução Industrial permitiu o aumento de concorrentes. O mau uso desta abertura leva à divulgação de notícias mentirosas que, atrelado ao não costume de parte da população em desconfiar e checar informações, leva ao descrédito do jornalismo. Ao mesmo tempo é positivo, uma vez que a humanidade passa a ter mais acesso a plataformas de conhecimento, pesquisa e conteúdo, o que dificulta o cometimento de barbáries.	O jornalismo não perdeu a credibilidade, que deve sempre existir. Perdeu a qualidade por conta de o profissional sair pouco para a produção das matérias, por fazer muita coisa pelo computador, via Whatsapp, além da pressa, da guerra da audiência, das demissões e dos cargos extintos.	Houve uma queda de credibilidade da imprensa profissional por parte do público, muito por parte de governantes. A pandemia ajudou a restaurar a confiança no jornalismo profissional por conta da qualidade e da credibilidade das informações em meio a tantas fake news que surgiram.	O trabalho jornalístico muitas vezes é deslegitimado por políticos e pessoas em cargos de poder, que tentam retirar a credibilidade dos jornalistas. Há profissionais que praticam o jornalismo preguiçoso, um jornalismo baseado em release. Mas há muitos jornalistas que sabem a essência e a importância do trabalho que continuam produzindo um jornalismo de qualidade.
<b>Tempo de produção no livro-reportagem X na redação</b>	Hoje é difícil, nos meios de comunicação, dispor do tempo que a reportagem exige. Com os concorrentes nas redes sociais o conteúdo ficou superficial e duvidoso. No gênero reportagem não é possível se basear apenas em conteúdos oficiais, é preciso ir mais a fundo – tanto na TV como no livro-reportagem.	Na redação o tempo de produção precisa ser rápido, o que acaba não permitindo a contextualização. No livro-reportagem é necessário trazer mais elementos sobre o fato, trazer o detalhamento da situação, e voltar diversas vezes à fonte.	Apesar de existirem livros-reportagem instantâneos, que precisam ser publicados mais rápido, na imprensa diária há uma pressão maior de tempo. No livro-reportagem há uma liberdade e tempo de maturação e de diálogo com o editor muito maiores. O jornalismo diário tem essa urgência que o livro-reportagem não tem.	No dia a dia não há muito tempo para produzir grandes reportagens, grandes manchetes. É necessário ter tempo para praticar um bom jornalismo. O livro-reportagem não impõe pressão de publicação.

<b>Livro-reportagem: manutenção de um jornalismo de qualidade X mais uma possibilidade de jornalismo</b>	<p>Não é a plataforma ou o equipamento que determinam a qualidade do produto. É um passo significativo quase sempre com a força da autonomia da autodeterminação sem passar pelo filtro das corporações e sem a abrangência da imprensa comercial, mas está ali uma coisa que pode ser reproduzida ao longo de sempre. Eu acredito fortemente da manutenção da narrativa independente.</p>	<p>A qualidade do jornalismo vem caindo ao longo do tempo, principalmente por conta da guerra da audiência, por se produzir mais de uma matéria ao mesmo tempo, e por precisar ser rápido. O livro permite focar, enxergar outros ângulos da situação, trazer mais detalhes. O livro-reportagem é mais uma ferramenta que permite aprofundar e organizar o fato, trazendo de volta a qualidade do jornalismo.</p>	<p>Por não abranger todas as matérias, e por ter uma quantidade bem menor do que as matérias produzidas diariamente pelos meios de comunicação, o livro-reportagem não substitui o jornalismo cotidiano. Ele funciona como uma extensão do jornalismo, como uma forma de complementar e ampliar o jornalismo, de contextualizar melhor, escapando um das amarras de tempo e de espaço.</p>	<p>É possível fazer jornalismo de qualidade sem ser em livro. Jornalismo de qualidade não depende do tamanho ou do espaço. O livro-reportagem é uma forma de resgatar e mostrar o bom trabalho jornalístico, muitas vezes não tão presente no dia a dia. Há muitas reportagens que ganham prêmios, mas às vezes o jornalista não tem possibilidade de se aprofundar, como no livro reportagem que oferece mais tempo e mais espaço.</p>
<b>Livro-reportagem e autonomia financeira</b>	<p>-</p>	<p>O retorno financeiro é ínfimo. É mais pelo prazer em trazer os detalhes de uma trama e para mostrar a essência do jornalismo investigativo. Talvez seja por isso que muitos colegas percorreram outros caminhos com suas histórias, como os <i>streamings</i> e documentários.</p>	<p>O retorno financeiro é muito pequeno. É mais por um desejo pessoal de querer contar melhor uma história do que esperar um retorno financeiro, porque realmente muito pouco autor consegue esse retorno.</p>	<p>Existe possibilidade de autonomia financeira, como é o caso da Daniela Arbex. Mas esses são poucos e privilegiados.</p>



A seguir trazemos discussões acerca do livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, tido por muitos pesquisadores como o primeiro livro-reportagem no Brasil, embora sem consenso na academia, que também soma autores que o desconsideram como tal. Nosso intuito não é classificá-lo ou não como livro-reportagem, mas reconhecer, nesta obra, o vanguardismo contido nela, e suscitar reflexões acerca do caso.

#### 4.3.1. Os Sertões na vanguarda

Marcada por seu pioneirismo em diferentes enfoques e por sua mistura de diferentes áreas, como a constituição geológica do continente que se afunila até a de Canudos, traços de antropologia, sociologia e religião do povo do arraial, além da própria literatura, história e do jornalismo, *Os Sertões* é uma obra de difícil classificação.

Oscilando entre literatura e história, *Os Sertões* ganha sobretudo ares de um relato de guerra. Para a literatura, sua originalidade está na constituição centrada em temas reais e típicos da cultura brasileira, como a seca, sertanejo, miséria e a religiosidade. Para a história, está no tecer da narrativa que tem o suporte do testemunho autoral e o reforço de fontes abundantemente citadas. (CUNHA; CÔRREA, 2019, p. 82)

A obra foi publicada em 1902 e é fruto do trabalho de Euclides da Cunha, que acompanhou a última de quatro expedições realizadas pelo governo republicano em Canudos, a qual resultou no massacre da comunidade do interior baiano.<sup>75</sup> *Os Sertões* é considerado por muitos pesquisadores como o marco que inaugura o livro-reportagem no Brasil. Há autores, entretanto, que o não o caracterizam como tal. Em artigo que analisa *Os Sertões*, seu processo histórico e

<sup>75</sup> A Guerra de Canudos foi um conflito armado ocorrido no sertão da Bahia, no município de Monte Santo, no final do século XIX. O movimento, de caráter sócio-religioso, foi liderado por Antônio Mendes Maciel, o Conselheiro, um líder religioso que fundou o arraial de Canudos. No vilarejo, Antônio Conselheiro e seus seguidores (milhares de jagunços) tentaram estabelecer uma comunidade onde a fé, o trabalho e os bens materiais eram partilhados. O povoado foi acusado de ser favorável à monarquia, que naquele momento havia sido recém-abolida, apresentando-se, assim, uma ameaça à República. Apesar de a primeira rebelião ter se dado em 1893, foi somente em 1896 que ocorreu a primeira reação oficial do governo baiano, derrotado pelos sertanejos. O conflito se intensificou e alcançou nível nacional – tanto em relação às notícias como à campanha militar –, levando o jornal O Estado de S. Paulo a enviar Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha como repórter de guerra para cobrir o conflito, e o Exército Brasileiro a enviar reforços. Ao todo foram quatro expedições militares contra Canudos, que resultou no incêndio do arraial em outubro de 1897, com mais de 25 mil pessoas mortas.

pioneirismo, Maria Jandyrá Cavalcanti Cunha e Vitor de Abreu Côrrea trazem um levantamento do debate que discute se a obra de Euclides da Cunha é ou não o primeiro livro-reportagem do país.

Um olhar em retrospectiva para o jornalismo exercido na imprensa e em livro invariavelmente aponta para o trabalho pioneiro de Euclides da Cunha durante a Guerra de Canudos (1886-87). Ele cobriu a revolta para o jornal *O Estado de S. Paulo* (vulgo, Estadão), escrevendo despachos no calor dos acontecimentos entre agosto e outubro de 1887. Após cinco anos, em 1902, publicou *Os Sertões*, no qual relata *a luta* entre os liderados de Antônio Conselheiro e o exército republicano, e também discorre sobre *a terra*, no Nordeste interiorano, e *o homem*, o sertanejo oriundo da miscigenação e exclusão secular. (CUNHA; CÔRREA, 2019, p. 79. Grifos dos autores)

Em subcapítulo intitulado “Os Sertões: Livro-reportagem?”, os pesquisadores trazem o contraponto entre aqueles que classificam a obra de Euclides da Cunha como o primeiro livro-reportagem e aqueles que não. Dentre os autores trazidos por Cunha e Côrrea que não classificam *Os Sertões* como livro-reportagem estão: Carlos Marcos Avighi, em cuja tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo, em 1987, argumenta que apesar de a obra ter sido gerada em meio ao ofício de jornalista de Euclides da Cunha, *Os Sertões* não poderia ser enquadrado como jornalismo, por escapar às características e aos fins inerentes à área, mas sim como literatura; o jornalista Franklin de Oliveira; e o sociólogo Duglas Teixeira Monteiro.

Estes apontam para o olhar não isento de Euclides da Cunha, influenciado por ditas teorias científicas da época, especialmente no capítulo “A terra”. Monteiro ressalta os “excessos” presentes no livro, frutos de uma visão etnocêntrica de Euclides da Cunha; enquanto Franklin de Oliveira (2016 apud CUNHA; CÔRREA, 2019, p. 85) argumenta que Euclides “se submeteu a dogmas científicas” e “concluía segundo eles”, o que gerou equívocos em *Os Sertões*. “A ciência de seu tempo era racista. Euclides navegou nessas águas”, embora ele acertasse quando “dobrava-se à verdade que honestamente observara, rendendo-se à evidência viril dos fatos”, em vez do “aparato científico” (OLIVEIRA, 2016 apud CUNHA; CÔRREA, 2019, p. 85).

A divergência de classificação de *Os Sertões* como produto do jornalismo está principalmente no caráter cientificista e determinista da obra. Parece que a

maioria daqueles que não o consideram como o primeiro livro-reportagem o fazem pelo caráter racista e não isento. Entretanto, essa era a realidade histórica da época. Será que se as fontes científicas usadas por ele não fossem tão racistas e etnocêntricas, essa percepção permaneceria? Ou seria tido apenas como mais uma fonte científica, como hoje se procura fazer para trazer voz de autoridade às matérias? Estamos inclinadas à segunda afirmação.

Outro ponto levantado para desconsiderá-lo como livro-reportagem está na linguagem rebuscada e o vocabulário técnico utilizados por Euclides ao contextualizar o sertão e traçar a trajetória da formação geológica do local. A leitura torna-se, assim, de difícil alcance ao leitor comum, distanciando-se das atuais escritas não apenas de livros-reportagem (geralmente fluida), mas do jornalismo em geral (que busca traduzir termos técnicos para a linguagem cotidiana). Além daqueles que apontam o fato de Euclides da Cunha “não escutar” o sertão, apenas falar sobre ele.

Entendo o receio de determinar tal obra como livro-reportagem pelas características do que hoje consideramos reportagem. Mas é preciso considerar, também, que historicamente o conceito de jornalismo se transformou, e no momento da cobertura da guerra de Canudos e escrita de *Os Sertões* talvez estivesse no início dessa mudança. Nesta época, o jornalismo no Brasil mesclava informação e opinião, o *lead* ainda não havia sido implementado e, como lembra Maciel (2017, p. 83), este período, entre os séculos XIX e XX, vivia-se o período de transição de uma imprensa “artesanal” para uma “industrial”, “com a decadência do Império (e o ‘sistema feudal’ e rural de produção) e o florescer da República (e o ingresso no modo capitalista e industrial de desenvolvimento)”. Como destaca Sodré (1999 apud CUNHA; CÔRREA, 2019, p. 83):

A imprensa estava consolidada, a de caráter artesanal subsistia no interior nas pequenas cidades, nas folhas semanais feitas em tipografias, pelos velhos processos e servindo às lutas locais, geralmente virulentas; nas capitais já não havia lugar para este tipo de imprensa, nelas o jornal ingressara, efetiva e definitivamente, na fase industrial, era agora empresa, grande ou pequena, mas com estrutura comercial inequívoca. Vendiam-se informações como se vendia outra qualquer mercadoria. E a sociedade urbana necessitava de informação para tudo, desde o trabalho até a diversão.

Alexandre Zarate Maciel (2017, p. 2-3) aponta que, pela perspectiva do entrelaçamento entre jornalismo, literatura e história, e pelo tempo decorrido entre o acontecimento (guerra de Canudos) e a publicação do livro, que permitiu ao escritor “decantar a experiência de ter acompanhado um front de guerra”, o livro de Euclides da Cunha “é realmente um marco para o livro-reportagem no Brasil, embora seja um ensaio literário”. O pesquisador ressalta, entretanto, que, pela ótica da linguagem utilizada – “barroca, complexa, bem diferente das estratégias de sedução e clareza narrativa que outros jornalistas lançariam mão ao escrever livros” –, *Os Sertões* não seria enquadrado como tal.

Cunha e Côrrea (2019, p. 80) evocam pesquisadores que percebem o caráter híbrido da obra, como Marcos Faerman, que reconhece o terceiro capítulo, “A luta”, como “uma peça literária, que é também cinema e que é – e quanto! – o mais puro jornalismo”; e Cristiane Costa, que reconhece Euclides da Cunha como principal marco no Brasil entre os que transformam “textos jornalísticos em livro”, antes um suporte alheio ao jornalismo.

Dentre os pesquisadores levantados por Cunha e Côrrea (2019, p. 80-81) que qualificam a obra de Euclides como livro-reportagem, destacamos Eduardo Belo, para quem *Os Sertões* é o “primeiro livro-reportagem nacional”. Belo ressalta o “relato detalhado, em uma época em que o termo apuração rigorosa não constava no vocabulário da maior parte da imprensa brasileira”.

Em seu artigo, Maciel (2017) traz Vidal e Souza, para quem a cobertura jornalística da Guerra de Canudos apresentou “os antecessores diretos da reportagem brasileira contemporânea”.

A intenção, inédita na imprensa nacional, era, com a ajuda da figura do repórter, também uma novidade, criar uma ilusão para o leitor de “estar o mais perto possível do combate entre conselheristas e soldados republicanos”. Revelar, portanto, para o resto do Brasil, o que acontecia naquele país “remoto” (*sic*). (MACIEL, 2017, p. 3)

Euclides não apenas desbrava o sertão nordestino, como também as tendências do jornalismo em mutação da época, a saber: características de relato, consulta a fontes oficiais, conversas com terceiros (as futuras entrevistas). Como elaborado por Cunha e Côrrea (2019, p. 90):

O conjunto de narrativas factuais – testemunhais ou documentais – não afastou Euclides da Cunha da análise dos acontecimentos, da crítica às atrocidades que presenciava e do lidar literário para retratar poeticamente tudo isso. Ou seja, os ‘fins’ de *Os Sertões* eram essencialmente os mesmos que os do jornalismo: (i) apresentar a realidade para informar e (ii) orientar a sociedade. O livro transmite a mensagem de denúncia, de tornar público os ‘crimes da nacionalidade’ até então reservados ao comando militar e político: o massacre torturante dos canudenses e a liquidação total do vilarejo.

Ainda segundo os pesquisadores (2019, p. 88), “É no capítulo A Luta, onde se concentra a crônica da guerra, que o cientificismo perde espaço e a cruenta realidade prevalece, processada em vocabulário simples e cronologia temporal”. Assim, ao levarmos em conta os critérios de Lima (2009) sobre o livro-reportagem que alia “criteriosa documentação” à “linguagem acessível” com o objetivo de difundir “para grandes massas medianamente cultas”, esta última parte de *Os Sertões* contemplaria as características de um livro-reportagem.

Ao comentar sobre o período de transformações no campo do jornalismo e a mistura entre o jornalismo e a literatura, não se pode deixar de mencionar também Paulo Barreto, mais conhecido por João do Rio. Se Euclides da Cunha foi “o pioneiro no laboratório de transformar informações jornalísticas em material de livro” (MACIEL, 2017, p. 14), é João do Rio quem primeiro

percebe a importância de perpetuar o seu trabalho, - espalhado na forma de crônicas-reportagens no jornal carioca *Gazeta de Notícias* e na revista *Kosmos*, publicações das primeiras décadas do século XX, - no formato de livro. As obras *Religiões do Rio* (1906), *Cinematógrafo* (1909), *A alma encantadora das ruas* (1910), *Vida vertiginosa* (1911) e *Os dias passam* (1912), embora ainda contaminadas por maneirismos estilísticos, antecipam um olhar mais humanizado que caracterizaria a reportagem brasileira. (MACIEL, 2017, p. 3)

A João do Rio também é atribuído o crédito do desenvolvimento de características do jornalismo moderno brasileiro, como a busca por dados na rua. “A coleta de informações por meio de fontes, ou melhor, entrevistas a fontes, é a grande conquista técnica que João do Rio lança no jornal brasileiro” (MEDINA, 1988 apud CUNHA; CÔRREA, 2019, p. 86).

Um artigo no Observatório da Imprensa, assinado por Bárbara Dal Fabbro, autora do livro *Os Sertões como livro-reportagem: a correspondência entre as*

*reportagens sobre Canudos e o Livro Vingador* (2013), aponta a Guerra de Canudos como marcada por pioneirismo do próprio jornalismo, uma vez que ela “foi o primeiro acontecimento histórico brasileiro a ter cobertura diária na imprensa” (FABBRO, 2009).

Em mesmo artigo, um trecho original da matéria publicada por Euclides da Cunha em *O Estado de S. Paulo*, em 1897, é comparado com sua escrita em *Os Sertões*, comprovando a adaptação dos textos entre os diferentes suportes, apesar do uso da mesma apuração (diferentemente do livro de repórter, por exemplo, que junta reportagens já publicadas no jornal em um livro, sem haver um ajuste).

Ali, em continuação à praça, acamparam sucessivamente todas as forças que aqui têm chegado e seguido para o sertão; um acervo informe de farrapos, trapos multicores do fardamento, botinas velhas, cantis arrebetados, bonés inutilizados – esparsos, disseminados numa área extensa, indica a estadia das tropas que desde a segunda expedição ali têm acampado. (CUNHA, 1897 apud FABBRO, 2009)

A mesma passagem destacada acima, ao ser transposta no formato livro, apresenta-se como:

Ali tinham parado todas as forças anteriormente envolvidas na luta, no mesmo prolongamento do largo aberto para a caatinga cujos tons pardos e brancacentos, de folhas requemadas, sugeriam a denominação da vila. Acervos repugnantes de farrapos e molambos; trapos multicores e imundos, de fardamentos velhos; botinas e coturnos acalcanhados; quepes e bonés; cantis estrondados; todos os rebotalhos de caserna, esparsos em área extensa, em que branqueavam restos de fogueiras, delatavam a passagem dos lutadores, que lá armaram as tendas, a partir da expedição Febrônio. (CUNHA, 2002 apud FABBRO, 2009)

Lima (2009, p. 218) reconhece Euclides da Cunha como “desbravador de fronteiras da narrativa” e, sobre a classificação de *Os Sertões*, acrescenta:

Não importa muito, do ponto de vista da observação de um processo no tempo histórico, que *Os Sertões* não sejam um livro-reportagem no sentido estrito do termo. Importa que tenha exibido algumas importantes possibilidades ao tratamento jornalístico. Importa que, por uma analogia de raciocínio, tenha estado para o futuro desenvolvimento do livro-reportagem no Brasil assim como, digamos, *Por quem os sinos dobram* tenha estado como estímulo para o jornalismo literário americano das décadas de 1940 e 50. Não importa que *Os Sertões* não possa ser enquadrado, rigorosamente, sob um gênero literário definido,

como afirma Flávio Loureiro Chaves. Importa, isso sim, que tenha sido “[...] um verdadeiro divisor de águas no panorama da intelectualidade brasileira” (*sic*) [...] (LIMA, 2009, p. 217).

Já para Cunha e Côrrea (2019, p. 94-95),

O livro, cuja genealogia está nas anotações de Euclides da Cunha no palco da guerra, traz uma elaborada descrição do contexto sociogeográfico, explica os antecedentes do conflito e descreve a guerra per se, a partir da vivência de Euclides da Cunha no campo. É, sem dúvida, um livro-reportagem. Mais do que isso: *Os Sertões* é a reportagem focada na História, é a História que se transforma em reportagem. Um raro marco que, generosamente, faz uma híbrida exaltação da reportagem na forma de livro. *Os Sertões*, enfim, é um monumento pétreo ao jornalismo de todos os tempos.

Podemos perceber na obra de Euclides da Cunha a mistura do próprio jornalismo que se encontrava em mutação, de um jornalismo que estava na esfumaçada fronteira entre opinião e informação, e que começava a engatinhar fora do amálgama com a literatura. De maneira a exemplificar os pontos levantados pelos pesquisadores, separamos alguns trechos que dizem respeito aos argumentos.

Já no início do livro, na “Nota preliminar”, Cunha traz a questão da perenidade envolvida em um livro-reportagem, como ele mesmo assumiu – embora a partir de uma perspectiva negativa –, e da troca entre os campos do jornalismo e da história. Baseado na ciência dominante da época (o que hoje seria considerado um argumento de autoridade, embora tal ideologia, nos dias de hoje, seja inadmissível e racista, vale sempre ressaltar), ele já começa a escrever baseado na tese de que os sertanejos eram uma raça inferior.

Escrito nos raros intervalos de folga de uma carreira fatigante, este livro, que a princípio se resumia à história da Campanha de Canudos, perdeu toda a atualidade, remorada a sua publicação em virtude de causas que temos por escusado apontar. Demos-lhe, por isto, outra feição, tomando apenas variante de assunto geral o tema, a princípio dominante, que o sugeriu. Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. (CUNHA, 1984, p. 1)

Sobre a questão da perenidade, Cunha e Côrrea (2019, p. 92) destacam:

*Os Sertões*, além de prolongar o ciclo de existência da revolta sertaneja, deu-lhe nova significação ao salientar um conteúdo novo, rico em informações inéditas e em interpretações

singulares. O impacto da obra alteraria, em função do relato testemunhal, subjetivo e periódico, o entendimento geral de então sobre a Guerra de Canudos. No campo do jornalismo, tais fatores aproximam Euclides da Cunha do pioneirismo em ofício específico e pouco usual à época, a correspondência de guerra.

O escritor expõe opiniões claras e – até mesmo – grosseiras, como exemplificado no trecho a seguir:

Infelizmente o apóstolo não teve continuadores. Salvo raríssimas exceções, o missionário moderno é um agente prejudicialíssimo no agravar todos os desequilíbrios do estado emocional dos tabaréus. Sem a altitude dos que o antecederam, a sua ação é negativa: destrói, apaga e perverte o que incutiram de bom naqueles espíritos ingênuos os ensinamentos dos primeiros evangelizadores, dos quais não tem o talento e não tem a arte surpreendente da transfiguração das almas. Segue vulgarmente processo inverso do daqueles: não aconselha e consola, aterra e amaldiçoa; não ora, esbraveja. E brutal e traiçoeiro. Surge das dobras do hábito escuro como da sombra de uma emboscada armada à credulidade incondicional dos que o escutam. Sobe ao púlpito das igrejas do sertão e não alevanta a imagem arrebatadora dos céus; descreve o inferno truculento e flamívomo, numa algaravia de frases rebarbativas a que completam gestos de maluco e esgares de truão. É ridículo, e é medonho. Tem o privilégio estranho das bufonarias melodramáticas. As parvoíces saem-lhe da boca trágicas. (CUNHA, 1984, p. 65)

Mas também procura e utiliza documentos oficiais para escrever outros trechos, como uma carta do Império:

Di-lo documento expressivo publicado aquele ano, na capital do Império.  
 “Apareceu no sertão do norte um indivíduo, que se diz chamar Antônio Conselheiro, e que exerce grande influência no espírito das classes populares servindo-se de seu exterior misterioso e costumes ascéticos, com que impõe à ignorância e à simplicidade. Deixou crescer a barba e cabelos, veste uma túnica de algodão e alimenta-se tenuamente, sendo quase uma múmia. Acompanhado de duas professoras, vive a rezar terços e ladainhas e a pregar e a dar conselhos às multidões, que reúne, onde lhe permitem os párocos; e, movendo sentimentos religiosos, vai arrebanhando o povo e guindo-o a seu gosto. Revela ser homem inteligente, mas sem cultura”. Estes dizeres rigorosamente verídicos, de um anuário impresso centenares de léguas de distância, delatam bem a fama que ele já granjeara. (CUNHA, 1984, p. 72)

E uma circular da Igreja:



Os vigários toleravam com boa sombra os despropósitos do Santo endemoninhado que ao menos lhe acrescia a cônica reduzida. Percebeu-o em 1882, o arcebispo da Bahia, procurando por paradeiro a esta transigência, senão mal disfarçada proteção, por uma circular dirigida a todos os párocos.

“Chegando ao nosso conhecimento que, pelas freguesias do centro deste arcebispado, anda um indivíduo denominado Antônio Conselheiro, pregando ao povo, que se reúne para ouvi-lo, doutrinas supersticiosas e uma moral excessivamente rígida com que está perturbando as consciências e enfraquecendo, não pouco, a autoridade dos párocos destes lugares, ordenamos a V. Rev.ma, que não consinta em sua freguesia semelhante abuso, fazendo saber aos paroquianos que lhes proibimos, absolutamente, de se reunirem para ouvir tal pregação, visto como, competindo na Igreja católica, somente aos ministros da religião, a missão santa de doutrinar os novos, um secular, quem quer que ele seja, ainda quando muito instruído e virtuoso, não tem autoridade para exercê-lo.

“Entretanto sirva isto para excitar cada vez mais o zelo que V. Rev.ma, no exercício do ministério da pregação, a fim de que os seus paroquianos, suficientemente instruídos, não se deixem levar por todo o vento de doutrina etc.” (CUNHA, 1984, p. 77)

Euclides também trouxe olhares baseado em outras testemunhas, que não apenas ele, embora tal comportamento ainda não fosse praxe no jornalismo da época, como já mencionado. Destacamos dois trechos.

É desconhecida a sua existência durante tão longo período. Um velho caboclo, preso em Canudos nos últimos dias da campanha, disse-me algo a respeito, mas vagamente, sem precisar datas, sem pormenores característicos. Conheceu-o nos sertões de Pernambuco, um ou dois anos depois da partida do Crato. Das palavras desta testemunha, concluí que Antônio Maciel, ainda moço, já impressionava vivamente a imaginação dos sertanejos. Aparecia por aqueles lugares sem destino fixo, errante. Nada referia sobre o passado. Praticava em frases breves e raros monossílabos. Andava sem rumo certo, de um pouso para outro, indiferente à vida e aos perigos, alimentando-se mal e ocasionalmente, dormindo ao relento à beira dos caminhos, numa penitência demorada e rude... (CUNHA, 1984, p. 71)

E também:

Diz uma testemunha: “Alguns lugares desta comarca e de outras circunvizinhas, e até do Estado de Sergipe, ficaram desabitados, tal a aluvião de famílias que subiam para os Canudos, lugar escolhido por Antônio Conselheiro para o centro de suas operações. Causava dó verem-se expostos à venda, nas feiras, extraordinária quantidade de gado cavalar, vacum, caprino etc., além de outros objetos, por preços de nonada, como terrenos, casas etc. O anelo extremo era vender, apurar algum dinheiro e ir reparti-lo com o Santo Conselheiro.” (CUNHA, 1984, p. 81)

Já em relação à escrita, que nas duas primeiras partes do livro é hoje de difícil compreensão e repleta de termos específicos, na última torna-se mais fluida e de mais fácil fruição, incorporando um estilo mais literário para a narrativa.

Eram tão grandes que pouco antes de ser feito o primeiro disparo, às seis horas da manhã, numerosos combatentes de outras armas, aglomerados em volta dos canhões, tinham o papel neutral de espectadores, ansiando por um quadro terrivelmente dramático: Canudos ardendo sob a *túnica molesta* do canhoneio! Uma população fulminada dentro de 5 mil casebres em ruínas!

Era mais uma ilusão a ser duramente desfeita...

O primeiro tiro partiu, disparando o *Krupp* da extrema direita. E determinou, de fato, um empolgante lance teatral.

Os jagunços haviam dormido ao lado da tropa, por todas aquelas encostas riçadas de algares e, sem aparecerem, circularam-na para logo de descargas.

Mais tarde, relatando o feito, o chefe expedicionário se confessou impotente para descrever a imensa "chuva de balas que desciam dos morros e subiam das planícies num sibilo horrível de notas", que atordoavam. Por sua vez o comandante da 1ª coluna afirmou em ordem do dia, que durante cinco anos, na guerra do Paraguai, jamais presenciara coisa semelhante.

Realmente, os sertanejos revelaram uma firmeza de tiro surpreendedora. As descargas, nutridas, rolantes e violentíssimas, deflagrando pelos cerros como se as atearse um rastilho único, depois de abrangerem a tropa desabrigada, bateram, convergentes, sobre a artilharia. Dizimaram-na. Tombaram dezenas de soldados e a metade dos oficiais. Sobre o cerro, varrido em minutos, permaneceu, entretanto, firme, a guarnição rarefeita e no meio dela, atravessando entre as baterias, impassível como se desse instrução num polígono de tiro, um velho de bravura serena e inamolgável — um valente tranqüilo, o coronel Olímpio da Silveira. Foi a salvação. Em tal emergência o abandono dos canhões seria o desbarato...

Vibrara o alarma em todos os corpos. Instintivamente, sem direção fixa e sem ordem de comando, 3 mil espingardas dispararam a um tempo dirigidas contra os morros. Estes fatos passaram em minutos, e em minutos, na área comprimida em que se agitava, inútil, a expedição, viu-se a mais lastimável desordem.

Ninguém deliberava. Todos agiam. Ao acaso, estonteadamente, sem campo para o arremesso das cargas ou para a manobra mais simples, os pelotões englobados atiravam a esmo em pontarias altas, para não se trucidarem mutuamente, contra o inimigo sinistro que os rodeava, intangível, surgindo por toda a parte e por toda a parte invisível. Neste tumulto, a 3ª Brigada, no flanco esquerdo, disposta em colunas de batalhões e tendo na vanguarda o 7º, começou a avançar, descendo, na direção da fazenda Velha, de onde rompiam mais fortes as descargas. Aquele batalhão, que quatro meses antes subira por aquele mesmo caminho em debandada, fugindo e atirando-lhe à margem o cadáver do coronel Moreira César, ia penitenciar-se do desaire. Completando esta circunstância especialíssima, acompanhava-o,

logo depois, um sócio de reveses, o 9°. O major Cunha Matos dirigia a vanguarda. Os vencidos da expedição anterior deparavam ensejo raro para a desafronta e tinham um chefe que, sob muitos aspectos, se equiparava ao comandante infeliz que ali tombara — o coronel Thompson Flores. Era um lutador de primeira ordem. Embora lhe faltassem atributos essenciais de comando e, principalmente, esta serenidade de ânimo, que permite a concepção fria das manobras dentro do afogamento de um combate — sobravam-lhe coragem a toda a prova e um quase desprezo pelo antagonista por mais temeroso e forte, que o tornavam incomparável na ação. Demonstrou-o o ataque temerário que realizou. Fê-lo indisciplinadamente autônomo, sem determinação superior e com o intento firme de arrebatá-lo, numa carga única, até à praça das igrejas, vitoriosos, os mesmos soldados que lá se tinham debandado, vencidos, quatro meses antes. A sua brigada investiu, batida em cheio pelos fogos diretos do inimigo entrincheirado; e, quase cem metros da posição primitiva, a vanguarda desenvolveu-se em atiradores. O coronel Flores que, a cavalo, lhe tomara a frente, descavalgou, então, a fim de pessoalmente ordenar a linha de fogo. Por um requinte dispensável, de bravura, não arrancara dos punhos os galões que o tornavam alvo predileto dos jagunços. Ao reatar-se, logo depois, a avançada, baqueou, ferido em pleno peito, morto. (CUNHA, 1984, p. 175-176)

Enquadrado ou não como livro-reportagem, fato é que, depois de *Os Sertões*, várias outras reportagens de fôlego foram escritas e publicadas no suporte livro, essas, sim, já denominadas livro-reportagem. A seguir apresentamos uma lista de algumas dessas obras que formaram um nicho no mercado editorial brasileiro.

#### 4.3.2. Produções de um ramo consolidado

Em setembro de 1998, dez agentes cubanos foram detidos em Miami pelo FBI, Departamento Federal de Investigação dos Estados Unidos. O grupo foi acusado de ser integrante da “Rede Vespa”, maior organização de espões cubanos nos Estados Unidos, que tinha por objetivo deter ataques terroristas contra Cuba (PRESSE, 2015). Na época, o jornalista Fernando Moraes soube da notícia através de uma rádio, e percebeu que a história rendia mais do que uma simples reportagem. Moraes foi a Cuba pesquisar mais a fundo o caso, mas não obteve sucesso, pois as informações eram mantidas em sigilo.

Os cubanos foram condenados à prisão três anos depois, em 2001, mesmo ano em que Cuba assumiu que eles eram, de fato, agentes de inteligência. Mas foi

somente em 2008, 10 anos depois das detenções, que Moraes obteve acesso aos documentos e aos agentes cubanos.

Ao todo foram cerca de 20 viagens entre Havana, Miami e Nova York. Nos territórios americanos, Moraes encontrou mais obstáculos, já que os agentes do FBI são proibidos de dar declarações públicas. Entretanto, ele conseguiu entrevistas em *off* e o apoio da lei americana FOIA (Freedom of Information Act), que regula a liberação de documentos secretos. Assim, teve acesso, nos arquivos da Justiça Federal da Flórida, a cerca de 30 mil documentos enviados pela Rede Vespa a Cuba e que haviam sido apreendidos pelo FBI nas casas dos agentes cubanos em Miami.

As pesquisas, entrevistas e viagens resultaram no livro *Os últimos soldados da Guerra Fria: A história dos agentes secretos infiltrados por Cuba em organizações de extrema direita dos Estados Unidos*, publicado dez anos depois da prisão dos cubanos, em 2011, pela Companhia das Letras.

A obra foi adaptada para o cinema pelo diretor e roteirista francês Olivier Assayas, com o nome “Wasp network: rede de espiões”. O elenco ibero-americano conta com Wagner Moura, Edgar Ramirez, Penélope Cruz e Gael García Bernal. As gravações foram iniciadas no primeiro trimestre de 2019, e o filme foi lançado, no Brasil, em junho de 2020, na plataforma de *streaming* Netflix.

Este não será o primeiro livro de Moraes que ganha versão cinematográfica. *Olga*, dirigido por Jayme Monjardim, foi lançado em 2004 e produzido pela Globo Filmes; *Chatô, o Rei do Brasil* estreou em 2015 e foi produzido por Guilherme Fontes; e *Corações Sujos* foi dirigido por Vicente Amorim e lançado em 2011.

Escrito pela jornalista Patrícia Campos Mello e publicado em 2017 pela Editora Companhia das Letras, *Lua de mel em Kobane* narra a história de um jornalista e de uma estudante de Direito que se conheceram pela internet. Ambos compartilhavam não só a naturalidade (síria), mas também o fato de estarem exilados do seu país de origem. O livro-reportagem tem como pano de fundo a Guerra na Síria, e narra os desafios e dilemas do jovem casal que arriscou a vida para viver junto em Kobane, cidade que fica na fronteira com a Turquia e sitiada pelo Estado Islâmico. No movimento contrário ao de milhares de pessoas que, entre 2014 e 2015, saíram da Síria para fugir da guerra com o Estado Islâmico, o casal quis escrever a própria história sendo, ao mesmo tempo, testemunha da História.

Além deste, Patrícia publicou sua primeira obra em 2005, pela Editora Mostarda/Terceiro Nome, intitulada *O mundo tem medo da China? Nós também*. O segundo livro foi *Índia: da miséria à potência*, lançado três anos depois, em 2008, pela Editora Planeta.

Daniela Arbex é, talvez, a jornalista mais lembrada quando o assunto é livro-reportagem. Além do já citado *Todo dia a mesma noite* (2018), Daniela é autora de *Cova 312* (2019) e *Arrastados: os bastidores do rompimento da barragem de Brumadinho, o maior desastre humanitário do Brasil* (2021). Outro conhecido título da jornalista-autora é *Holocausto Brasileiro* (2019), que teve adaptação para o streaming, como forma de documentário.

Importante referência do jornalismo investigativo, Caco Barcellos é autor de *Rota 66: a história da polícia que mata* (1992) e *Abusado: o dono do morro Dona Marta* (2003), além de *Nicarágua: a revolução das crianças* (1982).

Vale citar novamente os títulos de nossos entrevistados Vera Araújo, *Mataram Marielle: como o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes escancarou o submundo do crime carioca* (2020); Mauro Ventura, *O espetáculo mais triste da terra: o incêndio do Gran Circo Norte-Americano* (2011); e Emílio Coutinho, *Escola Base: onde e como estão os protagonistas do maior crime da imprensa brasileira* (2016).

Entre livros-reportagem e livros de repórter, outro relevante nome deste híbrido entre o editorial e o jornalístico é Eliane Brum, cuja primeira obra do gênero foi *Coluna Prestes: o avesso da lenda* (1994). Este foi seguido de outros, como *A vida que ninguém vê* (2006), que recebeu o Prêmio Jabuti de Reportagem em 2007, *O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real* (2008), *A menina quebrada* (2013), e o mais recente *Banzeiro Òkòtò: uma viagem à Amazônia centro do mundo* (2021).

*Em nome dos pais* (2017), de Matheus Leitão, investiga e narra as origens da prisão e da tortura que Miriam Leitão e Marcelo Netto, pais do autor, sofreram no período da ditadura. Três anos depois, em 2020, o livro foi adaptado e transformado em uma série documental de quatro episódios produzida pela HBO, novamente ressaltando o caráter intercambiável – seja *cross* ou *transmedia* – deste tipo de produção.

Outros livros-reportagem recentes dignos de nota são *Ricardo e Vânia: o maquiador, a garota de programa, o silicone e uma história de amor* (2019), de Chico Felitti, publicado pela Editora Todavia; *A memória e o guardião* (2020), escrito por Juremir Machado da Silva e publicado pela Civilização Brasileira; *Muito além do véu: o Islã segundo muçulmanas brasileiras* (2016) de Brenda Moraes, lançado pela editora Casa Flutuante; *Esqueça o que eu disse: suicídio de policiais militares no estado de São Paulo* (2019), de Renata Pardim e edição da autora; *Banca Exposta: A vida e o trabalho dos feirantes de Palmas* (2021), de Lauane dos Santos, publicado pela editora Casa Flutuante; *Você que não me viu crescer: Os efeitos do abandono paterno na vida dos filhos adultos* (2019), de autoria e edição de Vanessa Juliana Dias de Assis; *Parque Augusta: especulação imobiliária, ativismo urbano e descaso público* (2019), editado pela Casa Flutuante e escrito por Jefferson Alves; *O sol não é mais quadrado: a visão de ex-presidiárias na sociedade* (2018), escrito e editado por Bruna Ferreira, Natália Dias e Yasmin Fonseca.

A crescente publicação deste tipo de narrativa é notória. Não a toa foi criada uma editora com foco em tal gênero, cuja própria descrição no site é “Casa Flutuante é uma editora especializada em publicar livros com narrativas reais, jornalísticas e acadêmicas”.

#### 4.4. Livro-reportagem: outro formato para o jornalismo?

Se o romance policial dizia sobre a própria época, as epopeias e tantos outros gêneros, o que o *boom* do livro-reportagem diz a respeito do nosso momento? Seria indício da crise do jornalismo, tanto financeira como de credibilidade? Ou a multiplicidade de diferentes “verdades”? A busca por uma história em que possamos nos apoiar, sem o medo de ser enganados por notícias falsas, por mais trágica que a história seja? O desejo de agarrar a uma história ou a uma visão que parece íntegra, sem maquiagens e vieses específicos? Seria a necessidade de aprofundamento das reportagens, num mundo tão raso e volúvel?

O nascimento do livro-reportagem, responde não só às perguntas acima, mas também reflete a volta dos princípios menos modernos, já que a modernidade nos levou a um lugar nenhum (ao invés da utopia que pregava), e nos afirma que,

assim como a comunidade, a individualidade também importa. Uma interfere na outra.

A modernidade rompeu com a tradição, com o seguir o padrão das gerações anteriores, o que permitiu o surgimento de gêneros híbridos. Mesmo que, no momento em que escreve, o autor não tenha o intuito de trazer uma atualidade, a mudança na maneira de narrar e até na hibridização de gêneros expressa a relação histórica e cultural daquela civilização e a transformação pela qual está passando.

Se, como ilustrado, os gêneros literários transformam a sociedade e por ela são transformados, de que forma enxergamos, na sociedade, a mescla encontrada na literatura com o jornalismo que se acentua e consolida na década de 1980 (coincidência ou não, a década que ocorre a queda do Muro de Berlim – e, com ela, inicia-se a vivência do presentismo)? Espelhada (ou refletida?) na sociedade, encontramos a hibridização cultural que, como Bauman sustenta, “busca sua identidade na não-pertença: na liberdade de desafiar e menosprezar as fronteiras” (2007, p. 43). Mesclam-se culturas, antes distintas, de modo que já não há mais identidade cultural.

Aparentemente, hibridização refere-se à mistura, mas a função latente e talvez crucial que a torna louvável e cobiçada no mundo é a separação. A hibridização isola o híbrido de toda e qualquer linha de parentesco monozigótico. Nenhuma linhagem pode alegar direitos exclusivos de propriedade do produto, nenhum grupo de parentesco pode exercer um controle meticuloso e nocivo sobre a observância de padrões, e nenhum filho se sente obrigado a jurar lealdade a sua doutrina hereditária. A “hibridização” é uma declaração de autonomia, não de independência, na esperança de prosseguir com a soberania das práticas. (BAUMAN, 2007, p. 42)

Diferentes são as possibilidades de formas e características suscitadas através da interseção entre jornalismo e literatura, além do livro-reportagem. Entre elas, podemos citar livro de repórter (ZAMIN, 2011), romance-reportagem (FERREIRA, 2004), jornalismo literário (PENA, 2018) e jornalismo best-seller (CATALÃO, 2010). Todas elas são resultado não apenas desta união de modelos de comunicação, como também se tratam de reportagens que extrapolam as páginas de jornais, de revistas e sites de veículos jornalísticos.

Zamin, baseada nos estudos primários de Marocco, se debruça no chamado “livro de repórter”. Para as autoras, os livros de repórter têm como principal função

uma espécie de “hermenêutica do jornalismo” (ZAMIN, 2011, p. 394), ao trazer relatos e comentários do momento da apuração e construção da reportagem original.

Em tais livros, os repórteres narram a construção da reportagem e, ao fazer isso, desvelam as práticas – quer de apuração, de observação ou de coleta de dados – e tecem comentários ao elaborarem formulações para além do que está cristalizado no âmbito do saber jornalístico. Deste modo, tomados como objetos de estudo, os “livros de repórter” suscitam questões que permitem problematizar o regime das práticas e complexificar a compreensão do próprio jornalismo.

Carolina Freitas, autora de um livro de repórter e uma das entrevistadas para o desenvolvimento deste trabalho, entende que esta forma de juntar o conteúdo de matérias anteriormente publicadas nos jornais também serve como repositório das matérias, onde se encontra mais facilmente aquelas relacionadas entre si. “De fato chega um momento em que nem todo mundo consegue acompanhar [a série], e compilando num livro você consegue levar esse conteúdo a mais pessoas que de repente só conheceram uma matéria.”<sup>76</sup>

Exemplos deste tipo de livro foram analisados no artigo de Zamin: *Morrer por Israel* (GOMES, 1967), *Vietnã: o gosto da guerra* (RIBEIRO, 1969), *A sangue quente* (ALMEIDA FILHO, 1978), *Nicarágua: a revolução das crianças* (BARCELLOS, 1982), *Leste europeu: a revolução ao vivo* (BIAL; CASTELO BRANCO, 1990), *Mister you bagdad: dois repórteres na guerra do golfo* (WAAK, 1991), *Viagem ao mundo dos taleban* (SANT’ANNA, 2002) e *O inverno da guerra* (SILVEIRA, 2005).

Este formato possibilita acrescentar elementos à reportagem que, em nome da objetividade jornalística, foram omitidos. O pilar central do livro de repórter, portanto, não é o “jornalismo-literatura”, mas sim o “jornalismo-jornalismo” (ZAMIN, 2011), uma vez que tais livros contribuem para uma análise da prática jornalística, e não a consolidação dessa prática em si. O termo, proposto por Marocco (2010b apud ZAMIN, 2011, p. 394), tornou-se objeto principal de pesquisa de Zamin.

Trata-se de um tipo de texto que se ocupa do jornalismo, para dele elaborar outro texto que oferece o desvendamento de certos processos jornalísticos, ou a crítica dos mesmos, em operações

<sup>76</sup> Carolina Freitas em entrevista via Zoom para a autora (15 mar. 2022).



de produção de sentidos, em que o jornalista, naturalmente, fará um exercício de interpretação criativa do que é considerado jornalismo. (MAROCCO, 2010a apud ZAMIN, 2011, p. 394)

O livro de repórter é antes uma espécie de comentário ou de grande estudo da reportagem original, com os bastidores e até mesmo críticas em relação a ela, feita pelo próprio jornalista que a escreveu anteriormente. Este se permite emitir opiniões e ser sujeito do texto, de maneira distinta do que geralmente ocorre na reportagem, em que sua fala deve ser o menos subjetivada possível.

A obra citada de Joel Silveira, um compilado de reportagens do jornalista durante o período em que foi correspondente de guerra, foi originalmente publicada como livro *Histórias de Pracinha*. O próprio autor, na época em que voltou da guerra, juntou textos que havia escrito durante o período em que acompanhou o *front* da FEB, como uma espécie de diário de bordo. *Histórias de Pracinha*, lançado em 1946 pela Editora Leitura, está esgotado há mais de 30 anos. Na edição da Objetiva, foi acrescentada uma introdução exclusiva escrita pelo jornalista em que se lê: “Por isso é que costumo dizer que cheguei à Itália com 26 anos e voltei com 40, embora lá só ficasse pouco mais de oito meses. [...] A guerra, repito, é nojenta. E o que ela nos tira (quando não nos tira a vida) nunca mais nos devolve” (SILVEIRA, 2005, p. 20).

O pesquisador Adelmo Genro Filho lembra que, no “novo jornalismo”, prática da qual descende o livro-reportagem, a reportagem é reforçada por técnicas literárias. Dessa maneira, ela consegue transmitir aquilo que, no jornalismo tradicional, não seria possível, despertando percepções da realidade que mesclam aspectos racionais e emocionais, e levando o espectador a sentir-se “participante e testemunha” dos fatos narrados.

O “novo jornalismo” que apareceu nos Estados Unidos na década de 60, trouxe elementos literários da novela norte-americana [...] Pretendiam reunir todo o material que pudesse interessar a um jornalista e, ainda, ir mais adiante. Queriam estar presentes durante os acontecimentos, em intimidade com os fatos, para captar diálogos, expressões faciais e outros detalhes do ambiente. Além de fornecer uma descrição objetiva completa, pretendiam oferecer algo que os leitores encontravam apenas na literatura: uma vivência subjetiva e emocional junto aos personagens. (GENRO FILHO, 1987, p. 131 e 132)

Todos esses fatores culminam numa estrutura narrativa de livros-reportagem com maior peso na descrição dos ambientes e na reconstituição dos personagens e das situações. Vidal e Souza (2010 apud MACIEL, 2017, p. 4) resumem bem tal característica ao fazerem referência à escrita de João do Rio, lançadas como crônicas-reportagens e perpetuadas em livros, como quem “relata o que vê, transcreve os diálogos com seus informantes, descreve os acontecimentos sociais e os lugares em que são dramatizados. Ele é o repórter da cidade e do seu tempo”.

Lukács (1965, p. 65) afirma que “a descrição torna presentes todas as coisas. Contam-se, narram-se acontecimentos transcorridos; mas só se descreve aquilo que se vê, e a ‘presença’ espacial confere aos homens e às coisas também uma ‘presença’ temporal”, entendendo, portanto, o presentismo com um teor negativo. O pensador procura valorizar o homem e suas ações em detrimento à descrição, que, segundo ele, valoriza o objeto. Para Lukács, a narração ordena as coisas, enquanto a descrição as nivela. Além disso, a descrição presentifica, espacializa, enquanto o narrar traz os três tempos ao mesmo tempo. O autor, entretanto, concorda que a descrição também pode ser utilizada para uma perspectiva crítica ao apontar injustiças, por exemplo.

Já Rancière enxerga a descrição como algo positivo, uma vez que, para o autor, ela traz democracia aos elementos do cenário e da situação e mostra a vida como ela é. A democratização também aparece no sentido de oferecer àqueles que não teriam acesso a determinada realidade de outra forma que não através da escrita, como no caso do jornalismo, a possibilidade saber o que ocorre e existe em outros lugares e, assim, reconstituir a cena em sua mente.

Joel Silveira, apelidado por Assis Chateaubriand de “Víbora”, é considerado o repórter que mudou o jornalismo nacional, por ter introduzido um estilo mais literário nos textos – mesmo duas décadas antes de Gay Talese, um dos pais do *new journalism*. O texto de Joel Silveira atraía grandes olhares, pois além de o autor ser um notável observador, ele tinha profunda sensibilidade para retratar a realidade que absorvia de maneira envolvente (PAIXÃO, 2017). Como o próprio Manuel Bandeira afirmou: “O texto do Joel é maciamente perfurante, como uma punhalada que só dói quando esfria”.

O livro de repórter, assim, ultrapassa a ideia de uma grande e detalhada reportagem, como proposto por Lima (2009). Por tal motivo, não o consideramos como livro-reportagem, apesar de também estar inserido nos esfumaçados limites da fronteira entre o jornalístico e o editorial, e de poder se utilizar da escrita literária. Nos termos de hoje, o livro de repórter também poderia se caracterizar como um híbrido entre o *cross media* e o *transmedia*, uma vez que em parte utiliza-se da mesma estrutura textual dos jornais no suporte livro (isto é, conteúdo e perspectiva são os mesmos – *cross media*) ao mesmo tempo em que o conteúdo publicado em livro oferece elementos que complementam a mensagem original (*transmedia*).

Embora, a fins de ampliar a discussão no campo, tenhamos conversado com uma jornalista autora de um livro de repórter que se vale do jornalismo literário em suas matérias, neste trabalho nos detivemos ao formato livro-reportagem (LIMA, 2009). Essa prática jornalística que descende da reportagem ampliada, do jornalismo literário, do novo jornalismo, do jornalismo gonzo, ao se relacionar com aspectos da literatura, permite maior sobrevida ao texto – que não precisa mais se vincular apenas com o presente e o imediato –, maior liberdade na escrita, elaboração e produção do trabalho – que não precisa mais estar preso às amarras da redação –, e um maior vínculo com o leitor.

Ainda que não sejam sinônimos, jornalismo literário<sup>77</sup> e livro-reportagem são conceitos que surgem a partir de uma produção jornalística que visa ampliar a compreensão da realidade. Abaixo reforça Edvaldo Pereira Lima (2009) no que tange aos objetivos do livro-reportagem:

informar e orientar em profundidade sobre ocorrências sociais, episódios factuais, acontecimentos duradouros, situações, ideias e figuras humanas, de modo que ofereça ao leitor um quadro da contemporaneidade capaz de situá-lo diante de suas múltiplas realidades, de lhe mostrar o sentido, o significado do mundo contemporâneo. [...] Se cabe ao jornalismo informar e orientar, cabe ao seu subsistema, o livro-reportagem, informar e orientar com profundidade, transformando-se este último papel num instrumento complementar e extensor dessa função declarada, individualizadora do jornalismo. (LIMA, 2009, p. 39-49)

<sup>77</sup> O jornalismo literário rompe com a objetividade emplacada pelo formato *lead/sublead* adotando uma narrativa mais descritiva e extensa, e trazendo elementos presentes na literatura. Tal estilo é encontrado mais em revistas, como a *New Yorker* e a brasileira *Piauí*.

Em seu livro, pioneiro dessa pesquisa no Brasil, Lima conceitua e classifica os livros-reportagem:

Entendendo a reportagem como a ampliação da notícia, a horizontalização do relato – no sentido da abordagem extensiva em termos de detalhes – e também sua verticalização – no sentido de aprofundamento da questão em foco, em busca de suas raízes, suas implicações, seus desdobramentos possíveis –, o livro-reportagem é o veículo de comunicação impressa não-periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalística periódicos. Esse “grau de amplitude superior” pode ser entendido no sentido de maior ênfase de tratamento ao tema focalizado – quando comparado ao jornal, à revista ou aos meios eletrônicos – quer no aspecto extensivo, de horizontalização do relato, quer no aspecto intensivo, de aprofundamento, seja quanto à combinação desses dois fatores. (LIMA, 2009, p. 28-29)

Dessa maneira, a reportagem em livro seria capaz de cumprir na prática o que o jornalismo apregoa na teoria: o “compromisso” com uma “visão jornalística mais plural”. Para Emílio Coutinho o livro-reportagem vai além:

No dia a dia você não tem muito tempo para fazer uma apuração para uma grande reportagem. E o livro-reportagem é um desdobramento, é o resultado de uma grande reportagem, de um trabalho de fôlego que um jornalista tem que não é feito de um dia para o outro, não é feito em uma semana, dificilmente. [...] Então é o sonho de todo jornalista, acredito eu, todo bom jornalista tem esse sonho de escrever um livro-reportagem porque ali sim ele vai trazer o resultado de toda uma pesquisa, de toda uma apuração. Ali ele vai ter espaço suficiente. Nós temos aí livros-reportagem de 150 páginas e livros-reportagem de 800 páginas. Isso mostra como o jornalismo em si produz muita informação, que muitas vezes não cabe num jornal impresso ou mesmo na internet, porque por mais que a internet tenha um espaço enorme, quem que vai ler o conteúdo de 800 páginas pela internet? [...] Então para mim o livro-reportagem, sua essência, é sim esse desdobramento da grande reportagem, a essência do jornalismo.<sup>78</sup>

Para Mauro Ventura, o livro-reportagem estaria entre o rigor acadêmico (de uma dissertação de mestrado ou tese de doutorado) – mas com “uma linguagem mais palatável” e que atinja “um público mais amplo” – e o jornalístico factual, “mas com uma liberdade de estilo maior do que talvez uma tese comportasse. E ao mesmo tempo, você dá uma contextualização histórica grande para aquela história

<sup>78</sup> Emílio Coutinho em entrevista via Zoom para a autora (15 abr. 2022).

que nem o holocausto, da Daniela Arbex, que conta aquela história de uma forma que nunca tinha sido contada.”<sup>79</sup> O jornalista acrescenta:

Se você olhar os grandes livros-reportagem *Hiroshima, Os 10 dias que abalaram o mundo* e tantos outros, o autor procura aliar, juntar os recursos literários às técnicas de investigação jornalística. Ele procura unir essas duas coisas. Você pega todas as técnicas e estratégias literárias da ficção, que é você reconstituir detalhadamente as cenas, você fazer fluxo de consciência, você criar personagens muito ricos e humanizados, humanizar esses personagens, você criar diálogos assim muito relevantes.

Outro importante pesquisador do tema, Catalão Jr. (2010) defende que, ao escrever um livro-reportagem, o jornalista ocupa uma posição diferente daquela em uma redação. Isso porque, na nova condição, há a ausência da subordinação funcional e econômica.

Supera-se a posição de coadjuvante em uma relação dominada pela empresa, por seus donos, por agências de comunicação, anunciantes e agentes políticos, enfim, por uma série de atores cujos interesses condicionam diretamente o planejamento e a coleta, elaboração e transmissão de informações ao público. Assim, além da liberdade e da pessoalidade na definição da pauta, o caráter autoral do gênero permite ao repórter desvincular-se de constrangimentos enunciativos típicos de um campo marcado pela concentração de poder, pela normatização de procedimentos e de estilos, pelo cultivo da impessoalidade e por restrições temáticas, temporais e de espaço, dentre outras características. (CATALÃO, 2010, p. 129)

Corroborando tal visão, Maciel destaca o fato de o livro-reportagem não estar associado ao dia a dia da redação, o que permite ao autor usufruir um tempo ampliado para trabalhar e, com isso, se ater a detalhes importantes:

Contando com a vantagem de não precisar estar atrelado à rotina produtiva de uma redação, em tese com mais tempo para trabalhar os procedimentos de captação do real, como a entrevista e a investigação de fontes documentais, o jornalista que opta pela produção de livros-reportagem tem condições de adotar uma postura mais paciente, humanizada e plural a respeito da realidade que procura narrar. (MACIEL, 2016, p. 4)

Vale problematizar, entretanto, o fato apontado pelos entrevistados de que conciliar o trabalho diário à escrita do livro torna-se exaustivo. Maciel distancia a

<sup>79</sup> Mauro Ventura em entrevista via Zoom para a autora (14 abr. 2022).

prática do livro-reportagem do jornalismo convencional ao lembrar que aquele é resultado de um projeto individual do jornalista que o produzirá.

O livro-reportagem é um produto que se alimenta, portanto, da tradição jornalística da reportagem, partindo sempre do relato de um fato real, mas que possibilita ao seu autor escapar do excessivo regramento do texto jornalístico tradicional na sua busca incessante por dar concretude aos acontecimentos.

Entendemos o livro-reportagem, portanto, como produto do fazer jornalístico, com apuração cuidadosa e aprofundada, que se utiliza de diferentes fontes de pesquisa (não apenas diferentes entrevistados, mas também a consulta a variados documentos), e o mesmo rigor na apuração. Como fruto do labor jornalístico, o livro-reportagem transmite uma notícia ou conta uma história – seja ela do presente ou do passado – de certo grau de relevância para a sociedade em cujo contexto está inserido, com a diferença principal que apresenta o texto de maneira mais aprofundada e contextualizada, voltando às origens do ocorrido, suas raízes mais profundas e o desencadear delas até o momento delimitado pelo autor.

Em relação à sua narrativa, possui um estilo mais livre e literário (no sentido de ser mais descritivo tanto em relação às cenas como às personalidades e características dos envolvidos, de explorar as nuances dos cenários e transportar o leitor à cena narrada, criando um vínculo com ele), mais subjetivo do jornalista, que adquire maior liberdade autoral em seu texto, e não precisa seguir a objetividade do lide imposta no jornalismo cotidiano.

Como prática, o livro-reportagem amplia os limites dos procedimentos comuns de captação, redação e edição jornalísticas. Não apenas a temática não precisa se restringir a assuntos previstos pelas editorias historicamente estabelecidas – como política, economia, esporte e cotidiano –, como o repórter também não precisa se preocupar com as limitações impostas pela redação – tanto no sentido de tempo de produção e de espaço de publicação, como no de respeitar regras próprias da empresa na qual ele atua. Além disso, o livro-reportagem diferencia-se principalmente do jornalismo tradicional diário pelo fato de não trabalhar apenas com o presente imediato e obsoleto, mas por se permitir alongar algum fato para o passado e para o futuro, e pela não periodicidade de publicação.

No que diz respeito à elaboração do livro-reportagem, portanto, os vários elementos da prática jornalística “atingem um patamar próprio, diferenciado de operação” (LIMA, 2009, p. 62).

Além de definir o termo livro-reportagem, Lima procura, também, esmiuçar as possibilidades nele contidas. Como parte do mercado editorial, o livro-reportagem possui categorias, ou subgêneros, da mesma forma que os livros são classificados em gêneros.

Baseado nos fatores função narrativa (de informar e orientar com profundidade) e natureza do tema (tratado na obra), ele identifica e lista uma série de grupos. O autor mostra que o termo “livro-reportagem” é mais amplo do que sua denominação básica e propõe categorizá-lo em 13 tipos:

- Livro-reportagem-perfil – procura ressaltar o “lado humano” de uma personalidade pública ou anônima. Uma possível variante deste grupo é o livro-reportagem-biografia, cuja obra *Olga: a vida de Olga Benário Prestes* (1985), de Fernando Morais é um exemplo;
- Livro-reportagem-depoimento – reconstitui um caso relevante, a partir da visão (depoimento) de um participante ou de uma testemunha privilegiada. A obra pode ser escrita tanto pelo próprio envolvido (com ou sem assistência de um jornalista) como por um profissional responsável por compilar e narrar o depoimento da(s) testemunha(s). Como exemplo desta modalidade podemos citar o livro de Daniela Arbex *Todo dia a mesma noite: a história não contada da boate Kiss* (2018);
- Livro-reportagem-retrato – tem a essência similar ao do livro-reportagem-perfil. A principal diferença está no fato de que, ao invés de focalizar uma pessoa, como o livro-reportagem-perfil (recorte micro), realça uma região, um setor da sociedade, um segmento econômico etc. (recorte macro). O próprio Lima traz o livro *Airport international* (1978), de Brian Moynahan, como exemplo, que mostra os bastidores do aeroporto internacional de Heathrow, em Londres;
- Livro-reportagem-ciência – tem por objetivo a divulgação científica, por isso, trata, geralmente, de um tema específico. Luiz Oscar Matzenbacher

escreveu *Antártida: aventura e realidade no continente ameaçado* (1986), exemplo desta categoria;

- Livro-reportagem-ambiente – aborda as causas ecológicas, os interesses ambientalistas. Suas obras podem apresentar caráter tanto combativos, como críticos ou mesmo de auxiliar na conscientização do tema. Exemplo desta segunda possibilidade é o livro *O Brasil visto do mar sem fim* (2007), de João Lara Mesquita;
- Livro-reportagem-história – destaca uma situação acontecida no passado, seja ele recente ou mais distante no tempo. Geralmente liga-se ao presente de alguma maneira, de modo a permitir uma conexão com o leitor atual. Dois dos jornalistas entrevistados para a presente pesquisa escreveram livros-reportagem que ilustram esta categoria: Mauro Ventura, com *O espetáculo mais triste da terra* (2011), e Emílio Coutinho, com *Escola Base: onde e como estão os protagonistas do maior crime da imprensa brasileira* (2016). Ambos conectam-se com o presente a partir do que chamamos no jornalismo de efeméride (aniversário redondo de algum acontecimento, ex.: 10 anos, 20 anos...);
- Livro-reportagem-nova consciência – focaliza temas das novas correntes surgidas nos anos 1960, sejam elas comportamentais, sociais, culturais, econômicas ou religiosas. Lima traz como exemplo o livro *Murieron para vivir: el resurgimiento del Islam y el Sufismo en España* (1983), de Francisco López Barrios e Miguel José Haguerty;
- Livro-reportagem-instantâneo – destaca um fato recém-concluído, com traços do desfecho identificados, mas com abertura para desdobramentos futuros. Por se tratar de um fato recente (o assassinato) à espera de desdobramentos, o livro de Vera Araújo *Mataram Marielle: como o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes escancarou o submundo do crime carioca* (2020) pode ser enquadrado nesta modalidade;
- Livro-reportagem-atualidade – debruça-se sobre um fato atual, cujos contornos finais, ao contrário do livro-reportagem-instantâneo, ainda não podem ser delineados. Seleciona temas dotados de maior perenidade e auxilia o leitor a acompanhar com maior profundidade um fato que esteja



em progresso. *Sem máscara: o governo Bolsonaro e a aposta pelo caos* (2022), de Guilherme Amado, ilustra tal grupo;

- Livro-reportagem-antologia – coletânea de reportagens previamente publicadas, separadas em grupos pelos mais diversos critérios, seja de diferentes profissionais acerca de um determinado tema, seja o conjunto de matérias de um mesmo jornalista. Por esta classificação de Lima, *Petrópolis: o comércio de ontem, a saudade de hoje* (2020), de Carolina Freitas, ilustra tal categoria (nós preferimos enquadrar como livro de repórter, como veremos adiante);
- Livro-reportagem-denúncia – evidencia acontecimentos marcados pelo escândalo e por injustiças, apelando para o clamor popular. O livro de Caco Barcellos *Rota 66: a história da polícia que mata* (1992) exemplifica esta modalidade;
- Livro-reportagem-ensaio – o autor, seus pensamentos e opiniões são enfatizados. *Meninos eu vi* (1967), de Joel Silveira, pode ser classificado neste grupo, uma vez que o jornalista expõe suas ácidas críticas ao golpe militar de 1964;
- Livro-reportagem-viagem – tem uma viagem como fio condutor da obra. Diferente de guias turísticos, ele segue os princípios de pesquisa e produção do gênero jornalístico reportagem. *A ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro* (1976), de Fernando Moraes, retrata esta categoria.

O pesquisador adverte, entretanto, que tal classificação não é definitiva, justificando que, como nenhuma categorização é final, uma composta por produtos jornalísticos (dinâmico por natureza) não seria diferente. E afirma que um mesmo livro pode estar simultaneamente enquadrado em mais de um grupo. “O esforço é de sistematizar uma classificação que elucide o alcance do campo livro-reportagem, não mais que isso” (LIMA, 2009, p. 59).

Exemplos de livros-reportagem, dentre os que citamos acima, que estão inseridos em mais de um tipo são: *Antártida*, de Luiz Oscar Matzenbacher, que além de livro-reportagem-ciência, pode estar enquadrado como livro-reportagem-retrato, que focaliza uma região. Nesta mesma categoria, também poderia estar o livro de Fernando Moraes *A ilha*, acima tido como exemplo de livro-reportagem-

viagem. Tanto o livro de Daniela Arbex, *Todo dia a mesma noite* (que definimos como livro-reportagem-depoimento) como o *Mataram Marielle* (acima na categoria de livro-reportagem-instantâneo), de Vera Araújo e Chico Otávio, poderiam ser dispostos em livro-reportagem-história. O próprio Lima (2009) enquadrrou *Olga*, de Fernando Morais, como livro-reportagem-história, por seu aspecto de “atualização” do tema a partir da então recente redemocratização, enquanto nós o caracterizamos como livro-reportagem-perfil.

Alexandre Zarate Maciel, autor do artigo “Páginas de outrora: traços da história do livro-reportagem no Brasil”, publicado em 2017, na Intercom, concorda com Lima no que diz respeito ao que chamou de várias “modalidades” de livro-reportagem. Entretanto, o pesquisador trabalha, também, o formato romance-reportagem, o qual caracterizou como uma forma de “interpretação do real em livros” (MACIEL, 2019, p. 7) e cujo principal expoente é o maranhense José Louzeiro. O romance-reportagem teria por base fatos reais, com uma narrativa ficcionalizada, isto é, com mudança de nomes dos personagens bem como um ou outro aspecto narrado levemente diferente do verdadeiro acontecimento, como uma tentativa de burlar a censura do período do regime militar no Brasil.

No artigo, Maciel faz um panorama breve da história do livro-reportagem no país, apresenta os repórteres que transformaram seu relato profissional no que ele chamou de “livros de não-ficção jornalísticos”, e concorda com Lima no que diz respeito ao aspecto temporal do objeto: o livro-reportagem, “apresenta um potencial de perenidade na proposta de interpretação de mundo que enseja” (MACIEL, 2019, p. 9). Caco Barcellos reforça: “está ali uma coisa que pode ser reproduzida ao longo de sempre, eu acho que o mais interessante do livro é que ele permanece. As coisas passam e ele fica ali, pode ser consultado daqui a 100 anos, isso é uma forma sim eu acredito fortemente da manutenção da narrativa independente.”<sup>80</sup>

A perenidade do livro-reportagem certamente é algo que não se pode descartar, inclusive por seu caráter de cobrança herdado do jornalismo, como afirma Vera: “E também lembrar, porque vai ficar um livrinho lá na livraria ou vai

---

<sup>80</sup> Caco Barcellos em entrevista via Zoom para a autora (14 mar. 2022).

ficar na estante de alguém tipo assim ‘esse crime não foi elucidado’. É uma forma de cobrança também.”<sup>81</sup>

Para Maciel, entretanto, as barreiras entre o campo jornalístico e o editorial são menos esfumaçadas, uma vez que, de acordo com ele, o fazer jornalístico é reconfigurado no campo editorial. O autor defende tal ideia com base no argumento de Vidal e Souza (2010 apud MACIEL, 2017, p. 3) de que a modalidade surgiu na imprensa nacional – especificamente na cobertura jornalística realizada por Euclides da Cunha durante o massacre de Canudos – como uma intenção inédita de “criar uma ilusão para o leitor de ‘estar o mais perto possível do combate entre conselheristas e soldados republicanos’” (*sic*), revelando “para o resto do Brasil, o que acontecia naquele país ‘remoto’”. Assim, em alguns casos, Maciel se reporta ao produto como “reportagens em forma de livro”.

Além disso, o autor afirma que o jornalista que escreve livros dedica-se a uma situação específica de comunicação, uma vez que não se encontra na rotina da redação – o que, nesta pesquisa, percebemos não ser bem assim. Mas reforça um importante ponto em relação a esta forma do jornalismo: “Como no passado, os jornalistas que escrevem livros continuam assumindo uma postura de revelar um Brasil oculto, aspectos da história pouco iluminados, personagens importantes que não tinham tido a devida avaliação pública e uma carga forte de humanização” (MACIEL, 2017, p. 14).

A este aspecto da humanização na escrita, Carolina reforça o valor: “esse jornalismo mais literário e humanizado” que tem “um personagem por trás, porque eu acho que isso aproxima as pessoas, e essa identificação com aquilo que a gente coloca no mundo é o que eu acho que dá valor à nossa profissão”.<sup>82</sup>

Caco Barcellos complementa:

Só nos resta uma coisa que eu acho muito essencial, sempre foi muito importante, que é: no lugar da velocidade, dessa característica passada de contar primeiro, agora você fica com a tarefa de contar melhor. Nenhuma máquina, nenhum robô vai explicar por que a Rússia está invadindo a Ucrânia. Não, isso aí terá que ser feito ainda pelo relato humano.<sup>83</sup>

<sup>81</sup> Vera Araújo em entrevista via Zoom para a autora (9 mar. 2022).

<sup>82</sup> Carolina Freitas em entrevista via Zoom para a autora (15 mar. 2022).

<sup>83</sup> Caco Barcellos em entrevista via Zoom para a autora (14 mar. 2022).

## 5. Considerações Finais

As narrativas são importantes instrumentos para entender, apreender, conhecer e sentir o mundo. Elas testemunham não só as transformações da sociedade como também por elas são modificadas. Dentre as mais expressivas e atuais mudanças que presenciamos está a relação com o tempo, como o entendemos e lidamos com ele, a chamada temporalização. As narrativas são meios de nos relacionarmos com épocas passadas e futuras.

Aparentemente inofensivas, elas exercem poder silencioso sobre os que a consomem e sobre a realidade. Num paradoxo, a narrativa confere menos poder e independência aos que dela não usufruem. Por trás de toda a narrativa há uma pretensão, um motivo de ser. Seja ele o de entreter, educar e/ou compartilhar experiências. Elas nos conferem a vista de um ponto para, assim, sermos capazes de elaborar um ponto de vista fundado sobre uma situação, uma realidade, sobre a história da humanidade. Nas palavras de Augé: “O ser humano é obra do homem” (AUGÉ, 2012, p. 73).

No debate entre jornalismo e narrativa, se aquele é composto ou não por esta, propusemos aqui pensar um formato específico, ou um novo gênero, que associa jornalismo, história e literatura, formato este surgido no século XX e que ganha mais expressão no século XXI: o livro-reportagem.

Livros e jornais são importantes objetos de conhecimento e difusão de cultura. Presentes em relevantes momentos de nossas vidas, eles moldam a nossa forma de entender e enxergar o mundo. Se por um lado identifica-se no momento atual uma crise da imprensa – chamando atenção para a disrupção do modelo de negócios do jornalismo (MAURÍCIO, 2017) –, por outro, destacam-se diferentes possibilidades do jornalismo para se afirmar num mercado em mutação. Surgem tentativas para financiar reportagens e conteúdos de qualidade na web, ao mesmo tempo em que acompanhamos a expansão de formas como os podcasts, textos compartilhados nas redes sociais, *streaming* e até o mercado editorial através de livros-reportagem.

O jornalismo, com sua característica dinâmica, está em constante renovação, tendo passado por grandes mudanças em sua estrutura e maneira de escrever, especialmente com o advento da internet e o avanço do capitalismo. Tais

mudanças foram responsáveis, também, por corroborar a chamada aceleração do tempo, ou do presentismo. Mas é por meio deste outro formato de jornalismo que chegamos à ruptura desta mesma aceleração, por ele auxiliado.

Nas atuais circunstâncias de disrupção do modelo tradicional e da crise dos modelos de negócios em comunicação, os profissionais precisam buscar alternativas de atrair o público, agora diluído. O jornalismo é obrigado, mais uma vez, a se reinventar. Dentre as estratégias utilizadas, uma tem por objetivo trazer informações em um mix de interesse público e interesse do público. Nesse sentido, a expansão de formatos como os podcasts e os livros-reportagem é tentativa de renovação e de financiar reportagens e conteúdos de qualidade, aliado ao interesse humano. Esses formatos, por consequência, rompem com teorias e métodos antes bem delimitados do campo jornalístico, sem perder relevância e credibilidade, e também reforçam as teorias construcionistas, que compreendem o jornalismo como um dispositivo de construção da realidade social.

O formato, que não surgiu com a crise na imprensa, mas se intensificou como uma possibilidade frente às dificuldades financeiras das redações, encontra apoio do público, que demonstra interesse por este gênero editorial. Maior prova disso é o livro *A Ilha* (1976), de Fernando Morais, um dos maiores sucessos editoriais no país, com trinta edições esgotadas, tendo permanecido mais de sessenta semanas nas listas de mais vendidos e sido traduzido na Europa, Estados Unidos e América Latina, de acordo com o site da Editora.<sup>84</sup> O campo do livro-reportagem é amplo e pode ser explorado de diferentes formas, como apontado por Lima.

Como uma grande narrativa sobre um acontecimento específico, o livro-reportagem traz elementos, diálogos, documentos e materiais que nos auxiliam na compreensão geral de um acontecimento particular, como evoca Aristóteles. Maciel (2017) descreveu como um “potencial de perenidade”, o que lhes permite funcionar, também, como documentação histórica, como forma de registrar os horrores que o ser humano é capaz de cometer e, de certa forma, evitar que essa barbárie seja esquecida e mesmo repetida.

---

<sup>84</sup> Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/livro/9788535901306/a-ilha>. Acesso em 11 jul. 2022.

O real, ao extrapolar os limites geográficos, sem ficar preso no ambiente próprio do acontecimento, passa a ter um novo sentido. Como diz o filme *Branco sai preto fica*, “sem prova não há passado”. O livro-reportagem, por vezes, cumpre essa função de prova que se torna memória, se torna arquivo. E o arquivo tem um potencial transformador, como afirma Groys.

O artista não trabalha apenas no espaço público de seu tempo, mas também no espaço heterogêneo dos arquivos de arte, onde suas obras ocupam um lugar entre as obras do passado e as do futuro. A arte, assim como funcionou na modernidade e permanece funcionando hoje, não desaparece no momento em que cumpre sua função. Ao contrário, a obra permanece presente no futuro. E é precisamente essa presença, futura e antecipada, da obra de arte que garante sua influência sobre o futuro, sua possibilidade de moldar esse futuro. (GROYS, 2014, p. 147-148)<sup>85</sup>

O livro-reportagem, portanto, cumpre pelo menos duas funções: ao mesmo tempo narra e documenta a história (local ou mundial, dependendo da escolha do jornalista-autor) e protagoniza as transformações recentes da história da imprensa, funcionando não só como um contra-presentismo estabelecido, mas também sustenta a manutenção de um jornalismo de qualidade frente à disrupção do jornalismo tradicional.

Como lembra Augé, o sucesso da democracia ateniense resulta de “sua incessante capacidade de se superar a partir de uma reflexão sobre si mesma” (AUGÉ, 2012, p. 73). Isto só é possível ao observar, narrar e refletir sobre a realidade, para, então, escrevê-la numa versão melhor.

Ao longo dos anos e a partir do desenvolvimento do sistema econômico capitalista, o jornalismo de maneira geral transferiu seu objetivo primário – de informar – para a obtenção de lucro. Na busca pela manutenção do lucro, mesmo em meio a grandes crises, algumas atitudes no campo jornalístico foram tomadas. Por conta do enxugamento das redações, há o acúmulo de funções, e, com isso, a

<sup>85</sup> Tradução nossa do original: “El artista no solo trabaja dentro del espacio público de su tiempo sino también en el espacio heterogéneo de los archivos del arte donde sus obras ocupan un lugar entre las obras del pasado y del futuro. El arte, tal como funcionó en la modernidad y sigue funcionando hoy, no desaparece una vez que cumplió su función. Por el contrario, la obra permanece presente en el futuro. Y es precisamente esta presencia, futura y anticipada, de la obra de arte que garantiza su influencia sobre el futuro, su posibilidad de darle forma a ese futuro.”

mecanização do trabalho, oferecendo menos espaço para o aprofundamento das reportagens e para a criatividade na escrita.

Por acrescentar tempo de trabalho para a sua produção, o livro-reportagem torna-se um produto jornalístico com valor de uso acrescido e adiciona valor de troca ao que antes não o possuía. Além disso, o suporte livro garante à notícia aspectos econômico, social, intelectual e político a ele associados. Sobre os aspectos político e social, por exemplo, citamos Vera Araújo, que afirmou ter como propósito do livro, também, o incentivo a pessoas que vieram do mesmo espaço que a vereadora Marielle Franco mostrando que todos são capazes de perseguir os próprios objetivos e estar em importantes lugares, além de o livro funcionar como uma constante lembrança de que há um crime (além de tudo político) ainda não solucionado.

Na presente pesquisa, em suma, buscamos entender a importância das narrativas para a humanidade, traçamos um histórico da teoria das narrativas – que está presente em todas as sociedades – e suas transformações ao longo dos anos, mostrando como, a partir dessas transformações, é possível perceber a mudança da sociedade. Depois focamos em uma narrativa em específico, a jornalística, entendendo suas classificações e nuances, bem como sua importância para a maneira como compreendemos e constituímos o mundo. Por fim, chegamos ao momento de ruptura do modelo de negócios dessa narrativa presente na maioria dos lares, e sua posterior redenção com os livros-reportagem.

Apesar de permitir a manutenção de um jornalismo de qualidade em meio às transformações e crises no mercado jornalístico, o livro-reportagem não garante a saída do sistema de mercantilização do jornalismo. Ele apenas tira de um mercado (jornalístico) e leva para outro (editorial), que possui suas próprias regras.

Maciel (2017, p. 13) acredita que apesar de a modalidade editorial representar um segmento importante para as editoras do país, ela está sujeita às costumeiras crises do mercado livreiro. O autor, entretanto, termina o artigo de forma otimista, pois afirma que importantes medidas têm sido tomadas para impulsionar a publicação de livros-reportagem, como a criação de prêmios para a categoria. Além disso, lembra os incentivos que as editoras estão dando à escrita de livros-reportagem e afirma que a estrutura e forma como eles são narrados chamam a atenção de produtores de cinema, possibilitando, assim, a ampliação do mercado.

Concordamos com tais considerações e ponderações. Em relação ao livro-reportagem, reforçamos ser uma prática que une interesse público e interesse do público ao trabalhar com acontecimentos relevantes para a sociedade com uma escrita mais fluida e contextualizada, uma vez que elimina as rotinas e/ou os constrangimentos organizacionais relacionados a tempo de produção, espaço, formato e modo de apuração. Neste formato, que rompe com as teorias jornalísticas anteriores às construcionistas, o *lead* e a pirâmide invertida não se fazem necessários, embora os elementos do *lead* façam-se presentes ao longo do texto, e a hierarquia encontrada nas redações também é desfeita, permitindo maior autonomia do jornalista-autor, que passa a ter permissão de colocar sua visão/experiência em relação ao acontecimento, inclusive descrever locais e situações vivenciadas em primeira pessoa, e até mesmo ser parcial.

Apesar de já ter passado por constantes crises em sua história, o jornalismo hoje encontra obstáculos que antes não existiam, ligados especialmente ao avanço da internet e do capitalismo. Dentre eles destacamos a maior urgência na alimentação das plataformas (urgência tanto em relação ao tempo, à necessidade de ser rápido, quanto à quantidade – esta tanto no que diz respeito ao site próprio como nas redes sociais), a concorrência de atenção das múltiplas possibilidades surgidas com as redes sociais e das novas narrativas oferecidas pelos blogs.

Se por um lado a multiplicação de narrativas jornalísticas (também chamada de democracia de acesso às plataformas), possibilitada pelo avanço da internet, é positiva ao dificultar a monopolização da informação e mesmo atitudes desumanas em regimes totalitários, como reforçou o jornalista Caco Barcellos, por outro gera uma avalanche de informações, com pouco tempo para uma apuração aprofundada, e uma pressão por quantidade de conteúdo não apenas publicado, mas que seja capaz de captar a atenção de um possível leitor.

No que diz respeito à velocidade de produção, também impulsionada pelo advento da internet, hoje há menos tempo para o que Vera chamou de “amadurecer” o texto – embora, como a própria jornalista sustentou, a mesma internet tenha agilizado o trabalho de pesquisa e produção das reportagens – e também é minguado o espaço para a contextualização dos acontecimentos. Outro fator levantado por nossos entrevistados foi a falta de tempo e de espaço para organizar tantas



informações apuradas, que encontram no livro-reportagem o suporte que flexibiliza e dá vazão a tais demandas.

Foi possível perceber uma diferença de percepção dos nossos entrevistados em relação à associação entre qualidade do jornalismo atual com tempo de produção e acúmulo de funções, que variou conforme o veículo trabalhado e a função nele desempenhada. À frente de um programa de TV que produz reportagens de fôlego e investigativas, mas que vai ao ar apenas uma vez por semana, Caco Barcellos, por exemplo, não associa a falta de tempo à produção de uma reportagem com menor qualidade. Em mesmo sentido, Emílio Coutinho, jornalista em um portal de notícias religiosas, também não vê no enxugamento das redações e da demanda em gerar conteúdos justificativa para um jornalismo de menor qualidade. Já Vera Araújo, repórter de *hardnews* diário, enxerga no acúmulo de função e na pressão por atrair público para as matérias, que também precisam ser postadas nas redes sociais além do portal, um grande facilitador de erros – depois consertados.

Por possuir prazos mais flexíveis, haver a possibilidade de escapar das amarras de uma redação e de uma empresa financiadora – apesar de nem sempre ser possível financiar a produção de maneira independente para depois vender o resultado a uma editora –, o livro-reportagem se torna uma possibilidade de se produzir um jornalismo mais cuidadoso e detalhado, contextualizado e mesmo mais instigante e criativo por conta da escrita mais literária e humanizada. Ele é certamente uma saída para evitar um jornalismo preguiçoso e maquinizado, uma vez que sua produção e escrita são mais árduas e demoradas, e que a escrita literária demanda mais trabalho e criatividade e, embora não substitua o jornalismo tradicional, agrega prestígio ao meio jornalístico. O livro-reportagem cumpre importante função no respiro da tirania do presentismo, do imediato, da fugacidade constante.

Assim sendo, o livro-reportagem atua mais como uma complementação do jornalismo profissional, porque apesar de ele conseguir sair das amarras das redações, de não responder a um patrocinador imediato, ele encontra as próprias dificuldades, como a de se sustentar apenas com o produto editorial, sem a conciliação com o trabalho na redação; por requerer uma apuração mais aprofundada, demora muito tempo para ser produzido, é muito trabalhoso, e envolve um processo difícil, como o próprio Mauro Ventura sustentou, ao afirmar

ter tentado escrever 21 livros no estilo livro-reportagem até de fato conseguir publicar um; e também por não conseguir alcançar todas as áreas, todas as notícias diárias, além de nem todas as notícias se permitirem aprofundar da maneira como o livro-reportagem pede.

O livro-reportagem, portanto, funciona mais como uma complementação ao jornalismo diário, sendo mais uma possibilidade do fazer jornalístico que auxilia na manutenção de um jornalismo de qualidade, embora tal jornalismo de qualidade não exista apenas em livro-reportagem e embora não seja o suporte que garanta a qualidade do trabalho. Apesar das incertezas, especialmente por conta da rápida evolução da inteligência artificial e do acúmulo de funções, que ainda assolam o mercado jornalístico tradicional, esta pesquisa indica que é possível vislumbrar a manutenção de um jornalismo de qualidade através dos livros-reportagem mesmo com os empecilhos próprios de sua produção.

## 6. Referências bibliográficas

AGUIAR, Leonel Azevedo de. Critérios de noticiabilidade no jornalismo investigativo: um estudo preliminar. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. UnB, 2006, **Intercom**.

\_\_\_\_\_. Entretenimento: valor-notícia fundamental no jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v.5, n.1, p. 13-23, jan./jun. 2008.

ALTMAN, Rick. **Los géneros cinematográficos**. Barcelona: Paidós, 2000.

AMARAL, M<sup>a</sup> Cristina G. Rosa do; MENDES, L. de M. R. Letramento midiático e apropriações da juventude sobre a crítica à mídia hegemônica. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v. 9, n. 24, p. 140-157, jun. 2019. Disponível em: <http://rebej.abejor.org.br/index.php/rebej/article/view/347/249>

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Teoria crítica da informação no Brasil: a contribuição de Armand Mattelart. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v.3, n.3, p.112-119, set., 2009. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciet/17481/2/11.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ARISTÓTELES. **Arte Poética**. Disponível no site <http://www.dominiopublico.gov.br/>. Acesso em: 02 set. 2020.

AUGÉ, Marc. **Para Onde foi o Futuro?** 1.ed. São Paulo: Papirus, 2012.

BARBOSA, Marinalva. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARRETO, Helena Martins; VALENTE, Jonas C L. O papel das TICs no novo regime de acumulação capitalista. In: XV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC), 2020.

BARSOTTI, Adriana. Jornalista em Mutação. Do Cão de Guarda ao Mobilizador de Audiência. **Série Jornalismo a Rigor**. v. 9. Florianópolis: Insular, 2014.

BARSOTTI, Adriana; AGUIAR, Leonel. Mudanças nos modos de leitura das notícias e perda de importância da home page. **Alceu**, v.18, n.36, p. 122 a 141, jan-jun./2018.

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, Roland; et al. **Análise estrutural da narrativa**. Trad. Maria Zélia Barbosa Pinto. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 19-62.

BAUMAN, Zygmund. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

\_\_\_\_\_. **Vida líquida**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BOLAÑO, César R. S.; VIEIRA, Eloy S. Economia Política da Internet e os Sites de Redes Sociais. **Revista Eptic Online** Vol.16 n. 2 p.75-88, mai-ago, 2014.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo. A re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. **REVISTA Soc. bras. Economia Política**, Rio de Janeiro, nº 11, p. 53-78, dezembro 2002. Disponível em: <http://eptic.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Trabalho-intelectualcomunica%C3%A7%C3%A3o-e-capitalismo-Bola%C3%B1o.pdf>

BREED, Warren. Controle social na redação: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999. p. 152- 166.

\_\_\_\_\_. O controle social na redação. In: TRAQUINA, Nélson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993. p. 152-166.

CAETANO, Maria do Rosário. **Olivier Assayas filma “Wasp network”, adaptação da obra de Fernando Morais**, 2019. Disponível em: <http://revistadecinema.com.br/2019/04/olivier-assayas-filma-wasp-network-adaptacao-da-obra-de-fernando-morais/>. Acesso em 17 maio 2019. DESCHAMPS, Filipe. Agora Aquela I.A. Foi Longe Demais (e vai mudar o jeito que você trabalha). 2020, 15 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pbVwH8o837A>. Acesso em: 02 abr. 2022.

CAREY, James W. **Communication as Culture: Essays on Media and Society**. Revised edition. New York and London: Routledge, 2008.

CATALÃO JR., Antônio Heriberto. **Jornalismo Best-seller: o livro-reportagem no Brasil contemporâneo**. Tese doutorado – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2010.

CÍCERO. **De oratore**, livro II, c. 9, 36 e 12, 51.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante). Disponível em: CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo Três, 1984 (Biblioteca do Estudante). pdf (google.com)

CUNHA, M. J. C.; CÔRREA, V. A. Os Sertões: de Correspondência de Guerra a Livro-Reportagem. **Rev. FSA**, Teresina, v. 16, n. 1, art. 4, p. 75-98, jan./fev. 2019.

DORFMAN, A.; MATTELART, A. Prólogo, Introdução e Capítulo 1 (Tio, compre-me um profilático). In: \_\_\_\_\_. **Para ler o Pato Donald**. São Paulo, Paz e Terra, 1978.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In.: DUARTE, J.; BARROS, A. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FABBRO, Bárbara Dal. **O primeiro livro-reportagem brasileiro?** Observatório da Imprensa. 10 nov. 2009. Disponível em:

<<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/o-primeiro-livroreportagem-brasileiro/>>. Acesso em 27 jun. 2022.

FERNANDES, Gabriela Matos Ferreira. **Jornalismo de esgotamento: A precarização do trabalho jornalístico na pandemia**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, setembro de 2021.

FERREIRA, R. C. **Literatura e Jornalismo, Práticas Políticas**. São Paulo: EDUSP, 2004.

FIGUEIREDO, V. Follain de. Narrativa e temporalidade na cultura midiática. **Triade: Comunicação, Cultura e Mídia**, v. 5, n. 9, p. 128-139, 17 jun. 2017.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação**. Organizado por Rafael Cardoso. Tradução de Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

GENETTE, Gérard. Fronteiras da narrativa. In: BARTHES, Roland; et al. **Análise estrutural da narrativa**. Trad. Maria Zélia Barbosa Pinto. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 265-284.

GENRO FILHO, A. O segredo da pirâmide ou a essência do jornalismo. In: \_\_\_\_\_. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GOMBERG, Felipe. **A aura do livro na era de sua reprodutibilidade técnica**. Dissertação mestrado. Departamento de Comunicação. PUC-Rio, 2006.

\_\_\_\_\_. **Coleção Os Pensadores: aura do livro e mercado editorial**. Tese de Doutorado. Departamento de Comunicação. PUC-Rio, 2017.

GROYS, Boris. **Volverse Público: Las transformaciones del arte en el agora contemporânea**. 1.ed. Buenos Aires: Caja Negra, 2014.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia da História**. 2.ed. Trad. Maria Rodrigues e Harden. Brasília: Editora da UnB, 1999.

HUYSEN, Andreas. **Memorias Crepusculares: La marcación del tiempo en una cultura de amnesia**. Buenos Aires: Prometeo, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

LEITE JUNIOR, Edson Francisco. **O método de apuração de notícias no gênero opinativo sob a ótica da objetividade: um estudo deontológico da coluna Giro, de O Popular**. Dissertação de mestrado na Universidade Federal de Goiás (UFG), 2019. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/9448/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Edson%20Francisco%20Leite%20Junior%20-%202019.pdf>> Acesso em 27 jun. 2022.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo**. 4.ed. [Ed. rev. e ampl.] São Paulo: Manole, 2009.

LUHMANN, Niklas. La diferenciación como duplicación de la realidad. In: \_\_\_\_ **La Realidad de los Medios de Masas**. C. México, Anthropos Editorial, 2000.

LUKÁCS, Georg. **Ensaio sobre literatura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 12ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MACIEL, Alexandre Zarate. “Narradores do Contemporâneo: Jornalistas Escritores e o Livro-reportagem no Brasil”. **Intercom**, maio/jun. 2019.

\_\_\_\_\_. “Pressão da editora é mínima. A pessoal é enorme”: jornalistas e a produção do livro-reportagem. In: 15º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Jornalismo 2017, **SBPJor**.

MACIEL, Alexandre Zarate; ROCHA, Heitor Costa Lima da. Revisando paradigmas: Livroreportagem e o compromisso com uma visão jornalística mais plural da realidade. In: 14º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Jornalismo 2016, **SBPJor**.

MAGDALENO, Renata Fernandes. **Certeza não é verdade: Romance policial e experiência urbana**. Dissertação de Mestrado em Letras, na PUC-Rio. 2007.

MANOVICH, Lev. O banco de dados. **Revista Eco Pós**, v.18, n1, 2018.

MARQUES, Juliana Bastos. A historia *magistra vitae* e o pós-modernismo. **Hist. Historiogr**, Ouro Preto, n. 12, p. 63-78, ago. 2013.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 1. 2.ed. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro 1**. Trad. de Reginaldo Sant’Anna. Ed. 34. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MAURÍCIO, Patrícia. A desintegração do modelo de negócios do jornalismo e tentativas para financiar reportagens de qualidade na internet. **Alceu**, v. 18, n. 35 - p. 62 a 78, jul./dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Conflitos na TV digital brasileira**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2022. Disponível em: <http://www.editora.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1057&sid=3>.

MAURÍCIO, Patrícia.; SABACK, Lilian. (orgs.) **Plataformas digitais e a relação com o jornalismo**. Relatório EPC PUC-Rio, n.1, 2020. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/50370/50370.PDF>

\_\_\_\_\_. (orgs.). **Regulação das comunicações**. Em prelo.

MAURÍCIO, Patrícia; ALMEIDA, Raquel de Queiroz; SOARES JR., Creso. No fio da navalha: a relação do Grupo Globo com as plataformas digitais hegemônicas. **ALAIC**, nov. 2020.

MAURÍCIO, Patrícia; GEROLIS, Bruna; MEDEIROS, Maria Gabriela. Influenciadores Digitais Como Parte da Disrupção do Modelo de Negócios do Jornalismo. In: **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba - PR – 04 a 09/09/2017.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

MENDES, L. de M. R.; FELIX, C. B.; PROCÓPIO, C. R.; DE SOUZA, L. G.; FONTES, H. H. P. de B. Juventude, jornalismo e credibilidade em tempos de pandemia. **Rizoma**, v. 9, n. 1, p. 69-85, 4 nov. 2021.

MORIN, Edgar. A Inteligência cega. In: **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa, Instituto Piaget, 1990.

NEDER, Vinicius; AGUIAR, Leonel. Objetividade jornalística: a prática profissional como questão política. **Comunicação & Sociedade**, v. 32, n. 54, p. 103-126, jul./dez. 2010.

O GLOBO. Cultura. Filmes. **Wagner Moura fará longa sobre agentes cubanos em Miami**, 05/09/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/filmes/wagner-moura-fara-longa-sobre-agentes-cubanos-em-miami-23042660>. Acesso em 17 maio 2019.

PAIXÃO, Patrícia. **Dez anos sem Joel Silveira: textos e lições de um dos grande repórter**, 2017. Disponível em: <https://portal.comunique-se.com.br/joel-silveira-textos-licoes-maiores-reporteres/>. Acesso em 09 abr. 2019.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto. 2018.

\_\_\_\_\_. **O jornalismo Literário como gênero e conceito.** In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. UnB, 2006, Intercom.

PRESSE, France. **Maduro condecora cinco agentes cubanos libertados pelos EUA.**, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/05/maduro-condecora-cinco-agentes-cubanos-libertados-pelos-eua.html>. Acesso em 16 maio 2019.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: Estética e Política.** 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM. **Digital News Report**, 2020. Disponível em: [https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR\\_2020\\_FINAL.pdf](https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf)

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa (tomo I).** Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1994.

\_\_\_\_\_. **Tempo e narrativa (tomo II).** Trad. Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1995.

ROCHA, P.; XAVIER, C. O livro-reportagem e suas especificidades no campo jornalístico. **Rumores**, v. 7, n. 14, p. 138-157, 27 dez. 2013.

SEIXAS, Lia. **Redefinindo os gêneros jornalísticos: proposta de novos critérios de classificação.** Covilhã: LabCom Books, 2009. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/509/1/seixas-classificacao-2009.pdf>.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, vol. II, nº 1, p. 95-107, 1º Semestre, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/2091/1830>

SILVEIRA, Joel. **O inverno da guerra.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOUSA, Jorge Pedro. Tobias Peucer: progenitor da Teoria do Jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. I Nº 2 - 2º Semestre de 2004, p. 31-46.

STUMPF, I. R. C. Pesquisa bibliográfica. In.: DUARTE, J.; BARROS, A. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005.

TRAQUINA, Nélon. As teorias do jornalismo. In: \_\_\_\_\_. **Teorias do jornalismo.** Florianópolis: Insular, 2004. p. 145-204.

\_\_\_\_\_. Quem vigia o “quarto poder”? In: **ANAIS DO 9º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS**, 2000, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2000. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2000/papers/-quem-vigia-o--quarto-poder--?lang=pt-br> Acesso em: 25 ago. 2022.



VARGAS, Greyce. De onde vem a audiência no jornalismo digital. In: MAURÍCIO, P.; SABACK, L. (orgs.) **Plataformas digitais e a relação com o jornalismo**. Relatório EPC PUC-Rio, n.1, 2020. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/50370/50370.PDF>

WHITE, David. Gatekeeper: uma análise de caso na selecção de notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Veja, 1999.

\_\_\_\_\_. O gatekeeper: uma análise de caso na selecção de notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993. p. 142-151.

WOLF, Mauro. O newsmaking: critérios de importância e noticiabilidade. In: \_\_\_\_\_. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2003. p. 188-244.

ZAMIN, Angela. **Livros de repórter, saberes de entremeio: relatos jornalísticos sobre a cobertura de conflitos**. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 8, p. 389-405, 2011.